Classificação: 010.01

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

PROCESSO NUP
64276.000227/2025-64

Cód verificador: 883366ff-30a9-4354

ASSUNTO: Cessão de Uso, ONEROSO, de instalação para o Circulo Militar de Santiago (CMS)

INTERESSADO: Almox, Fisc Adm, OD e SALC

Órgão de Origem: Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada

Data da Criação: 21/01/2025

Localização Atual do Processo: Setor de Aquisições, Licitações e Contratos

Data da Autação: 21/01/2025

Estado: Autuado

PEÇAS PROCESSUAIS

1- Termo de Abertura Nº 1-Almx/Fisc Adm/Gab OD (a)
2- Despacho Nº 4-Fisc Adm/Gab OD/EME
3- Despacho Nº 5-Gab OD/EME/1ªBdaCMec
4- Laudo de Avaliação.pdf
5- ANEXO I - Relatório fotográfico.pdf
6- ANEXO II - Mapas do imóvel avaliando.pdf
7- ANEXO III - Documentação do imóvel.pdf
8- ANEXO IV - Balancetes.pdf
9- ANEXO V - Memória de Cálculo.pdf
10- ANEXO VI - Publicação em BI.pdf
11- ANEXO VII - ART_RS1960156522.pdf
12- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 001/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
13- BOLn_46_-_29_OUT_24.pdf
14- DIEx-997-SPI_3_4º Gpt E.pdf
15- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 002/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
16- ETP160422_000003_2025.pdf
17- MR160422_000003_2025.pdf
18- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 003/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
19- TR160422_000005_2025.pdf
20- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 004/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
21- Justificativa da Inexigibilidade.pdf
22- Estatuto do Circulo Militar.pdf
23- ATA Nr 03_2024 Circulo Militar.pdf
24- Titulo de Propriedade.pdf
25- Titulo de transferência.pdf
26- Titulo de transferencia 2.pdf
27- Cessão de Uso CMS (Minuta).pdf
28- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 005/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
29- CADIN consulta_contratante_CÍRCULO.pdf
30- Lista de Verificação.pdf
31- Ofício de Remessa CJU.pdf
32- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 006/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
33- Parecer Jurídico.pdf
34- Portaria nº 005 (Nomeação Equipe Planejamento e de Contratação) - Inexigibilidade Círculo Militar.pdf
35- Portaria nº 006 (Nomeação Agentes de Contratação) - Inexigibilidade Círculo Militar.pdf
36- Boletim Interno 047 (Eqp Planejamento e de Contratação).pdf
37- consulta_contratante_1745849883944.pdf
38- ConsultaConsolidada_89223234000101_25-4-2025.pdf

39- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 007/2025 - Processo 64276.000227/2025-64
40- Contrato_Cessao_de_Uso_CMS.pdf
41- Publicação DOU - IN (Círculo Militar).pdf
42- Termo de Juntada por Anexação de Documento Nº 008/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Legenda
(a) Documento de Origem
(b) Arquivos que não serão impressos por não se tratarem de arquivos de texto ou imagem
(c) Documento desentranhado
(d) Documento desmembrado

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

Termo de Abertura Nº 1-Almx/Fisc Adm/Gab OD

Santiago, RS, 21 de janeiro de 2025.

Assunto: Cessão de uso, ONEROSO, de instalação para o Círculo Militar de Santiago (CMS).

Em conformidade com a legislação pertinente, o processo foi autuado para fins de dar prosseguimento na cessão de uso (ONEROSO) do Circulo Militar de Santiago (CMS).

CLAUDIMIR AFONSO RIBEIRO - ST
Chefe do Setor de Material (Almoxarifado)

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **ST CLAUDIMIR AFONSO RIBEIRO**, em 21/01/2025, às 10:28 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: 2zcJ-VMyd-g8fi-Myp8

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

Despacho Nº 4-Fisc Adm/Gab OD/EME

Santiago, RS, 21 de janeiro de 2025.

Assunto: Cessão de uso, ONEROSA, de instalação para o Círculo Militar de Santiago (CMS)

1. Cessão de uso, ONEROSA, de instalação para o Círculo Militar de Santiago (CMS).

2. O processo está em conformidade com a legislação pertinente. O processo foi autuado para fins de dar prosseguimento na cessão de uso (ONEROSA) do Circulo Militar de Santiago (CMS).

3. Concordo com a referida cessão de uso. Encaminho o processo para ciência e aprovação do Ordenador de Despesas.

SANDRO GINDRI MINUSSI - Cel
Chefe Fiscal Administrativo

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cel SANDRO GINDRI MINUSSI** , em 21/01/2025, às 12:11 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: 80ff-FlGg-4eB4-MtTv

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

Despacho Nº 5-Gab OD/EME/1ªBdaCMec

Santiago, RS, 22 de janeiro de 2025.

Assunto: Cessão de uso, ONEROSA, de instalação para o Círculo Militar de Santiago (CMS)

1. O processo requerido atende os requisitos previstos na legislação.

2. Determino que a SALC e demais órgãos competentes deem prosseguimento no trâmite processual, observando a norma vigente.

MARCELO CIPOLAT - Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo 1ª Bda C Mec

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cel MARCELO CIPOLAT**, em 22/01/2025, às 08:43 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

Código de verificação: AVd/-aAs+-eg86-unko

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6ªBRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA
(6ª DI / 1949)
"BRIGADA NIEDERAUER"

LAUDO DE AVALIAÇÃO nº 05/2024 – Cmdo da 6ªBda Inf Bld

SEDE SOCIAL DO CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO

Santiago/RS

CESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE DE APOIO

ÁREA DO TERRENO (RS 03-0224 e RS 03-0225): 8.341,26 m²

Área da Parcela Avaliada: 699,05 m²



VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO

R$ 729,03

(setecentos e vinte e nove reais e três centavos)

Santa Maria-RS, 28 de outubro de 2024

LAUDO DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: RESUMO

<table>
<tr><td colspan="2">Endereço: Avenida Júlio de Castilhos, n°527 (Cmdo da 1ªBda C Mec) – Bairro: Centro, CEP: 97.700-000</td><td rowspan="6"> 
</td></tr>
<tr><td colspan="2">Documento Dominial: Matrícula n° 51.102 do Livro n°2-Registro Geral</td></tr>
<tr><td colspan="2">Coordenadas Geodésicas da Entrada da Propriedade: LAT -29°11’36,61”S ; LONG -54°52’12,09”W</td></tr>
<tr><td>Cidade: Santiago</td><td>UF: RS</td></tr>
<tr><td colspan="2">NOCAD: RS 03-0224 e RS 03-0225</td></tr>
<tr><td colspan="2">BI de Publicação dos Avaliadores: BI 192 de 2024 da 6ªBda Inf Bld de 14 OUT 24</td></tr>
<tr><td colspan="2">Memorial de Cálculo: Anexo V</td></tr>
<tr><td>Data de referência: 28 de outubro de 2024</td><td>Data de validade: 28 de outubro de 2025</td></tr>
<tr><td colspan="2">Objetivo da Avaliação:
VALOR DE MERCADO PARA CESSÃO DE USO COM BASE NO TIPO DE EMPREENDIMENTO: CÍRCULO MILITAR</td></tr>
<tr><td colspan="3">Finalidade da Avaliação:
FORNECER A 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA O VALOR MENSAL PARA A CESSÃO DE USO PARA ATIVIDADE DE APOIO DA SEDE SOCIAL DO CÍRCULO MILITAR</td></tr>
<tr><td colspan="3">Solicitante e/ou interessado:
MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO</td></tr>
<tr><td colspan="3">Proprietário:
MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO</td></tr>
<tr><td>Tipo de Imóvel e definição (urbano/rural):
URBANO – SEDE SOCIAL</td><td colspan="2">Área do Imóvel (m²):
699,05</td></tr>
<tr><td>Metodologia:
MÉTODO DA RENDA</td><td colspan="2">Especificação (fundamentação/precisão):
-Grau de Fundamentação: II
Obs.: Não se especifica a precisão para o Método da Renda.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Pressupostos e Ressalvas:
A SEDE SOCIAL DO CÍRCULO MILITAR SE ENCONTRA EM OPERAÇÃO.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Valor para a cessão de uso mensal R$ 729,03 (cenário pessimista)
setecentos e vinte e nove reais e três centavos</td></tr>
<tr><td>R$ cenário otimista
R$ 881,01</td><td colspan="2">R$ cenário realista
R$ 862,65</td></tr>
</table>

Nome do Responsável Técnico	CPF	Formação do RT	CREA/CAU
FÁBIO PEREIRA ROSSATO	023.950.120-92	Eng. Civil	RS 196.015

Santa Maria-RS, 28 de outubro de 2024.

_____

1°TEN OTT – FÁBIO PEREIRA **ROSSATO**
Responsável Técnico

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
6ªBRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA
(6ª DI / 1949)
"BRIGADA NIEDERAUER"

LAUDO DE AVALIAÇÃO de parcela do imóvel RS 03-0224 e RS 03-0225, referente ao CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO, localizado na Avenida Júlio de Castilhos, Santiago/RS, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, com área de 699,05 m².

REF.: DIEx n° 856-4ª Seção/Cmdo 3ª DE de 15 de agosto de 2024

1. IDENTIDADE DO SOLICITANTE

4ª SEÇÃO/EMG/1ªBda C Mec
1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ªBda C Mec)
Avenida Júlio de Castilhos, n° 527, Bairro Centro, Santiago-RS, CEP 97.700-000

2. FINALIDADE DA AVALIAÇÃO

Fornecer para o solicitante o valor para a cessão de uso da parcela dos imóveis RS 03-0224 e RS 03-0225, mais especificamente a área de 699,05m², correspondente à Sede Social do Clube Militar.

3. OBJETIVO

O objetivo desta avaliação é calcular o valor mensal da cessão de uso, com base na capitalização presente da sua renda líquida prevista.

4. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

O presente Laudo de Avaliação foi elaborado de acordo com as normas a seguir:

- NBR 14653-1/2019 - Avaliação de Bens. Parte 1 – Procedimentos Gerais;
- NBR 14653-2/2011 - Avaliação de Bens. Parte 1 – Imóveis Urbanos; e
- Instrução Normativa da Secretaria do Patrimônio da União, IN SPU/ME N° 67, de 20 de setembro de 2022: Diretrizes para avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse.

5. PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES

O imóvel encontra-se em condições de utilização imediata. No acesso ao imóvel existem sistemas viários com pavimentação asfáltica, rede elétrica, iluminação pública, correio domiciliar, rede de água e esgoto, rede telefônica, transporte público, dentre outros.

A definição do imóvel avaliando, conforme o seu Estatuto, é a que segue: "Art. 1º O CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO, daqui em diante denominado, neste Estatuto, apenas de CÍRCULO, fundado em 22 de junho de 1943, é uma organização social com sede e foro na cidade de Santiago, Estado do RIO GRANDE DO SUL, República Federativa do BRASIL, por tempo indeterminado."

A metodologia utilizada para a execução deste Laudo (Método da Renda) foi escolhida por se tratar de um imóvel diferenciado, com vocação para utilização como clube para uso específico.

O avaliador toma como verídicas e idôneas todas as informações, valores e documentações recebidas da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em que o laudo foi baseado, não se responsabilizando pelo conteúdo nelas compreendido.

É de responsabilidade do cessionário todas as informações disponibilizadas sobre seus balancetes, projetos e planejamentos futuros entregues para a confecção deste laudo de avaliação.

O presente Laudo considerou o imóvel avaliando em seu estado atual de conservação, ou seja, o terreno e a edificação existente na data de 21 de outubro de 2024, sendo referenciada como parte integrante do valor final aqui avaliado.

O laudo foi elaborado com estrita observância dos postulados constantes do Código de Ética Profissional.

6. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM AVALIANDO

6.1 Proprietário

União Federal por força do Título de Propriedade, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, de acordo com a documentação do imóvel fornecida pela 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada apresentada no Anexo III.

6.2 Objeto da avaliação

Imóveis RS 03-0224 e RS 03-0225 (de área total de 8.341,26m^2), sendo que a parcela de área avaliada compreende apenas a SEDE SOCIAL (699,05m²). O Anexo I apresenta um relatório fotográfico do imóvel avaliando.

6.3 Tipologia

Trata-se de parcela de imóvel de propriedade da União Federal, sob jurisdição do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro e responsabilidade administrativa do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda C Mec), tendo como finalidade a atividade de recreação do público militar.

6.3.1 TERRENO

A área da SEDE SOCIAL do Círculo Militar de Santiago compreende parcela dos imóveis RS 03-0224 E RS 03-0225, conforme demonstrada na Figura 01.



Figura 1 – Em destaque a SEDE SOCIAL do Círculo Militar de Santiago (Fonte: *Google Earth* Consulta em 10/10/24).

6.3.2 BENFEITORIAS

Sobre o imóvel existem as benfeitorias distribuídas por todo o terreno, constituídas de edificações, como pode ser observado na Figura 1. As Informações e fotos foram fornecidas pela OM, a qual enviou todos os documentos para a realização deste Laudo. A Tabela 1 apresenta o resumo das benfeitorias do Círculo Militar de Santiago com as suas respectivas áreas. Conforme solicitação da 1ª Bda C Mec, este Laudo de Avaliação faz referência **apenas à SEDE SOCIAL**, conforme área cedida descrita na "alínea d. do item 3) do TRA desta Bda", com data de 19 de agosto de 2024 e constante no Anexo III.

Tabela 1 – Descrição das benfeitorias do Círculo Militar.

N° Conforme Anexo III	BENFEITORIA	ÁREA (m²)
1	SEDE SOCIAL	699,05
2	PISCINA 1	375,00
3	PISCINA 2 - INFANTIL	66,50
6	SANITÁRIOS E VESTIÁRIOS	191,45
7	QUADRA DE TÊNIS	1.335,00
8	QUIOSQUE	98,07
9	QUADRA POLIESPORTIVA SINTÉTICA	390,00

6.3.3 LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

O Círculo Militar de Santiago encontra-se no bairro Centro, conforme situação apresentada na Figura 2 e melhor detalhada no Anexo II.

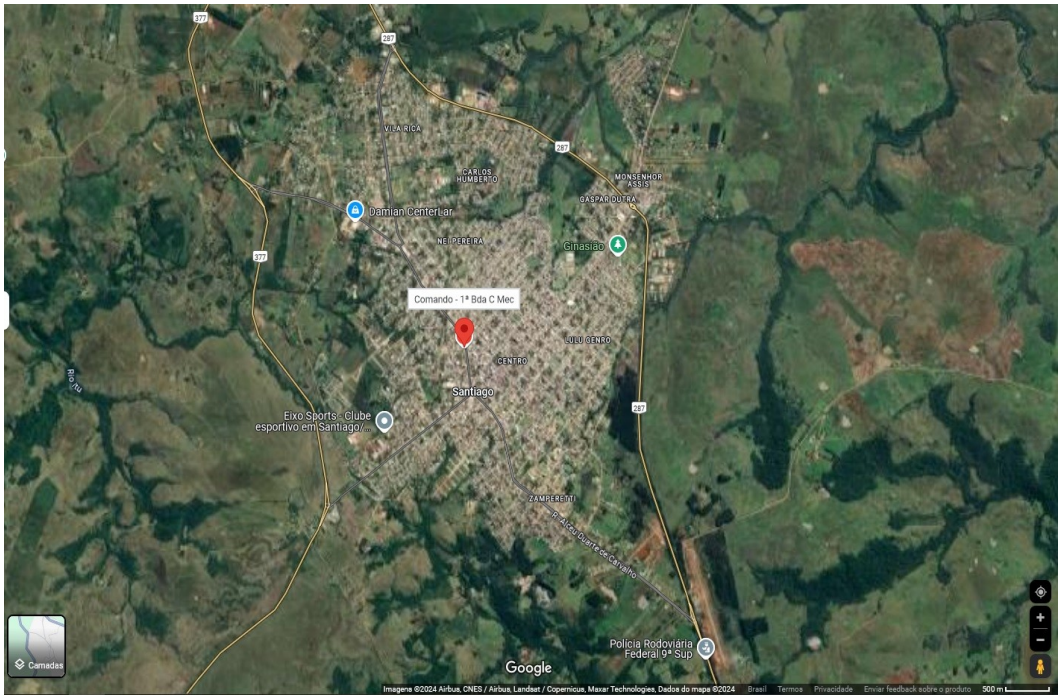


Figura 2 – Localização do Círculo Militar de Santiago (Fonte: *Google Earth* Consulta em 10/10/24).

7. INDICADORES BÁSICOS OPERACIONAIS DO EMPREENDIMENTO

Em relação a sua adequabilidade técnica, ressalta-se que o empreendimento se encontra rodeado por diversas organizações militares, como por exemplo a 11ª Cia Com Mec, o Hospital Militar, o Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, os quais justificam, tecnicamente, que o Clube ali instalado é perfeitamente adequado às necessidades das Forças Armadas em prestar apoio social à Família Militar.

Os serviços oferecidos pelo Círculo Militar, tais como quadras poliesportivas, piscinas, atividades desportivas, espaços para eventos, dentre outros, indicam que a capacidade instalada encontra-se próxima ao seu limite operacional, ou seja, representa um elevado índice de aproveitamento das suas áreas.

Apesar da elevada operacionalidade do empreendimento, a gestão do Clube possui como condições para manutenção e renovação a necessidade de utilização dos recursos oriundos das suas diversas cessões de uso, conforme os Termos de Cessão de Uso constantes no Anexo III, para os serviços de operação e manutenção diários para todas as atividades oferecidas, bem como para o planejamento de execução dos planos de renovação e/ou expansão de suas atividades.

8. ANÁLISE DAS SÉRIES HISTÓRICAS DO EMPREENDIMENTO

De forma a subsidiar este avaliador na análise relativa à evolução financeira e ao desempenho econômico do imóvel avaliando foram disponibilizados os balancetes referentes aos exercícios financeiros dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 (neste último foram utilizados os meses de

janeiro a agosto). Os balancetes, na sua íntegra, estão apresentados no Anexo IV. As Tabelas 2, 3, 4 e 5 apresentam os resumos financeiros utilizados para definir o valor de referência para a Cessão de Uso da Sede Social do Círculo Militar de Santiago.

Tabela 2 – Ativos e passivos referentes ao exercício financeiro de 2021

ATIVO (2021)	-R$45.280,25
CAIXA	-R$7.458,51
BANCOS	-R$18.574,83
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	-R$16.660,11
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	-R$2.586,80
PASSIVO (2021)	R$45.280,25
RESERVAS DE LUCROS	R$25.772,31
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R$19.507,94

Tabela 3 – Ativos e passivos referentes ao exercício financeiro de 2022

ATIVO (2022)	-R$33.252,71
CAIXA	-R$1.941,01
BANCOS	-R$11.907,54
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	-R$9.763,11
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	-R$9.641,05
PASSIVO (2022)	R$33.252,71
PASSIVO CIRCULANTE	R$38.868,29
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R$5.615,58
RESERVAS DE LUCROS	R$25.772,31
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R$31.386,89

Tabela 4 – Ativos e passivos referentes ao exercício financeiro de 2023

ATIVO (2023)	R$38.075,73
CAIXA	R$3.110,92
BANCOS	R$22.550,18
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	R$2.330,99
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$10.083,64
PASSIVO (2023)	-R$ 420,09
PASSIVO CIRCULANTE	R$5.194,49
RESERVAS DE LUCROS	R$25.772,31
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R$31.386,89

Tabela 5 – Ativos e passivos referentes ao exercício financeiro de 2024

ATIVO (2024)	R$55.109,63
CAIXA	R$1.973,80
BANCOS	R$37.420,95
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	R$5.631,24
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R$10.083,64
PASSIVO (2024)	-R$14.450,84
PASSIVO CIRCULANTE	-R$8.836,26
RESERVAS DE LUCROS	R$25.772,31
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R$31.386,89

Obs: os ativos e passivos do exercício financeiro 2024 são referentes aos meses de janeiro a agosto.

Após analisar todos os balancetes, foram verificados os seguintes comportamentos continuados das variáveis-chave do empreendimento, conforme apresentado na Tabela 6:

Tabela 6 – Variações das despesas e receitas

EXERCÍCIO FINANCEIRO	**12/2021**	**12/2022**	**12/2023**	**8/2024***	**MÉDIA**
RECEITAS TOTAL	R$129.551,17	R$228.528,79	R$273.427,04	R$450.864,42	R$270.592,86
DESPESAS TOTAL	R$126.302,87	R$281.274,88	R$234.931,22	R$381.303,95	R$255.953,23
FLUXO DE CAIXA	**2022**	**2023**	**2024**	**2025***	**MÉDIA**
	R$3.248,30	-R$52.746,09	R$38.495,82	R$69.560,47	R$14.639,63

*Valores referentes a parcial do ano de 2024 pois o último balancete fechado é de agosto de 2024.

Com base nos valores apresentados nos balancetes analíticos, verificou-se, com base na série histórica em análise, que apenas o exercício financeiro referente ao ano de 2022 apresentou *déficit*; para os exercícios financeiros referentes aos anos de 2021, 2023 e parcial 2024 foi observado um *superávit*. Ressalta-se que esta renda positiva retrata o rendimento líquido anual do empreendimento na situação atual. Como o método da renda visa encontrar o valor de mercado de um empreendimento com base na capitalização presente da sua renda líquida futura prevista para o horizonte de utilização do imóvel, este avaliador julgou por bem utilizar como renda líquida futura o **rendimento médio** referente à série histórica avaliada.

9. ANÁLISE SETORIAL E DIAGNÓSTICO DE MERCADO

O local onde se encontra instalado o imóvel avaliando se caracteriza pela escassez de imóveis para empreendimentos, com predomínio de imóveis residenciais e institucionais. Nas proximidades do terreno existem serviços públicos essenciais, tais como coleta de lixo, rede de água e esgoto, iluminação pública, rede telefônica, transporte público etc. O imóvel avaliando encontra-se no Bairro Centro, em uma avenida bem localizada, com fácil circulação de automóveis, o que valoriza consideravelmente o imóvel para vários tipos de empreendimento, o que proporciona maior atratividade por parte do público alvo.

10. INDICAÇÃO DO MÉTODO E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

O presente laudo utilizou o Método da Renda. Esta metodologia define o valor do bem ou de suas partes constituintes pela capitalização de sua renda líquida futura prevista. Ou seja, é aquele em que o valor de locação é obtido sob o pressuposto de que o aluguel representa uma remuneração sobre o valor da propriedade, calculada segundo uma determinada taxa de renda, compatível com as condições de mercado. No caso do presente Laudo pretende-se obter o valor do imóvel a partir do valor do fluxo de caixa elaborado com os balancetes apresentados pela administração do Círculo Militar de Santiago, traduzindo a realidade do arrendamento para aquele empreendimento.

10.1 Requisição e conhecimento da documentação

Para elaboração dos fluxos de caixa necessários para definição do valor da Cessão de Uso da Sede Social do Círculo Militar de Santiago foi solicitada a documentação apresentada na Tabela 7.

Tabela 7 – Documentação coletada

ITEM	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA
1	Documentação da situação dominial
2	Alvarás e licenças
3	Projetos e especificações de engenharia e arquitetura
4	Fluxo operacional do empreendimento
5	Balanços e balancetes analíticos
6	Boletim de transferência de responsabilidade administrativa
7	DIEx diversos
8	Cópia do Estatuto do Círculo Militar
9	Termos de Cessão de Uso das áreas do Círculo Militar para as diversas atividades de apoio

10.2 Montagem do fluxo de caixa

Conforme as condições atuais das instalações e estruturas físicas da Sede Social do Círculo Militar de Santiago, a idade aparente atual do imóvel considerada foi de 20 (vinte) anos, ou seja, ainda lhe resta uma vida útil remanescente de 30 (trinta) anos.

Tal afirmação baseou-se no estudo de previsão de vida útil das edificações estabelecido pelo *Bureau of Internal Revenue*, que propõe uma vida útil média de 50 anos para hotéis e 70 anos para lojas. Este avaliador considerou o valor de 50 (cinquenta) anos para o imóvel Avaliando. Para a montagem do fluxo de caixa do empreendimento foi utilizado um modelo determinístico, onde a taxa de desconto considerou uma composição da taxa livre de risco e de um prêmio de risco.

10.2.1 TAXA DE DESCONTO

A taxa de desconto a ser utilizada no fluxo de caixa levou em conta o custo de oportunidade e o nível de risco do empreendimento. Como informado no item 7 deste Laudo (Indicadores básicos operacionais do empreendimento), a operacionalidade do clube justifica-se pela necessidade de apoio, principalmente, aos militares das diversas unidades existentes no seu entorno.

Aliado ao fato de que o Círculo Militar não visa fins lucrativos, foi considerada a inexistência de risco (prêmio de risco nulo) ao empreendimento sob o ponto de vista econômico, pois considera-se que o clube sempre deverá se adequar ao panorama econômico atual, ou seja, não há razões para ser considerado o risco do empreendimento. Desta forma, a taxa de desconto adotada no respectivo fluxo de caixa foi equivalente à taxa de juros legal de **12% ao ano (ou 1% ao mês)**, conforme art. 406 do CC-2002. Ressalta-se que não foi utilizada a Taxa SELIC, pois esta comporta, em um só momento, taxa de juros moratórios e correção monetária.

10.2.2 CENÁRIOS

Na montagem do fluxo de caixa foram utilizados os dados de receitas e despesas referentes à média da série histórica analisada, considerando, ainda, a previsão de despesas com reforma de coberturas e projetos de reforma de banheiros e vestiários de sócios e funcionários, conforme memória de cálculo apresentada no Anexo V. Foram considerados 3 (três) cenários possíveis, resultando na montagem de três fluxos de caixa, conforme descrito a seguir:

a) Cenário Realista: neste cenário foi considerado que, a cada 15 (quinze) anos serão necessárias obras de adequação/reparação, onde o valor adotado foi estimado pelo avaliador;

b) Cenário Pessimista: esta visão considera que as obras de adequação/reparação deverão ser realizadas a cada 10 (dez) anos; e

c) Cenário Otimista: considerando que somente será necessária 1 (uma) obra de adequação/reparação dentro do horizonte do empreendimento.

Todos os cenários considerados utilizaram os valores conforme a Tabela 8:

Tabela 8 – Receitas e despesas médias para o período de análise

MÉDIA DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS ANALISADOS	
RESUMO RECEITAS - MÉDIA	
Receitas Totais	R$270.592,86
RESUMO DESPESAS - MÉDIA	

Despesas totais	R$255.953,23
RENDIMENTO LÍQUIDO MÉDIO	R$14.639,63

10.2.3 ESPECIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO

Na especificação da avaliação foi determinado o grau de fundamentação do modelo utilizado segundo o Método da Renda, conforme o item 10.1 da NBR 14.653-4. A pontuação obtida, de acordo com os indicadores de viabilidade do referido Laudo de Avaliação, está apresentada nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9 – Identificação de valor e indicadores de viabilidade

ITEM	ATIVIDADE	PARA IDENTIFICAÇÃO DE VALOR			
		GRAU III	GRAU II	GRAU I	PONTOS
7.5.1.1	Análise operacional do empreendimento	Ampla, com os elementos operacionais devidamente explicitados	Simplificada, com base nos indicadores operacionais	Sintética, com a apresentação dos indicadores básicos operacionais	III
7.5.1.2	Análise das séries históricas do empreendimento	Com base em análise do processo estocástico para as variáveis chave, em um período mínimo de 36 meses	Com base em análise determinística para um prazo mínimo de 24 meses	Com base em análise qualitativa para um prazo mínimo de 12 meses	III
7.5.1.3	Análise setorial e diagnóstico de mercado	De estrutura, conjuntura, tendências e conduta	Da conjuntura	Sintética da conjuntura	III
7.5.1.4	Taxas de desconto	Fundamentada	Justificada	Arbitrada	II
7.5.1.5	Escolha do modelo	Probabilístico	Determinístico associado aos cenários	Determinístico	II
7.5.1.5.1	Estrutura básica do fluxo de caixa	Completa	Simplificada	Rendas líquidas	II
7.5.1.5.2	Cenários fundam.	Mínimo de 5	Mínimo de 3	Mínimo de 1	II
7.5.1.5.3	Análise de sensibilidade	Simulações com apresentação do comportamento gráfico	Simulação com identificação de elasticidade por variável	Simulação única com variação em torno de 10%	II
7.5.1.5.4	Análise de risco	Risco fundamentado	Risco justificado	Risco arbitrado	II
PONTUAÇÃO OBTIDA					**21**

Tabela 10 – Enquadramento do laudo segundo seu grau de fundamentação

GRAUS	III	II	I
Pontos	maior ou igual a 22	de 13 a 21	de 7 a 12
Restrições	máximo de 3 itens em graus inferiores, admitindo-se no máximo um item no Grau I	máximo de 4 itens em graus inferiores ou não atendidos	mínimo de 7 itens atendidos
Grau de fundamentação obtido no Laudo	**GRAU II**		

Para o enquadramento do Laudo, segundo o seu grau de fundamentação, foram obtidos 21 pontos. De acordo com a Tabela 10, no item 10.2.3 da NBR 14.653-4, tem-se que o grau de fundamentação obtido para esta avaliação foi o **GRAU II**.

11. DENTIFICAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO RESULTADO ADOTADO

Após análise dos fluxos de caixa para os cenários realista, pessimista e otimista, subsidiado ainda pelo estudo dos indicadores operacionais do empreendimento, sendo que as unidades do exército utilizam e continuaram a utilizar as instalações para as atividades de apoio, tais como: Confraternização, Reuniões, Eventos Religiosos, entre outros, sem ser cobrado, este avaliador concluiu que, sob o ponto de vista técnico e econômico, o cenário que melhor se adéqua a situação atual da Sede Social do Círculo Militar de Santiago, bem como à sua perspectiva futura, é o CENÁRIO PESSIMISTA. Sendo assim, foi indicado o valor de R$ 729,03 mensais para a Cessão de Uso do Clube, por entender o avaliador que este é o montante que melhor representa o valor justo para cobrança pela utilização do imóvel para a finalidade específica de Clube Militar.

12. RESULTADO DA AVALIAÇÃO E DATA-BASE (DATA DE REFERÊNCIA)

Grau de fundamentação obtido: II;
Grau de precisão obtido: não se aplica ao método da renda, conforme a NBR 14.653-4;
Valor indicado para a Seção de Uso do imóvel: R$ 729,03 /mês (setecentos e vinte e nove reais e três centavos);
Valor máximo (cenário otimista): R$ 881,01 /mês;
Data de referência: 28 de Outubro de 2024; e
Validade do Laudo: 12 (doze) meses.

13. QUALIFICAÇÃO LEGAL COMPLETA DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

NOME: FÁBIO PEREIRA **ROSSATO**
FORMAÇÃO: ENGENHEIRO CIVIL
REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE: CREA-RS 196.015
CPF: 023.950.120-92
POSTO/GRADUAÇÃO: 1° Ten OTT
OM DO MILITAR: CMDO DA 6ª BDA INF BLD

ANEXOS

ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO;
ANEXO II – MAPAS;
ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO;
ANEXO IV – BALANCETES;
ANEXO V – MEMORIAL DE CÁLCULO;
ANEXO VI – PUBLICAÇÃO EM BOLETIM INTERNO; e
ANEXO VII – RASCUNHO DA ART.

Santa Maria-RS, 28 de outubro de 2024.

_____
1°TEN OTT – FÁBIO PEREIRA **ROSSATO**
Engenheiro Civil – CREA-RS 196.015
(Avaliador de imóveis urbanos administrados pelo Comando do Exército Brasileiro)

ANEXO I – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (10 fotos)



Figura 1 – Vista da fachada principal



Figura 2 – Vista da fachada lateral/estacionamento



Figura 3 – Vista da fachada dos fundos



Figura 4 – Vista do saguão superior



Figura 5 – Vista do acesso ao saguão inferior



Figura 6 – Vista do bar



Figura 7 – Vista do salão de festas



Figura 8– Vista do banheiro social feminino



Figura 9 – Vista do banheiro social masculino



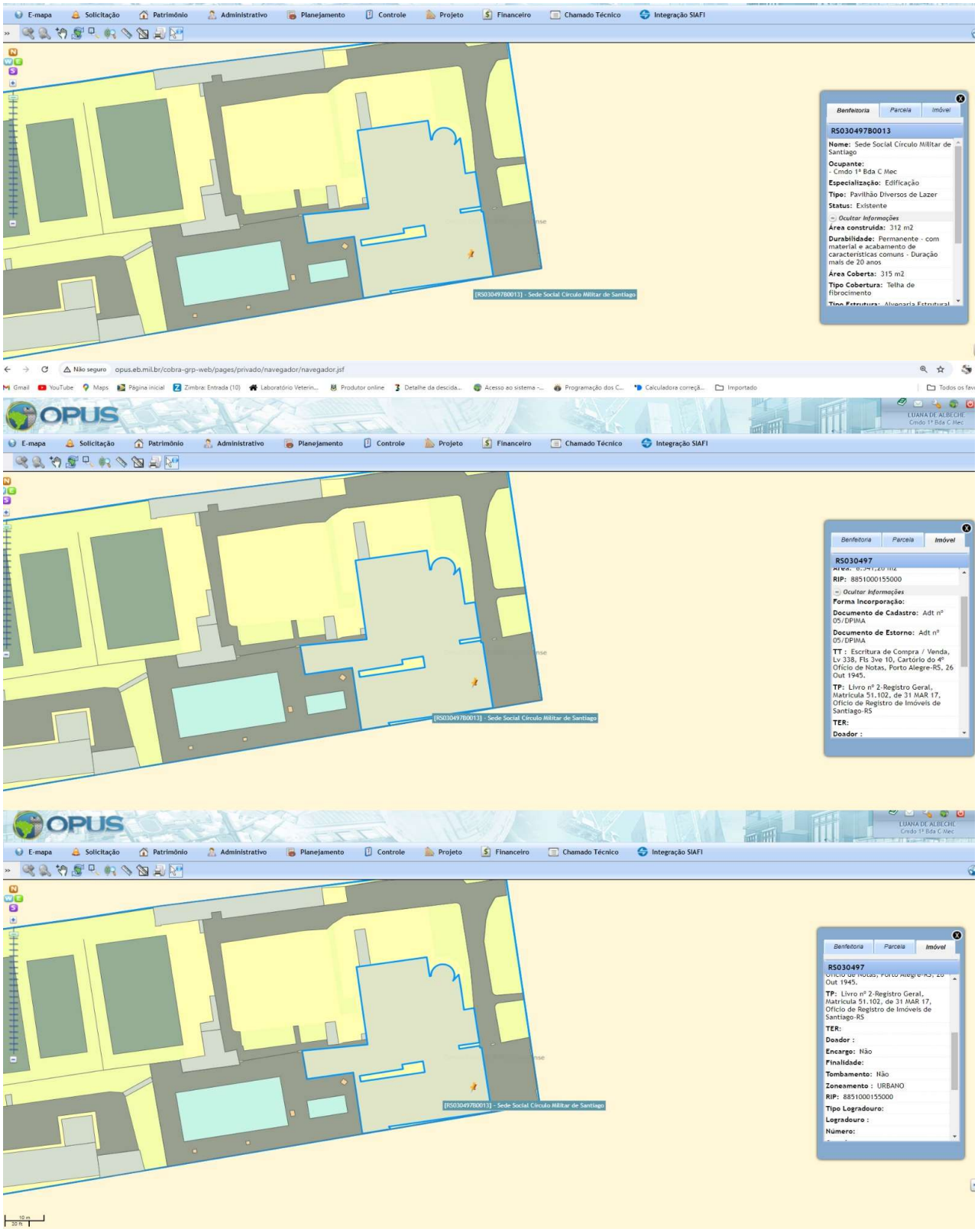
Figura 10 – Vista da copa

ANEXO II – MAPAS

Benfeitoria: Sede Social do Círculo Militar de Santiago

OM: Cmdo da 1ª Bda C Mec (3ª RM)

Bairro, Cidade/UF: Centro, Santiago/RS



Fonte: Sistema Unificado do Processo de Obras do Exército (Opus) – acesso em 07 out 24

706.930m 706.980m 707.030m 707.080m 707.130m

6.768.900m

DATUM HORIZONTAL: Sirgas2000(Época2000.4)
Projeção UTM - Fuso 21 Sul
Convergência Meridiana: 1°02'21,30534"(UFRGS)

Legenda

- P-01 Ponto de Limite
- Limite de Área
- Limite entre confrontantes
- Rua ou Avenida

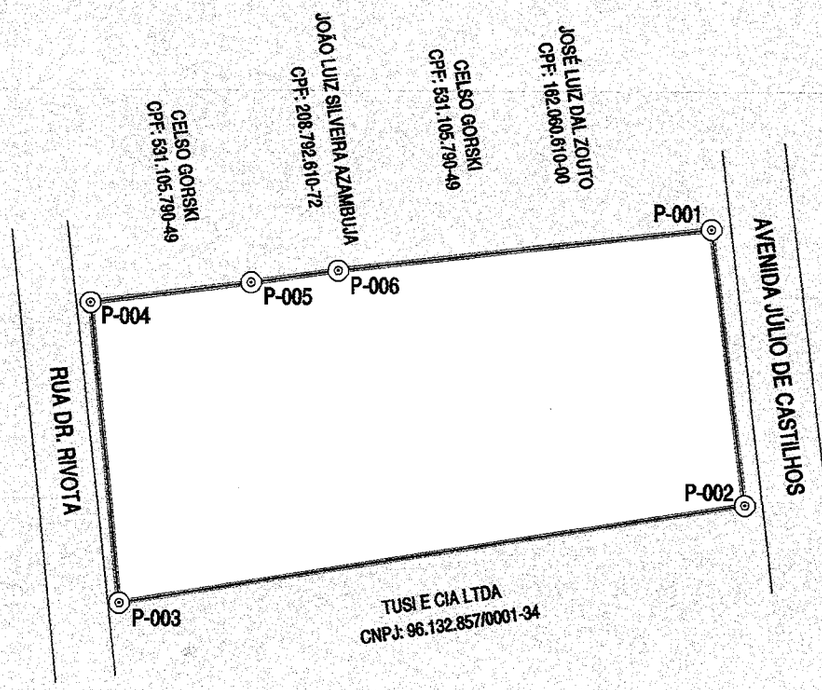
6.768.850m

MEMORIAL DESCRITIVO SINTÉTICO

VÉRTICE	COORDENADAS		LADO	AZIMUTES		DISTÂNCIA
	E	N		PLANO	VERDADEIRO	(m)
P001	707.091,85	6.768.726,14	P001 - P002	172° 58' 58"	174° 23' 34"	59,26
P002	707.099,09	6.768.667,32	P002 - P003	261° 00' 02"	262° 24' 38"	135,34
P003	706.965,42	6.768.646,15	P003 - P004	354° 19' 17"	355° 43' 53"	64,28
P004	706.959,06	6.768.710,11	P004 - P005	82° 46' 36"	84° 11' 12"	34,68
P005	706.993,46	6.768.714,47	P005 - P006	81° 52' 43"	83° 17' 19"	18,76
P006	707.012,03	6.768.717,12	P006 - P001	83° 33' 10"	84° 57' 46"	80,33

6.768.800m

6.768.750m



6.768.700m

6.768.650m

706.930m 706.980m 707.030m 707.080m 707.130m

PROPRIETÁRIO: UNIÃO FEDERAL	PROJETO: UNIFICAÇÃO DE MATRÍCULAS
ÁREA DO IMÓVEL: 8.341,26 m²	PERÍMETRO: 392,63 m
ESCALA: 1:1500	DATA: AGOSTO DE 2016

LOCALIZAÇÃO: AVENIDA JÚLIO DE CASTILHO, SANTIAGO-RS
MATR 8.738, FOLHA Nº 231, LIVRO 3P - MATR. 8.825, FOLHA Nº 253 LIVRO 3P
DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SANTIAGO-RS.

EXECUTANTE:

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
4ª GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
SEÇÃO DE PATRIMÔMIO IMOBILIÁRIO

ASSINATURAS:

HENRIQUE ANTÔNIO DA COSTA - Cel
Chefe da Seção de Patrimônio Imobiliário

TARCÍSIO DE OLIVEIRA NADALON
Téc. Agrimensor CREA-RS nº. 142.075
ART: 8759775

MANICA 5º TABELIONATO

MANICA 5º TABELIONATO



OPUS
Sistema Unificado de Processo de Obras

Legenda

- Existente
- Existente (não verificada)
- A construir
- Em Estudo Construção
- Construção Interrompida
- Em construção
- A demolir
- Em Estudo Demolição



Pedidos de Alteração de PDOM Pendente

Sem Pedidos

Patrimônio:
RS030497P001

Responsável:
Cmdo 1ª Bda C Mec

Cidade / UF:
Santiago / RS

Região Militar:
3ª RM

Item:
PD

Nome:
Plano Diretor de Organização Militar

Prancha:
Planta de Situação

MDef EB DEC DOM
CRO/3

Data:
25/04/2024

Imóvel							
Organização Militar	Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada /						
Nome Fantasia							
NOCAD	RS030497	**UF**	RS	**Região Militar**	3ª RM	**Data**	25/04/2024 03:09

Endereço, Área	
Endereço	
Área do Imóvel	8.341,26
Área Ocupada pela OM	8.341,25

Documentação Básica	
Título de Transferência (TT)	Escritura de Compra / Venda, Lv 338, Fls 3ve 10, Cartório do 4º Ofício de Notas, Porto Alegre-RS, 26 Out 1945.
Título de Propriedade (TP)	Livro nº 2-Registro Geral, Matricula 51.102, de 31 MAR 17, Oficio de Registro de Imóveis de Santiago-RS
Termo de Entrega e Recebimento (TER)	

Destinação	
Uso em Finalidade Militar	Circulo Militar Oficiais

Edificações

Código	Nome	Status	Tipo	Área (m²)	Pavimentos	Compart.
RS030497B0001	Garagem do Hotel	Existente	Garagem	58,4	0	0
RS030497B0004	Hotel de Trânsito 1 Oficiais	Existente	Hotel de Trânsito	225	0	0
RS030497B0010	Hotel de Trânsito (Refeitório/Cozinha)	Existente	Hotel de Trânsito	354,92	1	8
RS030497B0013	Sede Social Círculo Militar de Santiago	Existente	Pavilhão Diversos de Lazer	312	0	0
RS030497B0017	Bar da Piscina	Existente	Permissionário	5,75	0	0
RS030497B0020	EBF@ACIL(Recepção/ OP GU ST/ SFPC/ PI)	Existente	Pavilhão Diversos de Lazer	183,84	0	0

Pavimentação

Código	Nome	Status	Tipo	Área (m2)
RS030497B0025	Pavimento	Existente	Pavimentação	420

RS030497B0026	Pavimento	Existente	Pavimentação	600
RS030497B0027	Pavimento	Existente	Pavimentação	950
Infra Estrutura Área				
Código	**Nome**	**Status**	**Tipo**	**Área (m2)**
RS030497B0023	Caixa de Esgoto	Existente	Fossa	1
Infra Estrutura Rede				
Código	**Nome**	**Status**	**Tipo**	**Área (m2)**
RS030497B0002	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
RS030497B0005	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
RS030497B0006	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
RS030497B0008	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
RS030497B0016	Cercamento	Existente	Cerca de Arame	
RS030497B0018	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
RS030497B0021	Cerca	Existente	Cerca de Arame	
RS030497B0022	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
RS030497B0024	Muro	Existente	Muro de Alvenaria	
Complementar				
Código	**Nome**	**Status**	**Tipo**	**Área (m2)**
RS030497B0003	Piscina 2	Existente	Piscina	375
RS030497B0007	Piscina 1	Existente	Piscina	66,5
RS030497B0011	Arquibancada Coberta	Existente	Arquibancada	30
RS030497B0014	Quadra de Areia	Existente	Quadra Poliesportiva	722
RS030497B0015	Quadra de Tênis	Existente	Quadra Poliesportiva	613
RS030497B0019	Quadra de Futebol Sintética	Existente	Quadra Poliesportiva	390
RS030497B0028	Escada	Existente	Escada	70

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO DO IMÓVEL AVALIANDO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
C M S - 3ª D E
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"

TERMO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

1. INTRODUÇÃO

Aos 19 dias do mês de agosto do ano de 2024, com base na Declaração de Situação Patrimonial, publicada no Boletim de Acesso Restrito nº 051/Cmdo 1ª Bda C Mec, de 31 de julho de 2024, e examinando os aspectos documental e físico do imóvel cadastrado sob o nº **RS 03-0497** (Área de Lazer da Guarnição de Santiago), distribuído a esta OM, constatei o seguinte:

a. Endereço, Áreas e Limites

1) Endereço: Avenida Júlio de Castilhos, 503 - bairro Centro - CEP 97.700-095. Santiago-RS;
2) Área do imóvel: 8.341,26 m²;
3) Área ocupada pela OM: 7.553,41 m²;
4) Limites: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P001, de coordenadas N 6.768.726,14m e E 707.091,85m, Datum SIRGAS 2000,4, MCF 51 W Gr, materializado por canto de muro, localizado a 11,07m do eixo da Av Júlio de Castilhos, deste, segue confrontando com o Município de Santiago, Av Júlio de Castilhos, com o seguinte azimute plano e distância: 172°58'58'' e 59,26m até o vértice P002, de coordenadas N 6.768.667,32m e E 707.099,09m, materializado por canto de muro, deste, segue confrontando com imóvel de Tusi e Cia Ltda, com o seguinte azimute plano e distância; 261°00'02'' e 135,34m até o vértice P003, de coordenadas N 6.768.646,15m e E 706.965,42m, materializado por canto de muro, deste, segue confrontando com o Município de Santiago, Rua Dr Rivota, com o seguinte azimute plano e distância; 354°19'17'' e 64,28m até o vértice P004, de coordenadas N 6.768.710,11m e E 706.959,06m, materializado por canto de muro, deste, segue confrontando com imóvel dos Sr José Luiz Dal Zouto; Celso Gorski e João Luiz Silveira Azambuja, com os seguintes azimutes planos e distâncias; 82°46'36'' e 34,68m até o vértice P005, de coordenadas N 6.768.714,47m e E 706.993,46m, 81°52'43'' e 18,76m até o vértice P006, de coordenadas N 6.768.717,12m e E 707.012,03m, 83°33'10'' e 80,33m até o vértice P001, de coordenadas N 6.768.726,14m e E 707.091,85m, ponto inicial da descrição deste perímetro.

b. Documentação Básica

1) Título de Transferência (TT): - Escritura de Compra e Venda nº 1.950, Lv nº 338, Fls nº 3v a 10, do 4º Cartório de Notas de Porto Alegre-RS, de 26 de outubro de 1945 (antigo terreno Círculo Militar RS 03-0224); e - Escritura de Compra e Venda nº 1.953, Lv nº 338, Fl nº 10, do

4º Cartório de Notas de Porto Alegre-RS, de 26 de outubro de 1945 (antigo terreno HT/1 RS 03-0225);

2) Título de Propriedade (TP): Matrícula nº 51.102, Lv nº 2, Fl nº 01, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santiago-RS, de 31 de março de 2017;

3) Termo de Entrega e Recebimento da SPU (TER SPU/Gpt E ou RM): Possui TER SPU/RM lavrado pela Delegacia do Serviço de Patrimônio da União do Estado do Rio Grande do Sul, Lv nº 002, Fl nº 53v a 54v, de 27 de julho de 1961; com ratificação em Apostila nº 110/2007, Lv nº 001, Fl nº 056v, da Gerência Regional de Patrimônio da União do Estado do Rio Grande do Sul, de 26 de novembro de 2007.

c. Documentação Complementar

1) Termo de Entrega e Recebimento do Cmdo 4º Gpt E para a OM (TER Gpt/OM): Possui TER 4ºGptE/Cmdo1ªBdaCMec, datado de 26 de novembro de 2018, publicado em Bol Cmdo 4º Gpt E nº 001, de 16 de janeiro de 2019;

2) Planta do Imóvel: Existente - Data de Edição: agosto de 2016;

3) Planta das Benfeitorias: Existente - Data de Edição: com datas de edições variadas;

4) Plano Diretor: Existente - Data de Edição: 20 de dezembro de 2017;

5) Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obras (TEREO): Possui TEREOs destinados à Casa de Hóspedes (Hotel de Trânsito), datado de 28 de dezembro de 1966, e ao Círculo Militar de Santiago, datado de 30 de novembro de 1967.

d. Destinação

1) Uso em Finalidade Militar: A destinação do imóvel visa a contribuir para o desenvolvimento de atividades sociais, recreativas, educacionais, culturais, assistenciais e cívicas entre os militares da Guarnição de Santiago e de seus dependentes diretos, dentro de um ambiente de camaradagem e harmonia, sem prejuízo da sua utilização em atividades orgânicas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sobretudo na cooperação para o adestramento da tropa por meio de atividades de instrução militar conformidade com os dispositivos estabelecidos na Portaria do C Ex nº 982, de 28 de junho de 2018, que aprova as Instruções Gerais para a criação e o funcionamento das Áreas de Lazer e das Associações de Militares no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.017) e dá outras providências, alterada pela Portaria do C Ex nº 1.801, de 3 de agosto de 2022.

2) Uso em Finalidade Complementar:

a) Termo Aditivo nº 003/2024 ao Contrato de Cessão de Uso nº 001/2019, de 27 de março de 2018, firmado entre esta GU e a empresa Círculo Militar de Santiago (CNPJ 89.223.234/0001-01), com vigência de 29 ABR 2024 até 28 ABR 2025, para o funcionamento do Círculo Militar de Santiago, cuja área é de 699,05 m², no valor de R$ 385,00 mensais; e

b) Termo Aditivo nº 002/2024 ao Contrato de Cessão de Uso, nº 015/2018, de 19 de dezembro de 2018, firmado entre esta GU e a empresa Fundação Habitacional do Exército - FHE/POUPEX (CNPJ 00.643.742/0001-35), com vigência de 1º JAN 2024 até 1º JAN 2025, para o funcionamento do escritório da Fundação Habitacional do Exército (FHE/POUPEX), cuja área é de 88,80 m², com valor não oneroso.

e. Benfeitorias

1) Instalações Administrativas:

a) Instalações da Sede Social do Círculo Militar de Santiago, com área construída de 1.127,40 m²;
b) Hotel de Trânsito/1, com área construída de 354,92m²; e
c) Instalações do EBf@cil composto pelas instalações da Recepção, da SVPGu, PI e SFPC do Cmdo 1ª Bda C Mec, com área construída de 183,84 m².

2) Instalações Esportivas:
a) Quadra de futebol sintético, com área construída de 390,00 m²;
b) Quadra de saibro de tênis, com área construída de 613,00 m²; e
c) Quadra de areia, com área construída de 722,00 m².

3) Próprios Nacionais Residenciais: Não há.

4) Outras:
a) Arquibancada para quadra de areia, com área construída de 30,00 m²; e
b) Bar da piscina, com área coberta de 6,25 m²;
c) Piscina para adultos, com área construída de 375,00 m²; e
d) Piscina infantil, com área construída de 66,50 m².

5) Cercamento: Todo constituído de muro de alvenaria.

f. Servidões: Não há.

g. Processos

1) Administrativos: Não há.
2) Judiciais: Não há.

h. Observações: Não há.

2. DECLARAÇÃO

Após percorrer o imóvel, tendo encontrado tudo de acordo com a Declaração de Situação Patrimonial, lavro o presente Termo de Responsabilidade Administrativa, assumindo a responsabilidade pela preservação dos bens imóveis da União a mim confiados.

Declaro, ainda, que recebi do meu antecessor a documentação referente ao Plano Diretor da Organização Militar (P DOM), atualizado em 6 de julho de 2020.

Quartel em Santiago, RS, 19 de agosto de 2024.

Gen Bda CARLOS ALBERTO MOUTINHO VAZ
Cmt 1ª Bda C Mec

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA (1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

TERMO ADITIVO Nº 02/2023

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 00 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO POR INTERMÉDIO DO COMANDO DO EXÉR REPRESENTADO PELO COMANDO DA 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA C EMPRESA CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO.

A UNIÃO, por intermédio do Comando da Primeira Brigada de Cavalaria Mecanizada, situa Av. Júlio de Castilhos, nº 137, na cidade de Santiago-RS, inscrita no CNPJ 09.550.510/0001-07, nes esentado pelo Ordenador de Despesas do Cmdo 1ª Bda C Mec, **Sr Cel R1 MARLOS NASCIMI BARBOZA**, de acordo com a autorização constante no inciso I do art. 6° da IG 10-03, aprovad Portaria n° 513, de 11 de julho de 2005, do Cmt Ex, CPF n° 075.436.138-16, portador da Carte Identidade nº 023.134.693-3 expedido pelo Min Def, doravante denominada CEDENTE e a em Círculo Militar de Santiago, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 89.223.234/0001-01 sediada à avenida Ju Castilho nº 503/centro, Santiago/RS, doravante designada CESSIONÁRIA, neste ato representada p Ten Cel Vagner Assis Minuzzi da Silva , portador da Carteira de Identidade: 011481884-2 Expedida Ministério da Defesa, e CPF: 929.536.110-53, tendo em vista o que consta no Process **64276.005356/2018-10,** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 199 Contrato de Cessão de Uso nº 01/2019, resolvem celebrar o presente Termo de Aditamento Contr mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Nos termos da cláusula sexta do contrato, prorroga-se o prazo de vigência deste para o períoc 30/04/2023 a 29/04/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor do contrato não será reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA

Incumbirá à CEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato no Diário Of da União, no prazo previsto na Lei 8666 de 1993.

CLÁUSULA QUARTA

Ratifica-se os termos do contrato original, no que não alterados pelo presente termo.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Aditamento foi lavrado em duas vias de ig teor, que, depois de lido e achado em ordem vai assinado pelos contraentes.

Santiago – RS, 28 de abril de 2023.

Cedente:

MARLOS NASCIMENTO BARBOZA – Cel R1
Ordenador de Despesas 1ª Bda C Mec

Cessionário:

VAGNER ASSIS MINUZZI DA SILVA - Ten Cel
Presidente do Círculo Militar de Santiago

Testemunhas:

DARLEI PIVETTA – 3° Sgt
CPF: 043.027.630-35

JOÃO MATEUS DOS SANTOS CAETANO – 2º Sg
CPF 559.200.390-00

Município de Santiago

Alvará de Licença

2024

Contribuinte CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO	Inscrição Municipal 17418
Fantasia CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO CHOPANA	
Natureza Pessoa Jurídica	CNPJ/CPF 89.223.234/0001-01
Atividades CLUBES SOCIAIS, ESPORTIVOS E SIMILARES	05.01.00050019
Data de fundação 29/04/1977	Data de validade 31/03/2025
Endereço JULIO DE CASTILHOS, 503 CENTRO SANTIAGO-RS 97700-095	
Observações	

OBSERVAÇÃO: este ALVARÁ deverá ser renovado no mês de Janeiro e ficar fixado em lugar visível no estabelecimento.

OBS: Para validar a assinatura eletrônica acesse: https://verificador.iti.gov.br/

Para validar autenticidade deste documento acesse: http://portal.santiago.rs.gov.br:88/multi24/sistemas/portal/?atalho=tab-certidoes

SANTIAGO - RS. 01 DE FEVEREIRO DE 2024

Flávio Augusto Machado Gonçalves
Fiscal

Flávio A. M. Gonçalves
Fiscal
Port. 418/92

ANEXO IV - BALANCETES

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	**1**	**ATIVO**	**45.372,83D**	**35.310,57**	**35.403,15**	**45.280,25D**
2	**1.1**	**ATIVO CIRCULANTE**	**42.786,03D**	**35.310,57**	**35.403,15**	**42.693,45D**
3	**1.1.1**	**DISPONÍVEL**	**42.786,03D**	**35.310,57**	**35.403,15**	**42.693,45D**
4	**1.1.1.01**	**CAIXA**	**3.300,02D**	**27.269,75**	**23.111,26**	**7.458,51D**
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	3.300,02D	27.269,75	23.111,26	7.458,51D
7	**1.1.1.02**	**BANCOS CONTA MOVIMENTO**	**22.937,97D**	**7.928,75**	**12.291,89**	**18.574,83D**
8	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	19.592,63D	7.248,75	12.145,85	14.695,53D
9	1.1.1.02.002	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2.729,34D	320,00	66,04	2.983,30D
514	1.1.1.02.006	BANRISUL	616,00D	360,00	80,00	896,00D
10	**1.1.1.03**	**APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA**	**16.548,04D**	**112,07**	**0,00**	**16.660,11D**
659	1.1.1.03.001	BANCO DO BRASIL C/APLICAÇÃO	13.587,15D	104,45	0,00	13.691,60D
660	1.1.1.03.002	BANRISUL C/APLICAÇÃO	2.960,89D	7,62	0,00	2.968,51D
501	**1.2**	**ATIVO NÃO-CIRCULANTE**	**2.586,80D**	**0,00**	**0,00**	**2.586,80D**
111	**1.2.3**	**IMOBILIZADO**	**2.586,80D**	**0,00**	**0,00**	**2.586,80D**
116	**1.2.3.02**	**MÓVEIS E UTENSÍLIOS**	**1.711,80D**	**0,00**	**0,00**	**1.711,80D**
117	1.2.3.02.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.711,80D	0,00	0,00	1.711,80D
118	**1.2.3.03**	**MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**	**875,00D**	**0,00**	**0,00**	**875,00D**
119	1.2.3.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	875,00D	0,00	0,00	875,00D
149	**2**	**PASSIVO**	**42.124,53C**	**0,00**	**3.155,72**	**45.280,25C**
242	**2.3**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**42.124,53C**	**0,00**	**3.155,72**	**45.280,25C**
257	**2.3.4**	**RESERVAS DE LUCROS**	**25.772,31C**	**0,00**	**0,00**	**25.772,31C**
261	2.3.4.03	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	25.772,31C	0,00	0,00	25.772,31C
264	**2.3.5**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**16.352,22C**	**0,00**	**3.155,72**	**19.507,94C**
265	**2.3.5.01**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**16.352,22C**	**0,00**	**3.155,72**	**19.507,94C**
266	2.3.5.01.001	LUCROS ACUMULADOS	25.234,33C	0,00	3.155,72	28.390,05C
267	2.3.5.01.002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	8.882,11D	0,00	0,00	8.882,11D
269	**3**	**DESPESAS**	**126.302,87D**	**17.387,17**	**143.690,04**	**0,00**
500	**3.1**	**DESPESAS GERAIS**	**78.742,64D**	**10.706,57**	**89.449,21**	**0,00**
270	**3.1.1**	**CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO**	**78.742,64D**	**10.706,57**	**89.449,21**	**0,00**
271	**3.1.1.01**	**DESPESAS DIRETO DO CENTRO DE CUSTO**	**512,00C**	**512,00**	**0,00**	**0,00**
589	3.1.1.01.003	DESPESAS COM PASSAGENS	512,00C	512,00	0,00	0,00
273	**3.1.1.02**	**MÃO-DE-OBRA DIRETA**	**79.254,64D**	**10.194,57**	**89.449,21**	**0,00**
274	3.1.1.02.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	47.719,30D	3.053,00	50.772,30	0,00
277	3.1.1.02.004	13º SALÁRIO	0,00	3.715,20	3.715,20	0,00
278	3.1.1.02.005	FÉRIAS	4.440,43D	0,00	4.440,43	0,00
279	3.1.1.02.006	INSS	21.501,28D	2.834,84	24.336,12	0,00
280	3.1.1.02.007	FGTS	4.403,95D	496,52	4.900,47	0,00
282	3.1.1.02.009	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	695,20D	50,64	745,84	0,00
497	3.1.1.02.010	PIS S/ FOLHA	494,48D	44,37	538,85	0,00
295	**3.2**	**DESPESAS OPERACIONAIS**	**47.560,23D**	**6.680,60**	**54.240,83**	**0,00**
296	**3.2.1**	**DESPESAS GERAIS**	**17.712,92D**	**2.592,05**	**20.304,97**	**0,00**
307	**3.2.1.02**	**SERVIÇOS MENSAIS**	**266,88D**	**0,00**	**266,88**	**0,00**
662	3.2.1.02.005	VALE ALIMENTAÇÃO	266,88D	0,00	266,88	0,00
311	**3.2.1.04**	**CONTAS CONSUMO MENSAL**	**7.192,26D**	**1.682,78**	**8.875,04**	**0,00**
312	3.2.1.04.001	DESPESAS COM A PISCINA	4.380,62D	1.012,61	5.393,23	0,00
632	3.2.1.04.006	DESPESAS COZINHA	430,00D	0,00	430,00	0,00
638	3.2.1.04.012	MATERIAL DE LIMPEZA	2.381,64D	670,17	3.051,81	0,00
319	**3.2.1.06**	**DESPESAS DIVERSAS**	**10.253,78D**	**909,27**	**11.163,05**	**0,00**
320	3.2.1.06.001	DESPESAS COM EVENTOS	3.993,99D	452,00	4.445,99	0,00
322	3.2.1.06.003	DESPESAS DIVERSAS	5.394,48D	457,27	5.851,75	0,00
324	3.2.1.06.005	ALVARA/IPTU	865,31D	0,00	865,31	0,00
329	**3.2.2**	**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**	**29.847,31D**	**4.088,55**	**33.935,86**	**0,00**
353	**3.2.2.04**	**DESPESAS GERAIS**	**26.729,83D**	**3.796,66**	**30.526,49**	**0,00**
354	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	8.341,71D	1.402,21	9.743,92	0,00
355	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	5.267,54D	544,40	5.811,94	0,00
356	3.2.2.04.003	TELEFONE	1.556,99D	126,85	1.683,84	0,00
357	3.2.2.04.004	DESPESAS COM BAR	383,56D	607,20	990,76	0,00
359	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	751,32D	0,00	751,32	0,00
360	3.2.2.04.007	DESPESAS COM A SEDE	5.574,71D	716,00	6.290,71	0,00
361	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	4.400,00D	400,00	4.800,00	0,00
365	3.2.2.04.012	DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	454,00D	0,00	454,00	0,00
367	**3.2.2.05**	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**3.117,48D**	**291,89**	**3.409,37**	**0,00**
369	3.2.2.05.002	DESPESAS BANCÁRIAS	3.117,48D	291,89	3.409,37	0,00
402	**4**	**CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS**	**129.551,17C**	**146.683,24**	**17.132,07**	**0,00**
403	**4.1**	**RECEITAS OPERACIONAIS**	**129.551,17C**	**146.683,24**	**17.132,07**	**0,00**
404	**4.1.1**	**RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS**	**129.551,17C**	**146.683,24**	**17.132,07**	**0,00**
405	**4.1.1.01**	**RECEITA BRUTAS DE VENDAS E MERCADORIAS**	**129.551,17C**	**146.683,24**	**17.132,07**	**0,00**
406	4.1.1.01.001	DIÁRIA PISCINA	1.575,00C	3.033,00	1.458,00	0,00

Sistema licenciado para S NORONHA E CIA LTDA ME

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
407	4.1.1.01.002	BAR -	5.357,00C	7.418,00	2.061,00	0,00
575	4.1.1.01.002	VERBA PATROCINIO	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00
408	4.1.1.01.003	LOCAÇAO QUADRA	1.677,00C	1.768,00	91,00	0,00
409	4.1.1.01.004	LOCAÇAO SALAO NOBRE	5.800,00C	5.800,00	0,00	0,00
553	4.1.1.01.005	LOCAÇAO SALAO EVENTOS	6.533,00C	7.718,00	1.185,00	0,00
554	4.1.1.01.006	LOCAÇAO SEDE	27.520,00C	30.020,00	2.500,00	0,00
661	4.1.1.01.008	RECEITA FINANCEIRA	54,57C	166,64	112,07	0,00
560	4.1.1.01.012	MENSALIDADE CIRCULO MILITAR	64.645,00C	69.345,00	4.700,00	0,00
576	4.1.1.01.028	EVENTOS DIVERSOS	16.389,60C	16.414,60	25,00	0,00
460	**5**	**CONTAS DE APURAÇÃO**	**0,00**	**146.845,76**	**146.845,76**	**0,00**
461	**5.1**	**CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS**	**0,00**	**146.845,76**	**146.845,76**	**0,00**
471	**5.1.4**	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**0,00**	**146.845,76**	**146.845,76**	**0,00**
472	**5.1.4.01**	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**0,00**	**146.845,76**	**146.845,76**	**0,00**
473	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	146.845,76	146.845,76	0,00

RESUMO DO BALANCETE

ATIVO	45.372,83D	35.310,57	35.403,15	45.280,25D
PASSIVO	42.124,53C	0,00	3.155,72	45.280,25C
DESPESAS	126.302,87D	17.387,17	143.690,04	0,00
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	129.551,17C	146.683,24	17.132,07	0,00
CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	146.845,76	146.845,76	0,00
CONTAS DEVEDORAS	171.675,70D	52.697,74	179.093,19	45.280,25D
CONTAS CREDORAS	171.675,70C	293.529,00	167.133,55	45.280,25C
RESULTADO DO MES	0,00	-126.302,87	-129.551,17	3.248,30D
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.248,30C	0,00	0,00	0,00

VAGNER ASSIS MINUZZI DA SILVA
DIRETOR
CPF: 929.536.110-53

SAUL NORONHA FILHO
Reg. no CRC - RS sob o No. 20790
CPF: 037.819.500-00

Sistema licenciado para S NORONHA E CIA LTDA ME

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	**1**	**ATIVO**	**31.401,45D**	**27.174,02**	**25.322,76**	**33.252,71D**
2	**1.1**	**ATIVO CIRCULANTE**	**21.935,40D**	**26.999,02**	**25.322,76**	**23.611,66D**
3	**1.1.1**	**DISPONÍVEL**	**21.935,40D**	**26.999,02**	**25.322,76**	**23.611,66D**
4	**1.1.1.01**	**CAIXA**	**1.484,67D**	**9.230,00**	**8.773,66**	**1.941,01D**
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	1.484,67D	9.230,00	8.773,66	1.941,01D
7	**1.1.1.02**	**BANCOS CONTA MOVIMENTO**	**13.913,02D**	**11.636,86**	**13.642,34**	**11.907,54D**
8	1.1.1.02.001	BANCO DO BRASIL	4.344,70D	7.907,36	9.252,06	3.000,00D
9	1.1.1.02.002	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.376,88D	240,00	67,78	1.549,10D
657	1.1.1.02.003	SICREDI	7.495,44D	3.129,50	4.235,00	6.389,94D
514	1.1.1.02.006	BANRISUL	696,00D	360,00	87,50	968,50D
10	**1.1.1.03**	**APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA**	**6.537,71D**	**6.132,16**	**2.906,76**	**9.763,11D**
659	1.1.1.03.001	BANCO DO BRASIL C/APLICAÇÃO	25,12D	6.132,16	2.906,76	3.250,52D
660	1.1.1.03.002	BANRISUL C/APLICAÇÃO	6.512,59D	0,00	0,00	6.512,59D
501	**1.2**	**ATIVO NÃO-CIRCULANTE**	**9.466,05D**	**175,00**	**0,00**	**9.641,05D**
111	**1.2.3**	**IMOBILIZADO**	**9.466,05D**	**175,00**	**0,00**	**9.641,05D**
116	**1.2.3.02**	**MÓVEIS E UTENSÍLIOS**	**8.591,05D**	**175,00**	**0,00**	**8.766,05D**
117	1.2.3.02.001	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	8.591,05D	175,00	0,00	8.766,05D
118	**1.2.3.03**	**MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**	**875,00D**	**0,00**	**0,00**	**875,00D**
119	1.2.3.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	875,00D	0,00	0,00	875,00D
149	**2**	**PASSIVO**	**84.147,54C**	**50.894,83**	**0,00**	**33.252,71C**
150	**2.1**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**38.868,29C**	**0,00**	**0,00**	**38.868,29C**
382	**2.1.1**	**EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**	**38.868,29C**	**0,00**	**0,00**	**38.868,29C**
151	**2.1.1.01**	**EMPRÉSTIMOS**	**38.868,29C**	**0,00**	**0,00**	**38.868,29C**
663	2.1.1.01.002	SICREDI C/EMPRESTIMOS	38.868,29C	0,00	0,00	38.868,29C
242	**2.3**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**45.279,25C**	**50.894,83**	**0,00**	**5.615,58D**
243	**2.3.1**	**CAPITAL SOCIAL**	**1,00D**	**0,00**	**0,00**	**1,00D**
244	**2.3.1.01**	**CAPITAL SUBSCRITO**	**1,00D**	**0,00**	**0,00**	**1,00D**
664	2.3.1.01.002	SICREDI C/CAPITAL	1,00D	0,00	0,00	1,00D
257	**2.3.4**	**RESERVAS DE LUCROS**	**25.772,31C**	**0,00**	**0,00**	**25.772,31C**
261	2.3.4.03	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	25.772,31C	0,00	0,00	25.772,31C
264	**2.3.5**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**19.507,94C**	**50.894,83**	**0,00**	**31.386,89D**
265	**2.3.5.01**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**19.507,94C**	**50.894,83**	**0,00**	**31.386,89D**
266	2.3.5.01.001	LUCROS ACUMULADOS	28.390,05C	0,00	0,00	28.390,05C
267	2.3.5.01.002	(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	8.882,11D	50.894,83	0,00	59.776,94D
269	**3**	**DESPESAS**	**281.274,88D**	**13.128,24**	**294.403,12**	**0,00**
500	**3.1**	**DESPESAS GERAIS**	**116.024,80D**	**1.862,69**	**117.887,49**	**0,00**
270	**3.1.1**	**CUSTOS DIRETOS DE PRODUÇÃO**	**116.024,80D**	**1.862,69**	**117.887,49**	**0,00**
273	**3.1.1.02**	**MÃO-DE-OBRA DIRETA**	**116.024,80D**	**1.862,69**	**117.887,49**	**0,00**
274	3.1.1.02.001	SALÁRIOS E ORDENADOS	73.701,63D	91,21	73.792,84	0,00
278	3.1.1.02.005	FÉRIAS	5.595,76D	0,00	5.595,76	0,00
279	3.1.1.02.006	INSS	13.655,66D	1.692,95	15.348,61	0,00
280	3.1.1.02.007	FGTS	22.233,81D	0,00	22.233,81	0,00
282	3.1.1.02.009	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	406,77D	0,00	406,77	0,00
497	3.1.1.02.010	PIS S/ FOLHA	431,17D	78,53	509,70	0,00
295	**3.2**	**DESPESAS OPERACIONAIS**	**165.250,08D**	**11.265,55**	**176.515,63**	**0,00**
296	**3.2.1**	**DESPESAS GERAIS**	**62.367,85D**	**7.282,96**	**69.650,81**	**0,00**
311	**3.2.1.04**	**CONTAS CONSUMO MENSAL**	**14.560,49D**	**2.319,97**	**16.880,46**	**0,00**
312	3.2.1.04.001	DESPESAS COM A PISCINA	4.864,20D	1.124,90	5.989,10	0,00
632	3.2.1.04.006	DESPESAS COZINHA	1.398,99D	0,00	1.398,99	0,00
638	3.2.1.04.012	MATERIAL DE LIMPEZA	8.297,30D	1.195,07	9.492,37	0,00
319	**3.2.1.06**	**DESPESAS DIVERSAS**	**47.807,36D**	**4.962,99**	**52.770,35**	**0,00**
320	3.2.1.06.001	DESPESAS COM EVENTOS	23.899,96D	0,00	23.899,96	0,00
322	3.2.1.06.003	DESPESAS DIVERSAS	7.386,40D	762,99	8.149,39	0,00
323	3.2.1.06.004	PATROCINIO CONCEDIDOS	16.030,00D	4.200,00	20.230,00	0,00
324	3.2.1.06.005	ALVARA/IPTU	491,00D	0,00	491,00	0,00
329	**3.2.2**	**DESPESAS ADMINISTRATIVAS**	**102.882,23D**	**3.982,59**	**106.864,82**	**0,00**
353	**3.2.2.04**	**DESPESAS GERAIS**	**98.227,37D**	**3.653,01**	**101.880,38**	**0,00**
354	3.2.2.04.001	ENERGIA ELÉTRICA	8.281,58D	613,19	8.894,77	0,00
355	3.2.2.04.002	ÁGUA E ESGOTO	7.114,69D	391,78	7.506,47	0,00
356	3.2.2.04.003	TELEFONE	908,19D	79,27	987,46	0,00
357	3.2.2.04.004	DESPESAS COM BAR	11.927,55D	309,01	12.236,56	0,00
359	3.2.2.04.006	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3.146,53D	424,00	3.570,53	0,00
360	3.2.2.04.007	DESPESAS COM A SEDE	61.260,98D	955,76	62.216,74	0,00
361	3.2.2.04.008	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	5.200,00D	880,00	6.080,00	0,00
365	3.2.2.04.012	DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	387,85D	0,00	387,85	0,00
367	**3.2.2.05**	**DESPESAS FINANCEIRAS**	**4.654,86D**	**329,58**	**4.984,44**	**0,00**
369	3.2.2.05.002	DESPESAS BANCÁRIAS	4.654,86D	329,58	4.984,44	0,00
402	**4**	**CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS**	**228.528,79C**	**243.268,29**	**14.739,50**	**0,00**

Sistema licenciado para S NORONHA E CIA LTDA ME

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
403	**4.1**	**RECEITAS OPERACIONAIS**	**228.528,79C**	**243.268,29**	**14.739,50**	**0,00**
404	**4.1.1**	**RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS**	**228.528,79C**	**243.268,29**	**14.739,50**	**0,00**
405	**4.1.1.01**	**RECEITA BRUTAS DE VENDAS E MERCADORIAS**	**228.528,79C**	**243.268,29**	**14.739,50**	**0,00**
406	4.1.1.01.001	DIÁRIA PISCINA	2.860,00C	5.474,50	2.614,50	0,00
407	4.1.1.01.002	BAR -	25.130,06C	25.310,36	180,30	0,00
575	4.1.1.01.002	VERBA PATROCINIO	88.475,00C	88.475,00	0,00	0,00
408	4.1.1.01.003	LOCAÇAO QUADRA	170,00C	170,00	0,00	0,00
409	4.1.1.01.004	LOCAÇAO SALAO NOBRE	8.383,00C	12.363,30	3.980,30	0,00
553	4.1.1.01.005	LOCAÇAO SALAO EVENTOS	16.219,05C	17.944,05	1.725,00	0,00
554	4.1.1.01.006	LOCAÇAO SEDE	34.550,00C	37.550,00	3.000,00	0,00
661	4.1.1.01.008	RECEITA FINANCEIRA	1.040,89C	1.060,29	19,40	0,00
560	4.1.1.01.012	MENSALIDADE CIRCULO MILITAR	31.766,79C	34.986,79	3.220,00	0,00
576	4.1.1.01.028	EVENTOS DIVERSOS	19.934,00C	19.934,00	0,00	0,00
460	**5**	**CONTAS DE APURAÇÃO**	**0,00**	**294.163,12**	**294.163,12**	**0,00**
461	**5.1**	**CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS**	**0,00**	**294.163,12**	**294.163,12**	**0,00**
471	**5.1.4**	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**0,00**	**294.163,12**	**294.163,12**	**0,00**
472	**5.1.4.01**	**APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**	**0,00**	**294.163,12**	**294.163,12**	**0,00**
473	5.1.4.01.001	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	294.163,12	294.163,12	0,00

RESUMO DO BALANCETE

ATIVO	31.401,45D	27.174,02	25.322,76	33.252,71D
PASSIVO	84.147,54C	50.894,83	0,00	33.252,71C
DESPESAS	281.274,88D	13.128,24	294.403,12	0,00
CONTAS DE RESULTADO - RECEITAS	228.528,79C	243.268,29	14.739,50	0,00
CONTAS DE APURAÇÃO	0,00	294.163,12	294.163,12	0,00
CONTAS DEVEDORAS	312.676,33D	40.302,26	319.725,88	33.252,71D
CONTAS CREDORAS	312.676,33C	588.326,24	308.902,62	33.252,71C
RESULTADO DO MES	0,00	-281.274,88	-228.528,79	52.746,09C
RESULTADO DO EXERCÍCIO	52.746,09D	0,00	0,00	0,00

VAGNER ASSIS MINUZZI DA SILVA
DIRETOR
CPF: 929.536.110-53

SAUL NORONHA FILHO
Reg. no CRC - RS sob o No. 20790
CPF: 037.819.500-00

Sistema licenciado para S NORONHA E CIA LTDA ME

Conta	Classificação	Tipo	Nome da conta contábil	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1	01	T	ATIVO	40.574,11	475.518,65	478.017,03	38.075,73
2	01.1	T	ATIVO CIRCULANTE	30.490,47	475.518,65	478.017,03	27.992,09
3	01.1.1	T	DISPONIBILIDADES	30.490,47	475.518,65	478.017,03	27.992,09
4	01.1.1.01	T	CAIXA	833,73	215.555,77	213.278,58	3.110,92
5	01.1.1.01.001		Caixa	833,73	215.555,77	213.278,58	3.110,92
6	01.1.1.02	T	BANCOS CONTA MOVIMENTO	10.794,18	222.886,51	211.130,51	22.550,18
617	01.1.1.02.01	C	Banco do Brasil consolidada	965,00	90.339,81	89.954,81	1.350,00
7	01.1.1.02.01.001		Banco do Brasil S/A	965,00	90.339,81	89.954,81	1.350,00
618	01.1.1.02.02	C	Caixa Econômica Federal consolidada	2.219,37	2.520,00	650,78	4.088,59
8	01.1.1.02.02.002		Caixa Econômica Federal S/A	2.219,37	2.520,00	650,78	4.088,59
629	01.1.1.02.05	C	Sicredi consolidada	6.963,81	117.326,70	107.179,92	17.110,59
630	01.1.1.02.05.001		Sicredi	6.963,81	117.326,70	107.179,92	17.110,59
638	01.1.1.02.06	C	Banrisul Consolidada	646,00	12.700,00	13.345,00	1,00
639	01.1.1.02.06.002		Banrisul	646,00	12.700,00	13.345,00	1,00
11	01.1.1.03	T	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FA	18.862,56	37.076,37	53.607,94	2.330,99
621	01.1.1.03.01	C	Banco do Brasil liquidez imediata	10.960,11	33.954,53	43.907,94	1.006,70
12	01.1.1.03.01.001		Banco do Brasil	10.960,11	33.954,53	43.907,94	1.006,70
636	01.1.1.03.03	C	Sicredi imediata	0,00	90,77	0,00	90,77
637	01.1.1.03.03.001		Sicredi	0,00	90,77	0,00	90,77
640	01.1.1.03.04	C	Banrisul imediata	7.902,45	3.031,07	9.700,00	1.233,52
641	01.1.1.03.04.002		Banrisul	7.902,45	3.031,07	9.700,00	1.233,52
78	01.2	T	ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.083,64	0,00	0,00	10.083,64
93	01.2.2	T	INVESTIMENTOS	1,00	0,00	0,00	1,00
94	01.2.2.01	T	INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONT	1,00	0,00	0,00	1,00
658	01.2.2.01.02	C	Conta Capital	1,00	0,00	0,00	1,00
660	01.2.2.01.02.001		Sicredi C/ Capital	1,00	0,00	0,00	1,00
96	01.2.3	T	IMOBILIZADO	10.082,64	0,00	0,00	10.082,64
97	01.2.3.01	T	BENS E DIREITOS EM USO	10.082,64	0,00	0,00	10.082,64
98	01.2.3.01.001		Máquinas e Equipamentos	875,00	0,00	0,00	875,00
99	01.2.3.01.002		Móveis e Utensílios	9.207,64	0,00	0,00	9.207,64
144	02	T	PASSIVO	24.835,26	25.255,35	0,00	(420,09)
145	02.1	T	PASSIVO CIRCULANTE	30.449,84	25.255,35	0,00	5.194,49
151	02.1.2	T	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30.449,84	25.255,35	0,00	5.194,49
152	02.1.2.01	T	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BAN(	30.449,84	25.255,35	0,00	5.194,49
642	02.1.2.01.04	C	Sicredi empréstimos	30.449,84	25.255,35	0,00	5.194,49
643	02.1.2.01.04.004		Sicredi	30.449,84	25.255,35	0,00	5.194,49
225	02.3	T	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(5.614,58)	0,00	0,00	(5.614,58)
230	02.3.2	T	RESERVAS	25.772,31	0,00	0,00	25.772,31
233	02.3.2.02	T	RESERVAS DE LUCROS	25.772,31	0,00	0,00	25.772,31
234	02.3.2.02.001		Reserva de Lucros	25.772,31	0,00	0,00	25.772,31
248	02.3.4	T	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(31.386,89)	0,00	0,00	(31.386,89)
249	02.3.4.03	T	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(31.386,89)	0,00	0,00	(31.386,89)
250	02.3.4.03.001		Lucros Acumulados	28.390,05	0,00	0,00	28.390,05
251	02.3.4.03.002		Prejuízos Acumulados	(59.776,94)	0,00	0,00	(59.776,94)
259	03	T	RECEITAS	55.886,95	0,00	217.540,09	273.427,04
260	03.1	T	RECEITAS OPERACIONAIS	55.886,95	0,00	217.540,09	273.427,04
261	03.1.1	T	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇC	55.886,95	0,00	216.075,43	271.962,38
262	03.1.1.01	T	RECEITA COM VENDAS	1.254,02	0,00	33.559,00	34.813,02
631	03.1.1.01.005		Receitas Bar	1.254,02	0,00	33.559,00	34.813,02
267	03.1.1.03	T	RECEITAS COM SERVIÇOS	54.632,93	0,00	182.516,43	237.149,36
675	03.1.1.03.016		Aluguel de Utensílios	0,00	0,00	312,00	312,00
632	03.1.1.03.005		Diária Piscina	3.626,50	0,00	2.500,00	6.126,50
653	03.1.1.03.008		Locacao da Sede	3.000,00	0,00	24.140,00	27.140,00
634	03.1.1.03.007		Locacao Quadra	7.195,00	0,00	42.166,78	49.361,78
633	03.1.1.03.006		Locacao Salao Nobre	21.837,00	0,00	38.335,45	60.172,45
656	03.1.1.03.011		Mensalidade Circulo Militar	10.525,00	0,00	35.464,20	45.989,20
654	03.1.1.03.009		Receita Financeira	449,43	0,00	8.468,00	8.917,43
655	03.1.1.03.010		Verba Patrocinio	8.000,00	0,00	31.130,00	39.130,00

Conta	Classificação	Tipo	Nome da conta contábil	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
286	03.1.3	T	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	1.464,66	1.464,66
290	03.1.3.02	T	GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	1.464,66	1.464,66
291	03.1.3.02.001		Rendimentos de Aplicação Financeiras	0,00	0,00	1.464,66	1.464,66
335	04	T	CUSTOS E DESPESAS	40.148,10	194.783,12	0,00	234.931,22
453	04.2	T	DESPESAS OPERACIONAIS	40.148,10	194.783,12	0,00	234.931,22
454	04.2.1	T	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	39.109,89	190.236,61	0,00	229.346,50
472	04.2.1.03	T	DESPESAS GERAIS	39.109,89	190.236,61	0,00	229.346,50
474	04.2.1.03.002		Água e esgoto	1.961,21	4.796,14	0,00	6.757,35
651	04.2.1.03.050		Assistencia Contabil	1.320,00	3.400,00	0,00	4.720,00
644	04.2.1.03.043		Despesas com a Piscina	3.603,90	4.753,42	0,00	8.357,32
650	04.2.1.03.049		Despesas com a Sede	8.697,57	58.587,16	0,00	67.284,73
648	04.2.1.03.047		Despesas com Bar	1.640,72	15.261,35	0,00	16.902,07
646	04.2.1.03.045		Despesas Diversas	14.902,67	60.926,06	0,00	75.828,73
652	04.2.1.03.051		Despesas Legais e Judiciais	263,10	0,00	0,00	263,10
505	04.2.1.03.042		Donativos e Contribuições	0,00	385,00	0,00	385,00
475	04.2.1.03.003		Energia elétrica	3.747,68	9.206,25	0,00	12.953,93
485	04.2.1.03.015		Fretes e Carretos	0,00	100,00	0,00	100,00
476	04.2.1.03.004		Internet	0,00	1.144,90	0,00	1.144,90
481	04.2.1.03.009		Manutenção e conservação	0,00	17.045,99	0,00	17.045,99
649	04.2.1.03.048		Material de Escritório	990,75	1.383,89	0,00	2.374,64
478	04.2.1.03.006		Material de expediente	0,00	20,86	0,00	20,86
645	04.2.1.03.044		Material de Limpeza	1.861,25	4.739,71	0,00	6.600,96
661	04.2.1.03.052		Moveis e Utensilios	0,00	469,90	0,00	469,90
498	04.2.1.03.035		Refeições	0,00	1.757,44	0,00	1.757,44
671	04.2.1.03.055		Taxas e Impostos Diversos	0,00	5.495,92	0,00	5.495,92
647	04.2.1.03.046		Telefone	121,04	762,62	0,00	883,66
558	04.2.3	T	DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	1.038,21	3.250,31	0,00	4.288,52
562	04.2.3.02	T	DESPESAS FINANCEIRAS	1.038,21	3.250,31	0,00	4.288,52
565	04.2.3.02.003		Despesas Bancárias	1.038,21	3.226,68	0,00	4.264,89
563	04.2.3.02.001		Juros	0,00	23,63	0,00	23,63
569	04.2.4	T	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	0,00	1.296,20	0,00	1.296,20
570	04.2.4.01	T	IMPOSTOS	0,00	1.296,20	0,00	1.296,20
582	04.2.4.01.012		Taxas e Emolumentos	0,00	1.296,20	0,00	1.296,20

Resumo

ATIVO	38.075,73	PASSIVO	(420,09)
CUSTOS E DESPESAS	234.931,22	RECEITAS	273.427,04
Total de débitos	695.557,12	Total de créditos	695.557,12

Diferença entre débito e crédito 0,00

Superávit do período 38.495,82

EDAIR GURSKI
Contabilista
CPF: 577.313.730-53
CRC: RS-051841/O-9

IGOR CLEYTON DE SOUZA FIGUEIREDO
Presidente
CPF: 510.362.072-34

Empresa: 425 - CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO Santiago/RS - CNPJ:89.223.234/0001-01

Conta	Classificação	Tipo	Nome da conta contábil	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
1	01	T	ATIVO	38.075,73	426.862,37	409.828,47	55.109,63
2	01.1	T	ATIVO CIRCULANTE	27.992,09	426.862,37	409.828,47	45.025,99
3	01.1.1	T	DISPONIBILIDADES	27.992,09	426.862,37	409.828,47	45.025,99
4	01.1.1.01	T	CAIXA	3.110,92	137.081,01	138.218,13	1.973,80
5	01.1.1.01.001		Caixa	3.110,92	137.081,01	138.218,13	1.973,80
6	01.1.1.02	T	BANCOS CONTA MOVIMENTO	22.550,18	228.332,41	213.461,64	37.420,95
617	01.1.1.02.01	C	Banco do Brasil consolidada	1.350,00	155.449,41	156.799,41	0,00
7	01.1.1.02.01.001		Banco do Brasil S/A	1.350,00	155.449,41	156.799,41	0,00
618	01.1.1.02.02	C	Caixa Econômica Federal consolidada	4.088,59	1.440,00	531,90	4.996,69
8	01.1.1.02.02.002		Caixa Econômica Federal S/A	4.088,59	1.440,00	531,90	4.996,69
629	01.1.1.02.05	C	Sicredi consolidada	17.110,59	68.503,00	53.190,33	32.423,26
630	01.1.1.02.05.001		Sicredi	17.110,59	68.503,00	53.190,33	32.423,26
638	01.1.1.02.06	C	Banrisul Consolidada	1,00	2.940,00	2.940,00	1,00
639	01.1.1.02.06.002		Banrisul	1,00	2.940,00	2.940,00	1,00
11	01.1.1.03	T	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - FA	2.330,99	61.448,95	58.148,70	5.631,24
621	01.1.1.03.01	C	Banco do Brasil liquidez imediata	1.006,70	58.821,55	57.354,01	2.474,24
12	01.1.1.03.01.001		Banco do Brasil	1.006,70	58.821,55	57.354,01	2.474,24
636	01.1.1.03.03	C	Sicredi imediata	90,77	202,64	0,00	293,41
637	01.1.1.03.03.001		Sicredi	90,77	202,64	0,00	293,41
640	01.1.1.03.04	C	Banrisul imediata	1.233,52	2.424,76	794,69	2.863,59
641	01.1.1.03.04.002		Banrisul	1.233,52	2.424,76	794,69	2.863,59
78	01.2	T	ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.083,64	0,00	0,00	10.083,64
93	01.2.2	T	INVESTIMENTOS	1,00	0,00	0,00	1,00
94	01.2.2.01	T	INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONT	1,00	0,00	0,00	1,00
658	01.2.2.01.02	C	Conta Capital	1,00	0,00	0,00	1,00
660	01.2.2.01.02.001		Sicredi C/ Capital	1,00	0,00	0,00	1,00
96	01.2.3	T	IMOBILIZADO	10.082,64	0,00	0,00	10.082,64
97	01.2.3.01	T	BENS E DIREITOS EM USO	10.082,64	0,00	0,00	10.082,64
98	01.2.3.01.001		Máquinas e Equipamentos	875,00	0,00	0,00	875,00
99	01.2.3.01.002		Móveis e Utensílios	9.207,64	0,00	0,00	9.207,64
144	02	T	PASSIVO	(420,09)	14.030,75	0,00	(14.450,84)
145	02.1	T	PASSIVO CIRCULANTE	5.194,49	14.030,75	0,00	(8.836,26)
151	02.1.2	T	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.194,49	14.030,75	0,00	(8.836,26)
152	02.1.2.01	T	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BAN(	5.194,49	14.030,75	0,00	(8.836,26)
642	02.1.2.01.04	C	Sicredi empréstimos	5.194,49	14.030,75	0,00	(8.836,26)
643	02.1.2.01.04.004		Sicredi	5.194,49	14.030,75	0,00	(8.836,26)
225	02.3	T	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(5.614,58)	0,00	0,00	(5.614,58)
230	02.3.2	T	RESERVAS	25.772,31	0,00	0,00	25.772,31
233	02.3.2.02	T	RESERVAS DE LUCROS	25.772,31	0,00	0,00	25.772,31
234	02.3.2.02.001		Reserva de Lucros	25.772,31	0,00	0,00	25.772,31
248	02.3.4	T	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(31.386,89)	0,00	0,00	(31.386,89)
249	02.3.4.03	T	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	(31.386,89)	0,00	0,00	(31.386,89)
250	02.3.4.03.001		Lucros Acumulados	28.390,05	0,00	0,00	28.390,05
251	02.3.4.03.002		Prejuízos Acumulados	(59.776,94)	0,00	0,00	(59.776,94)
259	03	T	RECEITAS	273.427,04	0,00	177.437,38	450.864,42
260	03.1	T	RECEITAS OPERACIONAIS	273.427,04	0,00	177.437,38	450.864,42
261	03.1.1	T	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇC	271.962,38	0,00	176.405,67	448.368,05
262	03.1.1.01	T	RECEITA COM VENDAS	34.813,02	0,00	745,00	35.558,02
631	03.1.1.01.005		Receitas Bar	34.813,02	0,00	745,00	35.558,02
267	03.1.1.03	T	RECEITAS COM SERVIÇOS	237.149,36	0,00	175.660,67	412.810,03
675	03.1.1.03.016		Aluguel de Utensílios	312,00	0,00	3.249,00	3.561,00
632	03.1.1.03.005		Diária Piscina	6.126,50	0,00	2.165,00	8.291,50
653	03.1.1.03.008		Locacao da Sede	27.140,00	0,00	41.956,00	69.096,00
634	03.1.1.03.007		Locacao Quadra	49.361,78	0,00	10.424,11	59.785,89
633	03.1.1.03.006		Locacao Salao Nobre	60.172,45	0,00	6.100,00	66.272,45
656	03.1.1.03.011		Mensalidade Circulo Militar	45.989,20	0,00	25.157,86	71.147,06
654	03.1.1.03.009		Receita Financeira	8.917,43	0,00	11.402,70	20.320,13
655	03.1.1.03.010		Verba Patrocinio	39.130,00	0,00	75.206,00	114.336,00

Conta	Classificação	Tipo	Nome da conta contábil	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo atual
286	03.1.3	T	RECEITAS FINANCEIRAS	1.464,66	0,00	1.031,71	2.496,37
290	03.1.3.02	T	GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.464,66	0,00	1.031,71	2.496,37
291	03.1.3.02.001		Rendimentos de Aplicação Financeiras	1.464,66	0,00	1.031,71	2.496,37
335	04	T	CUSTOS E DESPESAS	234.931,22	146.372,73	0,00	381.303,95
453	04.2	T	DESPESAS OPERACIONAIS	234.931,22	146.372,73	0,00	381.303,95
454	04.2.1	T	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	229.346,50	143.497,27	0,00	372.843,77
472	04.2.1.03	T	DESPESAS GERAIS	229.346,50	143.497,27	0,00	372.843,77
474	04.2.1.03.002		Água e esgoto	6.757,35	7.025,37	0,00	13.782,72
651	04.2.1.03.050		Assistencia Contabil	4.720,00	2.801,00	0,00	7.521,00
644	04.2.1.03.043		Despesas com a Piscina	8.357,32	5.329,40	0,00	13.686,72
650	04.2.1.03.049		Despesas com a Sede	67.284,73	61.296,93	0,00	128.581,66
648	04.2.1.03.047		Despesas com Bar	16.902,07	1.493,00	0,00	18.395,07
646	04.2.1.03.045		Despesas Diversas	75.828,73	415,00	0,00	76.243,73
652	04.2.1.03.051		Despesas Legais e Judiciais	263,10	0,00	0,00	263,10
505	04.2.1.03.042		Donativos e Contribuições	385,00	0,00	0,00	385,00
475	04.2.1.03.003		Energia elétrica	12.953,93	5.757,90	0,00	18.711,83
485	04.2.1.03.015		Fretes e Carretos	100,00	0,00	0,00	100,00
476	04.2.1.03.004		Internet	1.144,90	887,62	0,00	2.032,52
481	04.2.1.03.009		Manutenção e conservação	17.045,99	4.997,67	0,00	22.043,66
649	04.2.1.03.048		Material de Escritório	2.374,64	343,50	0,00	2.718,14
478	04.2.1.03.006		Material de expediente	20,86	79,40	0,00	100,26
645	04.2.1.03.044		Material de Limpeza	6.600,96	3.718,91	0,00	10.319,87
661	04.2.1.03.052		Moveis e Utensilios	469,90	0,00	0,00	469,90
682	04.2.1.03.057		Patrocinios	0,00	41.449,00	0,00	41.449,00
498	04.2.1.03.035		Refeições	1.757,44	965,33	0,00	2.722,77
671	04.2.1.03.055		Taxas e Impostos Diversos	5.495,92	6.478,64	0,00	11.974,56
647	04.2.1.03.046		Telefone	883,66	458,60	0,00	1.342,26
558	04.2.3	T	DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	4.288,52	2.875,46	0,00	7.163,98
562	04.2.3.02	T	DESPESAS FINANCEIRAS	4.288,52	2.875,46	0,00	7.163,98
565	04.2.3.02.003		Despesas Bancárias	4.264,89	2.780,77	0,00	7.045,66
563	04.2.3.02.001		Juros	23,63	0,00	0,00	23,63
681	04.2.3.02.007		Perdas em Aplicações Financeiras	0,00	94,69	0,00	94,69
569	04.2.4	T	DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTÁRIAS	1.296,20	0,00	0,00	1.296,20
570	04.2.4.01	T	IMPOSTOS	1.296,20	0,00	0,00	1.296,20
582	04.2.4.01.012		Taxas e Emolumentos	1.296,20	0,00	0,00	1.296,20

Resumo

ATIVO	55.109,63	PASSIVO	(14.450,84)
CUSTOS E DESPESAS	381.303,95	RECEITAS	450.864,42
Total de débitos	587.265,85	Total de créditos	587.265,85

Diferença entre débito e crédito 0,00

Superávit do período 69.560,47

EDAIR GURSKI
Contabilista
CPF: 577.313.730-53
CRC: RS-051841/O-9

IGOR CLEYTON DE SOUZA FIGUEIREDO
Presidente
CPF: 510.362.072-34

ANEXO V – MEMÓRIA DE CÁLCULO

1. FLUXO DE CAIXA 1 – CENÁRIO REALISTA:

• Taxa de Desconto = 12% ao ano;

• Horizonte = 30 anos;

• Custos com reforma/readequação = R$ 100.000,00;

• Custos com Projeto de Reforma = R$ 10.000,00;

• Periodização para as reformas/readequações = 15 anos;

• Periodização para Projetos = 15 anos;

• Taxa de capitalização a ser aplicada sobre o Valor do Empreendimento = 0,5% (relação entre arrendamento e venda de imóveis).

De posse dos dados da Tabela 8 apresentada no Laudo de Avaliação e dos parâmetros justificados para o cenário realista, montou-se o fluxo de caixa ilustrado na Figura 1.

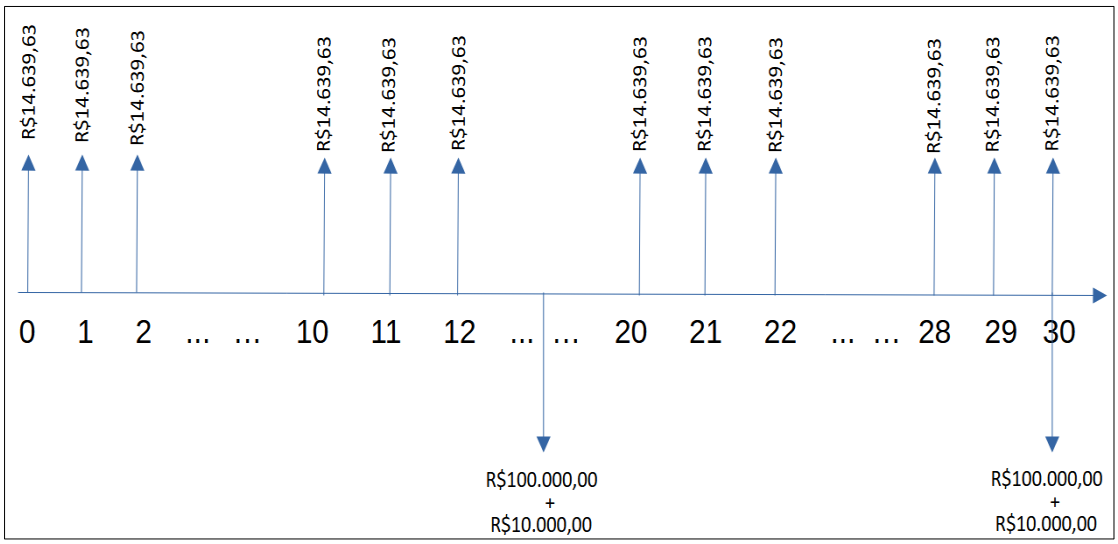


Figura 1 – Ilustração do Fluxo de Caixa para o Cenário Realista

Valor Presente Líquido (VPL) do empreendimento no período: R$ 172.529,66

• Capitalização do valor do empreendimento para a Cessão de Uso: 0,5% x R$ 172.529,66 = R$ 862,65 / mês

Valor Médio para a Cessão de Uso (cenário realista) = R$ 862,65/mês

2. FLUXO DE CAIXA 2 – CENÁRIO PESSIMISTA:

• Taxa de Desconto = 12% ao ano;

• Horizonte = 30 anos;

• Custos com reforma/readequação = R$ 100.000,00;

• Custos com Projeto de Reforma = R$ 10.000,00;

• Periodização para as reformas/readequações = 10 anos;

• Periodização para Projetos = 10 anos;

• Taxa de capitalização a ser aplicada sobre o Valor do Empreendimento = 0,5% (relação entre arrendamento e venda de imóveis).

De posse dos dados da Tabela 8 apresentada no Laudo de Avaliação e dos parâmetros justificados para o cenário pessimista, montou-se o fluxo de caixa ilustrado na Figura 2.

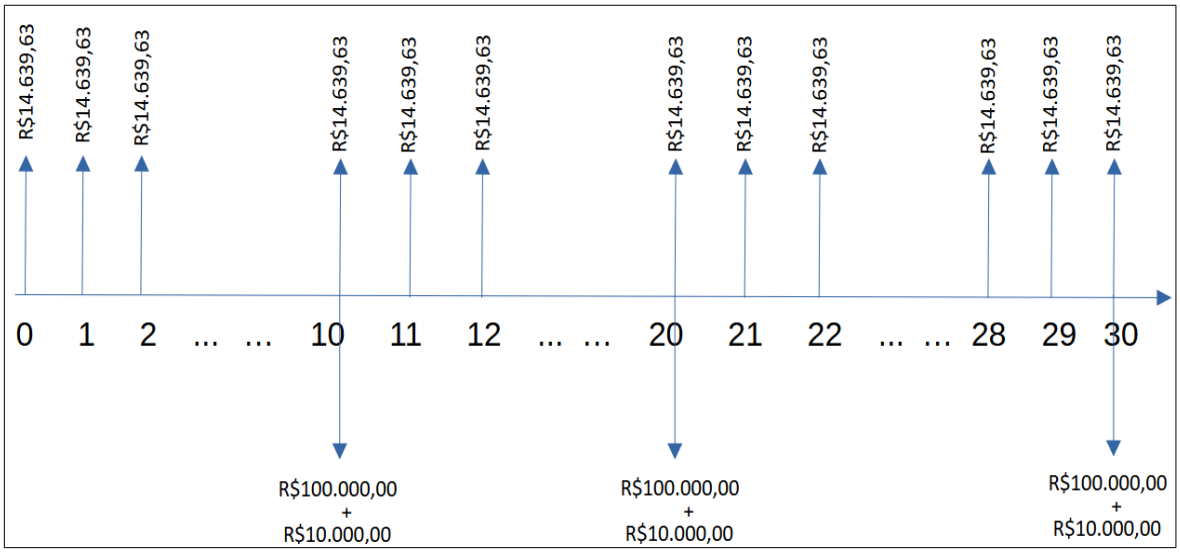


Figura 2 – Ilustração do Fluxo de Caixa para o Cenário Pessimista

Valor Presente Líquido (VPL) do empreendimento no período: R$ 145.805,84

• Capitalização do valor do empreendimento para a Cessão de Uso: 0,5% x R$ 145.805,84 = R$ 729,03 / mês

Valor Médio para Cessão de Uso (cenário pessimista) = R$ 729,03 /mês

3. <u>FLUXO DE CAIXA 3 – CENÁRIO OTIMISTA:</u>

• Taxa de Desconto = 12% ao ano;

• Horizonte = 30 anos;

• Custos com reforma/readequação = R$ 100.000,00;

• Custos com Projeto de Reforma = R$ 10.000,00;

• Periodização para as reformas/readequações = única reforma;

• Periodização para Projetos = 30 anos;

• Taxa de capitalização a ser aplicada sobre o Valor do Empreendimento = 0,5% (relação entre arrendamento e venda de imóveis).

De posse dos dados da Tabela 8 apresentada no Laudo de Avaliação e dos parâmetros justificados para o cenário otimista, montou-se o fluxo de caixa ilustrado na Figura 3.

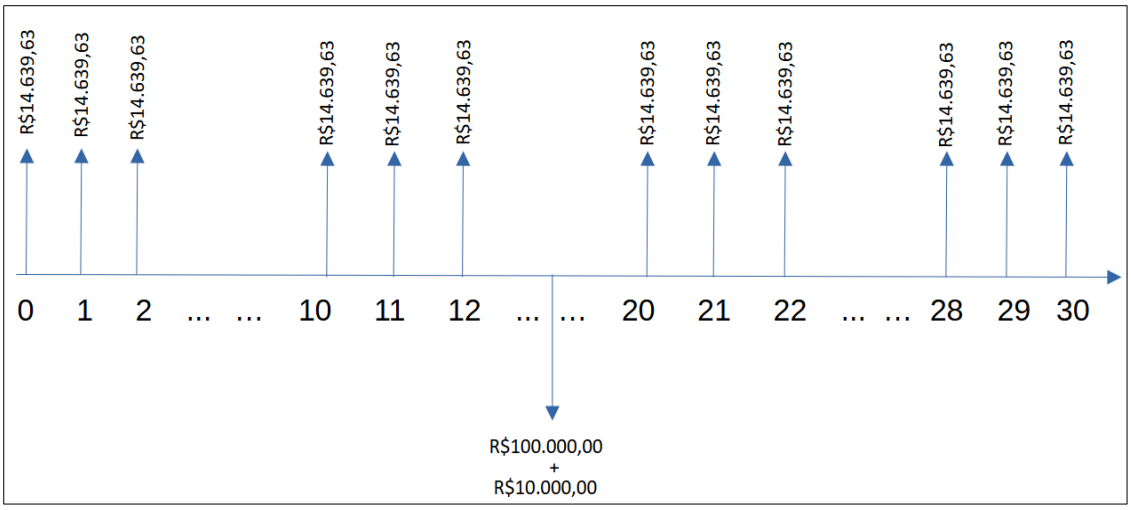


Figura 3 – Ilustração do Fluxo de Caixa para o Cenário Otimista

Valor Presente Líquido (VPL) do empreendimento no período: R$ 176.201,23.

• Capitalização do valor do empreendimento para a Cessão de Uso: 0,5% x R$ 176.201,23 = R$ 881,01 / mês

Valor Médio para Cessão de Uso (cenário otimista) = R$ 881,01 /mês

ANEXO VI – PUBLICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO AVALIADOR EM BOLETIM INTERNO DA OM

"CÓPIA AUTÊNTICA" – MINISTÉRIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO – 6ª BRIGADA DE INFANTARIA BLINDADA – (6ª DI / 1949) – "BRIGADA NIEDERAUER" – Quartel em Santa Maria-RS, 11 de outubro de 2024 (sexta-feira) – BOLETIM INTERNO Nº 192/2024 – **Para conhecimento dessa Grande Unidade e devida execução, publico o seguinte – 1ª PARTE – SERVIÇOS DIÁRIOS –** Sem Alteração **– 2ª PARTE – INSTRUÇÃO –** Sem Alteração **– 3ª PARTE – ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS –** b. AVALIAÇÃO PARA CESSÃO DE USO Designo o 1º Ten OTT Eng Civ FÁBIO PEREIRA **ROSSATO**, do Cmdo 6ª Bda Inf Bld, como Responsável Técnico para realizar a elaboração do Laudo de Avaliação para a Cessão de Uso onerosa: - do Círculo Militar da 1ª Bda C Mec, Santiago-RS; e [...]. 1º Ten OTT Eng Civ FÁBIO PEREIRA **ROSSATO** (Conforme previsto na Portaria – C Ex nº 1.812, de 16 AGO 22, que autoriza a cessão de uso não onerosa de bens imóveis próprios nacionais, sob o regime de exercício de atividades de apoio à Fundação Habitacional do Exército (FHE), e delega competência para representação nos atos pertinentes) (Solu ao DIEx Simplificado Nº 27-E10/Cmdo da 6ª Bda Inf Bld, EB: 64295.006345/2024-77, de 10 OUT 24, do Ch 10ª Seção Log do Cmdo 6ª Bda Inf Bld) Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes. (Nota nº 46809, de 11 de outubro de 2024, da(o) 10ª Seç Log) **– 4ª PARTE – JUSTIÇA E DISCIPLINA –** Sem Alteração **– Gen Bda MARCUS AUGUSTO BASTOS NEUVALD** Cmt 6ª Bda Inf Bld **– CONFERE COM O ORIGINAL,** Quartel em Santa Maria-RS, 14 OUT 24 – ANTÔNIO ENEIDSON UMPIERRE **MUSSOLINE** – CAP R/1 – Secretário do Cmdo da 6ª Bda Inf Bld.

Scanned with CamScanner

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CREA-RS

ART Número
13420010

Tipo: OBRA OU SERVIÇO
Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO
Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS196015 **Profissional:** FÁBIO PEREIRA ROSSATO **E-mail:** eng.fpr@outlook.com
RNP: 2211906087 **Título:** Engenheiro Civil
Empresa: NENHUMA EMPRESA **Nr.Reg.:**

Contratante

Nome: 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA (1ªBDA C MEC) **E-mail:** salc@1bdacmec.eb.mil.br
Endereço: RUA JÚLIO DE CASTILHOS 137 QG **Telefone:** (55) 3302-4305 **CPF/CNPJ:** 09550510000107
Cidade: SANTIAGO **Bairro:** CENTRO **CEP:** 97700095 **UF:** RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA (1ªBDA C MEC)
Endereço da Obra/Serviço: Rua JÚLIO DE CASTILHOS 137 QG **CPF/CNPJ:** 09550510000107
Cidade: SANTIAGO **Bairro:** CENTRO **CEP:** 97700095 **UF:** RS
Finalidade: PÚBLICO **Vlr Contrato(R$):** 0,01 **Honorários(R$):** 0,01
Data Início: 28/10/2024 **Prev.Fim:** 31/12/2024 **Ent.Classe:** SEASM

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Avaliação	CESSÃO DE USO NÃO ONEROSA - FHE ESCST	88,80	M²
Laudo Técnico	CESSÃO DE USO NÃO ONEROSA - FHE ESCST	88,80	M²

ART registrada (paga) no CREA-RS em 01/11/2024

	Declaro serem verdadeiras as informações acima	De acordo
Local e Data	FÁBIO PEREIRA ROSSATO	1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA (1ªBDA C MEC)
	Profissional	Contratante

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODE SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK SOCIEDADE - ART CONSULTA.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 001/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 15/04/2025 às 11:40, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): Laudo de Avaliação.pdf, ANEXO I - Relatório fotográfico.pdf, ANEXO II - Mapas do imóvel avaliando.pdf, ANEXO III - Documentação do imóvel.pdf, ANEXO IV - Balancetes.pdf, ANEXO V - Memória de Cálculo.pdf, ANEXO VI - Publicação em BI.pdf, ANEXO VII - ART_RS1960156522.pdf.

LUCAS PINTO MARTINS - 2º Sgt
Adjunto Almoxarifado

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
4º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
GRUPAMENTO GENERAL SAMUEL AUGUSTO ALVES CORRÊA

Quartel Porto Alegre-RS, 29 de outubro de 2024
(terça-feira)

BOLETIM DO 4º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA Nº 46/2024

Para conhecimento e devida execução, publico o seguinte:

1ª Parte
SERVIÇOS DIÁRIOS

Sem Alteração

2ª Parte
INSTRUÇÃO

ESTÁGIO

BOLETIM DO EXÉRCITO - Assuntos Gerais

Foi publicado no Boletim do Exército nº 43/24, de 25 de outubro de 2024, os seguintes assuntos do interesse geral da Força, para conhecimento do 4º Gpt E:

- PORTARIA – DECEx/C Ex Nº 786, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

Altera dispositivos da Portaria – DECEx/C Ex nº 565, de 24 de abril de 2024, que aprovou o Calendário Geral de Cursos e Estágios Gerais no Exército Brasileiro para o ano de 2025.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO, no uso...

Art. 1º Fica alterada a Portaria – DECEx/C Ex nº 565, de 24 de abril de 2024, que passa avigorar com as seguintes alterações:

"CALENDÁRIO GERAL DE CURSOS E ESTÁGIOS GERAIS NO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA O ANO DE 2025

1. CURSOS DESTINADOS A **OFICIAIS**

(...)

h. Cursos de Especialização e Extensão

Neutralização de Artefatos Explosivos (EOD) Nível 3

Local: Centro de Instrução de Engenharia/2º Batalhão Ferroviário (CI Eng/2º B Fv) - Araguari - MG

1º Fase

Data Apresentação:

Data Início: 20 OUT 25

Data Término: 2 NOV 25

2º Fase

Data Apresentação: 3 NOV 25

Data Início: 3 NOV 25

Data Término: 28 NOV 25

2. CURSOS DESTINADOS A SUBTENENTES E SARGENTOS

(...)

c. Cursos de Especialização e Extensão

Neutralização de Artefatos Explosivos (EOD) Nível 3

Local: Centro de Instrução de Engenharia/2º Batalhão Ferroviário (CI Eng/2º B Fv) - Araguari - MG

1º Fase

Data Apresentação:

Data Início: 20 OUT 25

Data Término: 2 NOV 25

2º Fase

Data Apresentação: 3 NOV 25

Data Início: 3 NOV 25

Data Término: 28 NOV 25

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providências decorrentes
Solução à Nota Nº 236-AjG/4º Gpt E, 28 OUT 24)

3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. ASSUNTOS GERAIS

Sem Alteração

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. ADITAMENTO - Distribuição

Com o presente Boletim é Distribuído o Aditamento nº 25-E4/2024, versando sobre Gestão de Material Classe VI.

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

b. HOMOLOGAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO - PUBLICAÇÃO

1) HOMOLOGO, o Laudo de Avaliação Nº 04/2024 - 5ª RM, recebido por meio do DIEx Nº 193-Seç Proj/Ch EM/Cmdo 5ª RM, de 23 de outubro de 2024, de acordo com o Parecer Nº 39/2024 emitido pelo Destacamento Curitiba/4º Gpt E, que APROVOU, o referido laudo. O Laudo de Avaliação referente à parcela do imóvel PR 05-0173, administrado pelo 15º Batalhão Logístico, com parcela da área de 12,96 m², valor avaliado em R$1.720,00 (um mil setecentos e vinte reais)/mês para fins de determinação do valor de mercado para utilização em finalidade complementar Cessão de Uso para atividade de apoio, Barbearia, elaborado pela avaliadora 1º Ten Katiuscia Carla Nagabe, arquiteta, CREA - A 55423-5.

Em consequência:
- o DCtba/4º Gpt E encaminhe à OM solicitante o Laudo de Avaliação, o Parecer de homologação e a cópia da publicação em BI do Comando do 4º Gpt E, para compor o processo administrativo, a fim de que lhe seja dado prosseguimento.
(Solução à Nota Nº 10-SPIMA/5, 29 OUT 24)

2) HOMOLOGO, o Laudo de Avaliação Nº 09/2024 - 5ª RM, recebido por meio do DIEx Nº 925-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, de 23 de outubro de 2024, de acordo com o Parecer Nº 41/2024 emitido pelo Destacamento Curitiba/4º Gpt E, que APROVOU, o referido laudo. O Laudo de Avaliação referente à parcela do imóvel SC 05-0022, administrado pelo 63º Batalhão de Infantaria, com parcela da área de 57,38 m², valor avaliado em R$ 3.791,52 (três mil setecentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos)/mês para fins de determinação do valor de mercado para utilização e finalidade de complementar Cessão de Uso, não onerosa, para atividade de apoio, Associação dos Amigos do Batalhão, elaborado pelo avaliador engenheiro civil, Cap R1 Kleber Salau Moreira, CREA 18.061/D-DF.

Em consequência:
- o DCtba/4º Gpt E encaminhe à OM solicitante o Laudo de Avaliação, o Parecer de homologação e a cópia da publicação em BI do Comando do 4º Gpt E, para compor o processo administrativo, a fim de que lhe seja dado prosseguimento.
(Solução à Nota Nº 12-SPIMA/5, 28 OUT 24)

3) HOMOLOGO, o Laudo de Avaliação Nº 08/2024 - 5ª RM, recebido por meio do DIEx Nº 924-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, de 23 de outubro de 2024, de acordo com o Parecer Nº 40/2024 emitido pelo Destacamento Curitiba/4º Gpt E, que APROVOU, o referido laudo. O Laudo de Avaliação referente à parcela do imóvel SC 05-0022, administrado pelo 63º Batalhão de Infantaria, com parcela da área de 51,16 m², valor avaliado em R$ 3.637,52 (três mil e seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e dois centavos)/mês para fins de determinação do valor de mercado para utilização em finalidade complementar Cessão de Uso, não onerosa, para atividade de apoio, Associação dos Oficiais da Reserva (AORE), elaborado pelo avaliador engenheiro civil, Cap R1 Kleber Salau Moreira, CREA 18.061/D-DF.

Em consequência:
- o DCtba/4º Gpt E encaminhe à OM solicitante o Laudo de Avaliação, o Parecer de homologação e a cópia da publicação em BI do Comando do 4º Gpt E, para compor o processo administrativo, a fim de que lhe seja dado prosseguimento.
(Solução à Nota Nº 11-SPIMA/5, 28 OUT 24)

4) HOMOLOGO o Laudo de Avaliação nº 04/2024-RTSM remetido para este Grupamento por meio do DIEx nº 221-EAE/4º Gpt E, de 4 JUN 24, com a finalidade de determinar o valor de mercado para Cessão de Uso referente a parcela do imóvel PNRS 03-0034, administrado pela 3º BE Cmb, Cachoeira do Sul-RS, com área avaliada de 17,60 m² para atividade de apoio de uma barbearia, elaborado pela avaliadora, 1º Ten OTT Arquiteta ANGELA CECILIA SALVATI, CAU do RT A53868-0. A 1º Ten Salvati, responsável pelo laudo e a memória de cálculo, aferiu o valor de R$ 967,71/mês (novecentos e sessenta e sete reais e setenta e um centavos).

Em consequência:
- S SPI/4º Gpt E encaminhe à OM solicitante a cópia da publicação em Boletim do 4º Gpt E, referente à homologação, para compor o processo administrativo, para o devido prosseguimento.
(Solução à Nota Nº 128-SPI/3/4º Gpt E)

5) HOMOLOGO o Laudo de Avaliação nº 05/2024-6ª Bda Inf Bld remetido para este Grupamento por meio do DIEx nº 1324-4ª Seção/Cmdo 3ª DE, de 29 OUT 24, com a finalidade de determinar o valor de mercado para Cessão de Uso referente a parcela dos imóveis PN RS 03-0224 e RS 03-0225, administrado pela 1ª Bda C Mec, Santiago-RS, com área da parcela avaliada de 699,05 m² para atividade de apoio de uma sede social do Círculo Militar de Santiago, elaborado pelo avaliador, 1º Ten OTT Eng Civ FÁBIO PEREIRA ROSSATO, CREA RS 196.015. O 1º Ten Rossato, responsável pelo laudo e a memória de cálculo, aferiu o valor de R$ 729,03/mês (setecentos e vinte e nove reais e três centavos).

Em consequência:
- S SPI/4º Gpt E encaminhe à OM solicitante a cópia da publicação em Boletim do 4º Gpt E, referente à homologação, para compor o processo administrativo, para o devido prosseguimento.
(Solução à Nota Nº 129-SPI/3/4º Gpt E)

c. HOMOLOGAÇÃO REVALIDAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO - Publicação

ORDEM DE ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL - PUBLICAÇÃO: Em atenção as diretrizes da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (DPIMA), o Laudo de Avaliação referente aos imóveis PR 05-0032 com área de 12.484,22 m², PR 05-0054 com área de 525,90 m², PR 05-0055 com área de 508,72 m², PR 05-0056 com área de 693,24 m² e PR 05-0057 com área de 1.435,35 m², totalizando 15.647,43 m² de área e aproximadamente 10.852,05 m² de área construída, sob responsabilidade administrativa do 5º B Sup, localizado na Avenida Silva Jardim, nº 110, bairro Rebouças, Curitiba-PR, está sendo confeccionado pelo 1º Ten Norton Barros Felix, da Comissão Regional de Obras, Engenheiro de Fortificação e Construção, habilitado por aquela Diretoria, com a finalidade de determinação de valor de mercado para fins de alienação.

Em consequência, interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.
(Solução à Nota Nº 13-SPIMA/5, 29 OUT 24)

d. RELATÓRIO DE VALOR DE REFERÊNCIA - Homologação de Parecer

RELATÓRIO DE VALOR DE REFERÊNCIA (RVR) - Homologação de Parecer HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nº 01/2024, do Cmdo 5ª RM, referente à avaliação do imóvel urbano PR 05-0042, RIP Imóvel 7535002985007, com área de 1.841.604,55 m², sob responsabilidade da B Adm Ap/5ª RM, em Curitiba-PR, valor de referência R$ 1.118.823.995,46 (um bilhão cento e dezoito milhões oitocentos e vinte e três mil novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e seis centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 1º Ten OTT Arquiteta e Urbanista KATIUSCIA CARLA NAGABE, CAU A55423-5, da 5ª RM;
HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nº 02/2024, do Cmdo 5ª RM, referente à avaliação do imóvel urbano PR 05-0099, RIP Imóvel 7583000415009, com área de 231.322,24 m², sob responsabilidade do 26º GAC, em Guaratuba-PR, valor de referência R$ 37.415.980,61 (trinta e sete milhões quatrocentos e quinze mil novecentos e oitenta reais e sessenta e um centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pelo avaliador 2º Ten OTT Engenheiro Civil EDUARDO ANDRÉ GURSKI, CREA 177026, da 5ª RM;
HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nº 03/2024, do Cmdo 5ª RM, referente à avaliação do imóvel urbano PR 05-0058, RIP Imóvel 7583002945005, com área de 198.807,04 m², sob responsabilidade do CMC, em Curitiba-PR, valor de referência R$ 267.596.530,20 (duzentos e sessenta e sete milhões quinhentos e noventa e seis mil quinhentos e trinta reais e vinte centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 1º Ten OTT Arquiteta e Urbanista KATIUSCIA CARLA NAGABE, CAU A55423-5, da 5ª RM;
HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nr 008/2024-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, referente à avaliação do imóvel urbano SC 05-0017, RIP Imóvel 8105001775007, com área de 3.325,00 m², sob responsabilidade do Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, em Florianópolis-SC, valor de referência R$ 7.339.273,96 (sete milhões trezentos e trinta e nove mil duzentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 2º Ten OTT Engenheira Civil ESTER CELESTE DA SILVA, do Cmdo 14ª Bda Inf Mtz, CREA 177198-7;
HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nr 009/2024-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, referente à avaliação do imóvel urbano SC 05-0003, RIP Imóvel 8047000145009, com área de 2.026,00 m², sob responsabilidade do 23º BI, em Blumenau-SC, valor de referência R$ 2.240.292,70 (dois milhões duzentos e quarenta mil duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos) com a

finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 2º Ten OTT Engenheira Civil ESTER CELESTE DA SILVA, do Cmdo 14ª Bda Inf Mtz, CREA 177198-7; e

HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nr 010/2024-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, referente à avaliação do imóvel urbano SC 05-0004, RIP Imóvel 8047000195006, com área de 2.070,00 m², sob responsabilidade do 23º BI, em Blumenau-SC, valor de referência R$ 2.409.606,34 (dois milhões quatrocentos e nove mil seiscentos e seis reais e trinta e quatro centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 2º Ten OTT Engenheira Civil ESTER CELESTE DA SILVA, do Cmdo 14ª Bda Inf Mtz, CREA 177198-7.

HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nr 009/2024-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, referente à avaliação do imóvel urbano SC 05-0003, RIP Imóvel 8047000145009, com área de 2.026,00 m², sob responsabilidade do 23º BI, em Blumenau-SC, valor de referência R$ 2.240.292,70 (dois milhões duzentos e quarenta mil duzentos e noventa e dois reais e setenta centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 2º Ten OTT Engenheira Civil ESTER CELESTE DA SILVA, do Cmdo 14ª Bda Inf Mtz, CREA 177198-7; e

HOMOLOGO, o Parecer do Relatório de Valor de Referência (RVR) Nr 010/2024-SPIMA/14ª Bda Inf Mtz, referente à avaliação do imóvel urbano SC 05-0004, RIP Imóvel 8047000195006, com área de 2.070,00 m², sob responsabilidade do 23º BI, em Blumenau-SC, valor de referência R$ 2.409.606,34 (dois milhões quatrocentos e nove mil seiscentos e seis reais e trinta e quatro centavos) com a finalidade de reavaliação para atualização contábeis, elaborado pela avaliadora 2º Ten OTT Engenheira Civil ESTER CELESTE DA SILVA, do Cmdo 14ª Bda Inf Mtz, CREA 177198-7.

Em consequência, interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.
(Solução à Nota Nº 14-SPIMA/5, 29 OUT 24)

e. Despacho Decisório - Empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA

EB 64327.000628/2024-91
PORTARIA nº 05/2024-Sect/CRO 3, de 02 ABR 24.
ASSUNTO: Recurso em Processo Administrativo.
INTERESSADO: Empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 18.503.774/0001-09

1) Trata-se de despacho referente ao recurso administrativo interposto pela empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 18.503.774/0001-09, qualificada nos autos do Processo Administrativo instaurado por meio da Portaria nº 05/2024-Sect/CRO 3, de 02 ABR 24, que apurou possível infração Administrativa, cometida pela Empresa, conforme preceitua a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Portaria Normativa nº 1.243, de 21 de setembro de 2006.

2) Inicialmente, verifica-se que:

a) O procedimento realizado se revestiu das formalidades estabelecidas, no qual foram observados os direitos constitucionais ao contraditório e à ampla defesa insculpidos no Art.5º, LV da CF, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1.999, e na Portaria nº 1.324-Cmt Ex, de 4 de outubro de 2017, que aprova as Normas para a Apuração de Irregularidades Administrativas (EB 10-N-13.007).

b) Que o presente recurso atende aos pressupostos subjetivos de legitimidade recursal, pois o recorrente figura como parte, o interesse recursal é evidente e decorre da imputação da responsabilidade pelo dano causado. Os pressupostos objetivos de admissibilidade de existência de um ato administrativo de cunho decisório, pedido de nova decisão para autoridade decisória, tempestividade e fundamentação foram atendidos.

3) No mérito:

a) A empresa participou e foi vencedora da licitação modalidade Tomada de Preços nº30/2023, de 26 de dezembro de 2023, conforme Ata da Reunião de Abertura de Propostas realizada no dia 25 de janeiro de 2024. No dia 10 de março de 2024, através de e-mail, a CRO/3 convoca o representante da empresa para realizar a assinatura do contrato nº 16/2024, o que não foi atendido. Já no dia 12 de março de 2024 a empresa solicita prorrogação de prazo para a assinatura do contrato.

b) Como justificativa para a recusa em realizar a assinatura do contrato, a empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, alegou que após análise cuidadosa dos termos, verificaram que os valores orçados datam de março de 2023, portanto estariam desatualizados para o momento.

c) No dia 20 de março de 2024, a empresa envia uma carta de esclarecimento sobre inviabilidade de execução do contrato, onde expressa as razões pelas quais considera a execução do contrato inviável, destacando desequilíbrios nas cotações realizadas, apontando discrepâncias nos valores, afirmando que caso cumprissem o contrato teriam prejuízo.

d) Diante da recusa por parte da empresa em realizar a assinatura do contrato, a CRO/3, no dia 2 de abril de 2024, através da Portaria 05/2024-Sect/CRO 3, abre Processo Administrativo com a finalidade de apurar possível infração administrativa, passível de sancionamento, por parte da empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, por não assinar o Termo de Contrato, quando foi convocada dentro do prazo de validade da proposta.

e)No processo administrativo originário, que já foi solucionado, o chefe da CRO/3 imputou à empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ: 18.503.774/0001-09 a seguinte sanção:

- Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CRO/3 pelo prazo de seis meses

f) Diante disso, a Empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA impetrou recurso, onde entre outras questões, considerou inexequíveis os preços orçados pelo Exército Brasileiro, também afirmou que em virtude do curto prazo para a apresentação de proposta a empresa adotou uma estratégia eficiente de cálculos de preços, e expos várias razões onde segundo a empresa, apontam para uma flagrante ilegalidade contida na licitação que deu origem ao Contrato.

g) Por fim a empresa requer o recebimento do seu recurso com o arquivamento do Processo administrativo, sem aplicação de qualquer sanção para a empresa.

h) Antes de qualquer coisa é importante salientar, que restou inafastável o respeito aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, pois a empresa foi informada sobre a abertura do Processo Administrativo através do Ofício 001, de 4 de abril de 2024, o qual foi recebido pela empresa, sendo notificada em 17 de abril de 2024, a notificação foi encaminhada e recebida pela empresa dentro dos prazos previstos nas legislações vigentes, oportunizando manifestação e até acréscimo de documentos, caso a empresa achasse necessário.

i) Ao analisar-mos toda a argumentação despendida pela recorrente, verifica-se que não lhe assiste razão. Primeiramente, cabe destacar que todas as argumentações da empresa foram devidamente respondidas dentro do Processo, tanto pelo Encarregado do Processo Administrativo quanto pelo Chefe da Comissão Regional de Obras 3, ficando evidente o prejuízo causado pela empresa ao se negar a realizar a assinatura do Contrato.

j) É de suma importância ressaltar que no Edital modelo Tomada de Preços nº 030/2023, de 26 de dezembro de 2023, o qual a empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA participou com proposta da própria empresa, possui condições estabelecidas, onde a empresa estava ciente e concordou em participar. Desta forma, é dos editais dos certames que se extraem todas as informações necessárias para análises quanto às condições particulares de cada participante, portanto o licitante deverá estar ciente das condições estabelecidas no Edital.

k) Cabe citar aqui alguns itens constantes no Edital, que cabem bem para a situação da empresa:

7.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital. ANEXO XIII.(...)8.1.3. Preços unitários e valor global da proposta, em algarismos, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, apresentando discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.8.1.3.1. Nos preços cotados deverão estar incluídos custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e qualquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõe, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.8.1.3.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.8.1.3.3 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso de expressão "verba" ou de unidades genéricas.

l) Diante do acima exposto, fica evidente a responsabilidade da empresa quanto a observância dos itens previstos no Edital, levando a crer que a empresa, após ter sido declarada vencedora, ao analisar com mais atenção os contornos da contratação proposta,concluiu não possuir capacidade econômica para suportar a execução do contrato.

m) Resta evidente que a conduta da empresa vencedora, violou os preceitos legais ao frustrar os objetivos do certame e ao colocar a perder todo o trabalho realizado pela comissão de licitação, com dispêndio de tempo e recursos públicos, sem falar nas obras objeto da tomada de preços que ainda não foram iniciadas.

n) Cabe salientar que a empresa ao negar-se a assinar o contrato, sem justificativa razoável, incide na norma prevista no art. 81 da Lei 8.666/93, e também nas sanções previstas no Edital, quais são:

(Lei 8.666/93) - Art 81. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 8.666, de 1993, o licitante/ adjudicatário que:18.1.1. Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.(...)18.1.5. Não mantiver a proposta.(...)18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:18.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.18.3.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimados dos itens prejudicados pela conduta do licitante.18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.18.3.4. Declaração de idoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes para a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

o) Quanto a solicitação da Empresa de que sejam excluídas as penalidades impostas, entende-se não ser possível, pois é inerente a qualquer cargo, fundado no princípio da indisponibilidade do interesse público, que reza que não se pode revelar, perdoar, aceitar, ou seja, abrir mão de direitos que não pertencem a particulares, mas ao Estado, e nesse caso por tratar-se de Órgão Público não se pode ignorar ou afastar as responsabilidades sobre o dano causado. A penalidade aplicada pela autoridade competente, entre outras questões, avaliou o prejuízo causado pela não execução da obra, também considerou os danos causados na parte administrativa, pois além do desprendimento de tempo utilizado para averiguar a situação pela qual a empresa não realizou a assinatura do contrato, a OM teve que resolver utilizando outras linhas de ações, demandando tempo e pessoal.

p) O relatório conclusivo apresentado pelo encarregado do Processo Administrativo abordou todos os pontos e entendeu haver os pressupostos de fato e de direito que impõe à empresa a responsabilidade.

q) O procedimento realizado se revestiu das formalidades estabelecidas, no qual foram observados os direitos constitucionais ao contraditório e à ampla defesa insculpidos no art.5º, LV da CF, na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Portaria nº 107-Cmt Ex, de 13 de fevereiro de 2012, que aprova as Instruções Gerais para a elaboração de Sindicância no âmbito do Exército Brasileiro (EB10-IG-09.001), e na Portaria nº 1.324-Cmt Ex, de 4 de outubro de 2017, que aprova as Normas para apuração de Irregularidades Administrativas no Exército Brasileiro (EB10-N-13.007).

4) Conclusão:

RECEBO o recurso apresentado pela empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ:18.503.774/0001-09 e NEGO PROVIMENTO aos pedidos postulados, mantendo a imputação indicada, estribada na fundamentação desenvolvida.

É importante ressaltar que todo o processo administrativo foi elaborado dentro do Edital e seus anexos, inclusive quanto a previsão de sanções administrativas, devemos também dar importante relevância de que é dever do Servidor Público apurar, ou levar a quem possa fazer, todo e qualquer fato que coloque em risco licitações, prestação de serviço ou fornecimento de materiais. Tal responsabilidade não pode ser afastada ou ignorada pelo Servidor Público, pois é inerente a qualquer cargo que venha a ocupar.

Cabe salientar que é encargo da Empresa cumprir todas as obrigações constantes no Edital de Tomada de Preços e seus anexos, estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital. A administração

age estritamente vinculada a legislação e documentação previstas nas licitações, sempre de acordo com o art. 37 da Constituição Federal e dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A Empresa tinha ciência de todos os itens existentes no Edital, porém não atendeu ao que foi estabelecido.

Tendo em vista a fundamentação apresentada por parte do encarregado do processo administrativo, bem como os fundamentos apresentados no recurso em 1ª instância e não terem sido apresentados fatos novos por parte da recorrente, empresa SARKIS ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 18.503.774/0001-09, que pudessem alterar a decisão proferida, concordo com a decisão exarada pelo Chefe da Comissão Regional de Obras/3, com a aplicação das sanções administrativas de acordo a legislação vigente e supracitada.

5) Parecer:

a) Assim, pelo conteúdo acima exposto, resolvo MANTER a decisão da 1ª instância, aplicando as penas previstas no artigo 87, inciso III, da Lei 8.666/93, acumulada com os itens 18.3.2 e18.3.3 do edital que regulamentou a Tomada de Preços nº 030/2023, quais sejam:

- Aplicação de multa em 1% sobre o valor do contrato.
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CRO/3 pelo prazo de seis meses.

b) Publique-se a presente Decisão em Boletim Interno do 4º Grupamento de Engenharia e o processo deve ser remetido para a CRO/3.

Em consequência, interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.
(Solução à Nota Nº 17-Asse Ap As Jurd/4º Gpt E)

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

JOSÉ BRÁULIO DE SOUSA TERCEIRO - Cel
Chefe do Estado-Maior do 4º Grupamento de Engenharia

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
4º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA
(GRUPAMENTO GENERAL SAMUEL AUGUSTO ALVES CORRÊA)

DIEx nº 997-SPI/3/4º Gpt E
EB: 65397.010269/2024-19

Porto Alegre, RS, 5 de novembro de 2024.

Do Chefe do Estado-Maior do 4º Grupamento de Engenharia

Ao Sr Chefe do Estado-Maior da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada

Assunto: Homologação de laudo de avaliação 05/2024_6ª Bda Inf Bld_sede social do Círculo Militar do 1ª Bda C Mec_RS 03-0224

Anexos:
1) BOLnº46 - 29 OUT 24_compressed (1).pdf;
2) ANEXO_VII_-_ART.pdf;
3) Laudo_de_Aval._05_24_-_Cess_o_de_Uso_C_rculo_Mil._1Bda_C_Mec.PDF; e
4) .

1. Remeto, anexo, o Laudo de Avaliação 05/2024-6ª Bda Inf Bld, bem como a cópia do Boletim deste Gpt E, Nr 46, de 29 de outubro de 2024, com a publicação da Homologação do referido Laudo, a fim de compor o processo de Cessão de Uso, da parcela do imóvel RS 03-0224 e RS 03-0225, dessa Brigada, para uso de atividade de apoio de uma sede social do Círculo Militar de Santiago.
2. Encaminho ainda, anexo, a ART da 1º Ten OTT Eng Cv FÁBIO PEREIRA ROSSATO, o qual necessita de quitação.
3. Por fim, o Cap R1 Real, da SPI/4º Gpt E, está em condições apresentar as considerações necessárias, por meio do telefone nº 51 3220-6242.

Por ordem do Comandante do 4º Grupamento de Engenharia.

JOSÉ BRÁULIO DE SOUSA TERCEIRO - Cel
Chefe do Estado-Maior do 4º Grupamento de Engenharia

80 ANOS DO INÍCIO DAS OPERAÇÕES DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA NO TEATRO DE OPERAÇÕES EUROPEU

Documento **assinado eletronicamente**, por meio de **assinatura simples**, pelo(a) **Cel JOSÉ BRÁULIO DE SOUSA TERCEIRO**, em 05/11/2024, às 14:28 conforme horário

oficial de Brasília, com fundamento no §3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543 de 13/11/2020 da Presidência da República.

9XVB-RqVS-NuP8-UP7Z

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 002/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 15/04/2025 às 11:41, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): BOLn_46_-_29_OUT_24.pdf, DIEx-997-SPI_3_4º Gpt E.pdf.

LUCAS PINTO MARTINS - 2º Sgt
Adjunto Almoxarifado

Estudo Técnico Preliminar 3/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64276.000227/2025-64

2. Descrição da necessidade

Cessão de Uso Oneroso de Bem Imóvel Próprio Nacional, para Funcionamento da Sede Social do Círculo Militar de Santiago/RS.

2.1 O objeto trata-se de Cessão de Uso oneroso de bem imóvel próprio nacional situado na Av Júlio de Castilhos, nº 503, sob Administração do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, sob o regime de exercício de atividade de apoio para funcionamento da sede Social do Círculo Militar em Santiago/RS.

2.2 Conforme art. 24 da Portaria nº 200-DEC,de 03 de dezembro de 2020:

> **2.2.1** "A cessão de uso para exercício de atividades de apoio é a forma pela qual o Comando do Exército faculta a terceiros, a título oneroso ou gratuito, mediante contrato, a utilização de imóveis sob sua administração, visando dar suporte às sua atividades, a critério do comandante, chefe ou diretor de Organização Militar ".
>
> **2.2.2** § 1º a cessão de uso de que trata este artigo será concedida exclusivamente para o exercício de atividades de apoio necessárias ao desempenho da OM a que o imóvel tiver sido entregue, relacionadas a seguir:
>
> > **I -** Barbearia em organizações militares e salão de beleza nas vilas militares;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).
> >
> > **II** - Alfaiataria, sapateiro, boteiro, engraxate, confecção e venda de uniformes e artigos militares; "(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).
> >
> > **III** - Padaria, lanchonete, restaurante, mercearia, supermercado, loja de conveniência, loja de souvenir, lavanderia, estabelecimento para atividades físicas e posto de abastecimento de combustível; "(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).
> >
> > **IV -** Estabelecimento de fotografia e filmagem;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC /C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).
> >
> > **V -** Papelaria, livraria, banca de revistas e gráfica em estabelecimento de ensino, organização militar de saúde e vilas militares;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC /C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).
> >
> > **VI -** Ótica e farmácia em organização militar de saúde e vilas militares;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).
> >
> > **VII** - Posto de atendimento bancário ou para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas e voltadas a assistência de militares e civis;"(NR-alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

VIII - Creche pré-escolar, escolas de ensino infantil, fundamental e médio e cursos preparatórios para as carreiras militares; "(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

IX - Promoção de intercâmbio social, recreativo, cultural, educacional, assistencial e cívico, primordialmente entre os militares e seus familiares e entre estes e os demais segmentos da sociedade; "(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

IX - promoção de intercâmbio social, recreativo, cultural, educacional, assistencial e cívico, primordialmente entre os militares e seus familiares e entre estes e os demais segmentos da sociedade;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

X - antena de telefonia móvel;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

XII - equipamentos provedores de internet;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

XIII - estrutura para geração de energia renovável;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

XIV - posto dos correios e telégrafos; "(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

XV - central de atendimento à saúde;"(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022).

XVI - postos de atendimento da Fundação Habitacional do Exército (FHE) e (NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022)".

XVII - postos de atendimento da POUPEX."(NR - alterado pela PORTARIA – DEC/C Ex Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2022)".

2.3 Considerando que o atual contrato de cessão de uso oneroso, para funcionamento da Sede Social do Círculo Militar em Santiago encerrará em 28 de Abril de 2025 e que não há mais a possibilidade de prorrogação, tem-se a necessidade da realização de um novo processo.

2.4 Conforme documento constante no processo, o Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Organização Militar que administra o imóvel onde funciona a Sede Social do Círculo Militar em Santiago/RS, tem interesse em que seja realizada uma nova contratação.

2.5 Ainda, para cumprir o previsto no art. 28 da Portaria nº 200-DEC, de 03 de dezembro de 2020, consta no processo, autorizando o Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada a dar início ao novo processo de cessão uso.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada	Lucas Pinto Martins

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O objetivo da cessão de uso para funcionamento da Sede do Círculo Militar em Santiago é o de possibilitar o acesso dos militares da Guarnição de Santiago e de seus familiares, aos produtos oferecidos pelo Círculo Militar.

4.2 Conforme art. 25 da Portaria nº 200-DEC, de 03 de dezembro de 2020 e alterações realizadas através da Portaria DEC/C Ex nº 046, de 31 de março de 2022, a cessão de uso para exercício de atividades de apoio será formalizada, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei e as seguintes condições:

> **I** - Disponibilidade de espaço físico, de forma que não venha a prejudicar a atividade-fim da Organização Militar cedente;
>
> **II** - Inexistência de qualquer ônus para a União, sobretudo no que diz respeito aos empregados do cessionário;
>
> **III** - Compatibilidade de horário de funcionamento do cessionário com o horário de funcionamento da Organização Militar cedente;
>
> **IV** - Obediência às normas relacionadas com o funcionamento da atividade e às normas de utilização do imóvel;
>
> **V** - Aprovação prévia da OM cedente para realização de qualquer obra de adequação do espaço físico a ser utilizado pelo cessionário;
>
> **VI** - precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do Comando do Exército, independentemente de indenização, exceto as que se refiram às benfeitorias necessárias autorizadas, que não assegurarão ao cessionário o direito de retenção do imóvel;
>
> **VII** - participação proporcional do cessionário no rateio das despesas de energia elétrica, água, esgoto, telefone, resíduos sólidos ou limpeza pública e quaisquer outras incidentes sobre a atividade realizada; (NR - alterado pela PORTARIA - DEC/C Ex Nº 046, de 31 de março de 2022);
>
> **IX** - quando destinada a empreendimento de fins lucrativos, a cessão deverá ser sempre onerosa e em todo o caso que houver condições de competitividade deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei. (NR - alterado pela PORTARIA - DEC/C Ex Nº 046, de 31 de março de 2022)".

4.3 Portanto, verificadas as peculiaridades do Círculo Militar, apresentadas na Lei de sua criação e também em seu Estatuto, constata-se que a contratação onerosa será realizada através de inexigibilidade de licitação conforme o caput do Art. 74 da Lei nº 14.133/21.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Conforme Laudo de Avaliação, Matrícula n° 51.102 do Livro n°2-Registro Geral através do BI 192 de 2024 da 6a Bda Inf Bld de 14 OUT 24, e que foi elaborado com a finalidade de determinar o valor de mercado para a Cessão de uso referente a parcela do valor do imóvel. Valor referencial mensal para a Cessão de Uso onerosa do imóvel é de **729,03 (Setecentos e Vinte e Nove Reais com Três centavos).**

5.2 Conforme inciso XXXI do art. 3º da Instrução Normativa SPU/ME nº 67, de 20 de setembro de 2022 que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos para cobrança em razão de sua utilização:

5.2.1 Art. 3º Para fins do disposto nesta IN, considera-se:
5.2.2 XXXI - relatório do valor de referência é um relatório técnico elaborado por profissional ou servidor habilitado para determinar o valor de referência de um imóvel."

5.3 A Sede Social do Círculo Militar em Santiago possui medidor exclusivo para a medição do consumo de energia elétrica, pagando o seu consumo, não sendo objeto de rateio.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Após análise das legislações vigentes sobre a utilização do patrimônio imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército e sobre a cessão de uso onerosa de bens imóveis próprios nacionais, sob o regime de exercício de atividades de apoio, a contratação enquadra-se nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, contidas no art. 74, caput, da Lei 14.133/21.

6.2 A contratação terá vigência de até dois anos, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de 10 anos, conforme a Lei nº 14.133/21.

6.2.1 "Art. 110. Na contratação que gere receita e no contrato de eficiência que gere economia para a Administração, os prazos serão de:

I - até 10 (dez) anos, nos contratos sem investimento;

II - até 35 (trinta e cinco) anos, nos contratos com investimento, assim considerados aqueles que impliquem a elaboração de benfeitorias permanentes, realizadas exclusivamente a expensas do contratado, que serão revertidas ao patrimônio da Administração Pública ao término do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Trata-se da cessão de uso de bem imóvel próprio nacional, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225 localizado na Av.
Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS com área privativa de **699,05 m² (Seiscentos e Noventa e Nove Vírgula Cinco Metros Quadrados)** administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, para funcionamento da Sede Social do Círculo Militar da Guarnição de Santiago/RS.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 729,03

8.1. Após análise dos fluxos de caixa para os cenários realista, pessimista e otimista, subsidiado ainda pelo estudo dos indicadores operacionais do empreendimento, sendo que as unidades do exército utilizam e continuaram a utilizar as instalações para as atividades de apoio, tais como: Confraternização, Reuniões, Eventos Religiosos, entre outros, sem ser cobrado, este avaliador concluiu que, sob o ponto de vista técnico e econômico, o cenário que melhor se adéqua a situação atual da Sede Social do Círculo Militar de Santiago, bem como à sua perspectiva futura, é o CENÁRIO PESSIMISTA. Sendo assim, foi indicado o valor de R$ 729,03 mensais para a Cessão de Uso do Clube, por entender o avaliador que este é o montante que melhor representa o valor justo para cobrança pela utilização do imóvel para a finalidade específica de Clube Militar.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Por se tratar de cessão de uso onerosa para exercício de atividade de apoio específica, este tópico não se aplica à contratação.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes neste objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O atual contrato com o Circulo Militar da Guarnição de Santiago/RS encerrar-se-á em 28 de Abril de 2025, não sendo possível estar no Plano de Contratações Anual desta Organização Militar.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Os benefícios a serem alcançados com esta contratação é a prestação de serviços pelo Círculo Militar que atendam as necessidades dos militares da Guarnição de Santiago e de seus familiares.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Após a conclusão do processo e da divulgação da Inexigibilidade de Licitação no Novo Divulgação de Compras, deverá ser celebrado Termo de Contrato de Cessão de Uso nos termos do art. 110 da Lei 14.133/21.

13.2 Previamente à celebração do contrato e de seus termos aditivos, a Administração deverá verificar se cessionário mantém as condições iniciais de habilitação, a saber:

13.2.1 Consultar SICAF (prova de regularidade da Receita Federal, certidão negativa do FGTS, certidão negativa de débitos trabalhistas, prova de regularidade estadual);

13.2.2 Consultar CADIN - Cadastro Nacional de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (https://cadin.pgfn.gov.br/#/home);

13.2.3 Consultar Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Por se tratar de Cessão de Uso de imóvel, esse tópico não de aplica a contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A contratação atende aos interesses do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, dos Militares e Familiares da Guarnição de Santiago, é viável e possui amparo legal.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LUCAS PINTO MARTINS

Membro da comissão de contratação

Assinou eletronicamente em 26/03/2025 às 09:50:56.

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
3/2025	LUCAS PINTO MARTINS	21/01/2025 09:17

Objeto da Matriz de Riscos

Cessão de Uso onerosa de bem imóvel próprio nacional, para funcionamento da Sede Social do Círculo Militar de Santiago.

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso na conclusão do processo de contratação	Atraso na conclusão da contratação	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Perda da continuidade dos serviços com contrato atualmente em vigor					
	Ações Preventivas					
P-01	Controle de vigência do contrato em vigor e antecipação de ações para nova contratação			**Responsável:** LUCAS PINTO MARTINS		
	Ações de Contingência					
C-01	Processo executado como prioridade.			**Responsável:** LUCAS PINTO MARTINS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Fornecimento não regular do objeto contratado	Inexecução total ou parcial do contrato	Gestão de Contrato	Contratada	Médio	
	Impactos					
1	Indisponibilidade da solução contratada					
2	Atraso na entrega da solução contratada					
3	Prejuízo para Administração em termos de tempo e custos processuais.					
	Ações Preventivas					
P-01	Criar mecanismos que permitam a prévia verificação ou soluções concebidas pelo mercado que implementem as premissas e principais funcionalidades exigidas para a solução a ser contratada.			**Responsável:** LUCAS PINTO MARTINS		
	Ações de Contingência					
C-01	Aplicação de multa e sanções administrativas à CONTRATADA.			**Responsável:** LUCAS PINTO MARTINS		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Perdas das condições de inexigibilidade	Alteração ou extinção da exclusividade, com a consequente perda das condições de inexigibilidade.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Indisponibilidade da solução contratada					
2	Atraso na entrega da solução contratada					
3	Prejuízo para Administração em termos de tempo e custos processuais					
	Ações Preventivas					
P-01	Verificação de produtos ou soluções já concebidas pelo mercado que implementem as premissas e principais funcionalidades exigidas para a solução a ser contratada.			**Responsável:** LUCAS PINTO MARTINS		
	Ações de Contingência					
C-01	Determinar a abertura de certame nos termos da legislação vigente.			**Responsável:** LUCAS PINTO MARTINS		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

LUCAS PINTO MARTINS

Adjunto do Setor de Materiais do Cmdo da 1ª Bda C Mec (almoxarifado)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 003/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 15/04/2025 às 11:42, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): ETP160422_000003_2025.pdf, MR160422_000003_2025.pdf.

LUCAS PINTO MARTINS - 2º Sgt
Adjunto Almoxarifado

Termo de Referência 5/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	160422-COMANDO 1 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA/RS	LUCAS PINTO MARTINS	26/03/2025 14:48 (v 2.1)

Status

PUBLICADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos		64276.000227/2025-64

1. Condições gerais da contratação

Cessão de Uso Onerosa de Bem Imóvel Próprio Nacional, para Funcionamento da Sede Social do Círculo Militar de Santiago/RS.

1.1 Contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no caput do art. 74 da Lei nº 14.133 de 2021, cujo objeto é a cessão de uso para exercício de atividade de apoio, onerosa, de bem imóvel Próprio Nacional, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, com área privativa de 699,05m² (Seiscentos e Noventa e Nove Vírgula Cinco Metros Quadrados), administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, para funcionamento da Sede Social do Círculo Militar na Guarnição de Santiago/RS.

1.2 O prazo de vigência da contratação será de até 2 (dois) anos contados da assinatura do termo de contrato, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do inciso I do artigo 110 da Lei n° 14.133, de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O atual contrato com o Círculo Militar encerra-se em 28 de Abril de 2025, e não sendo possível estar no Plano de Contratações Anual desta Organização Militar, conforme justificativa constante nos Estudos Técnicos Preliminares.

3. Descrição da solução como um todo

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência:

4.3 Não haverá exigência de garantia contratual os termos do Art. 96 e seguinte da lei nº 14.133/21, devido a contratação ser de baixa complexidade.

4.4 O cessionário obriga-se a:

4.4.1 Manter as instalações em perfeito estado de conservação;

4.4.2 Arcar com o pagamento de taxas e ônus fiscais eventualmente aplicáveis ao imóvel cedido;

4.4.3 Cumprir com as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade a que ser propões, eximindo o comando do exército de quaisquer dessas responsabilidades.

4.4.4 Apresentar registro de todos os órgãos a que estiver obrigado por força de sua atividade;

4.4.5 Submeter-se a fiscalização do cedente, das autoridades fiscais, sanitárias, tributárias e previdenciárias;

4.4.6 Não usar o nome do comando do exército para a aquisição de mercadorias ou bens, assim como para contratar serviços;

4.4.7 Cumprir as disposições dos regulamentos militares em áreas sob administração da organização militar cedente;

4.4.8 O cessionário fica obrigado a permitir a inspeção periódica pela organização militar cedente, por meio do servidor seu devidamente credenciado e, finda a cessão de uso, a restituir o imóvel no estado e que está recebendo neste ato, ou seja, em perfeito estado de habitabilidade e conservação, pintado, com todas as instalações elétrica e hidráulica em condições de uso;

4.4.9 Obriga-se ainda a fazer, por sua própria conta, as recuperações dos estragos a que der causa, concerto ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, excetuadas as que se refiram a benfeitorias necessárias;

4.4.10 Fica o cessionário ciente de que não poderá fazer modificações ou transformações no imóvel sem autorização escrita da OM cedente, não cabendo ao cessionário direito de retenção, mesmo que se trate de benfeitoria necessária;

4.4.11 Que ao cessionário não é permitido ceder, mesmo gratuitamente o imóvel cedido, transferir o presente termo;

4.4.12 Obriga-se o cessionário a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos a que der causa.

4.5 A Organização Militar cedente obriga-se a:

4.5.1 Não comprometer pessoal próprio em proveito dos serviços explorado pelo cessionário;

4.5.2 Não custear despesas de energia elétrica, água, esgoto, telefone resíduos ou limpezas publicas e quaisquer outros de interesse do cessionário;

4.5.3 Não dificultar a atuação das autoridades fazendárias, sanitárias ou trabalhistas que fiscalizam o cumprimento das obrigações legais do cessionário;

5. Modelo de execução do objeto

5.1 O inicio da execução do objeto se dará à partir do inicio da vigência do Termo de Contrato.

5.2 O Próprio Nacional (NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225) que será utilizado pela Sede Social do Círculo Militar está localizado na Rua Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro Santiago/RS.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: horário de funcionamento será definido pelo cessionário.

5.4 Conforme Laudo de Avaliação nº 51.102, o local destinado possui área privativa de 699,05 m² (Seiscentos e Noventa e Nove Vírgula Cinco Metros Quadrados) com cômodos bem distribuídos, a rede hidráulica é abastecida por água tratada e o esgoto gerado é coletado e direcionado a rede de esgoto do município.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as clausulas avençadas e as normas da lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilas.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o cessionário devem ser realizada por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providencias que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Termo de Cessão ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que contará informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

6.6.1. O cessionário designará formalmente o preposto da fundação, se for o caso, antes do inicio da ocupação, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação a execução do objeto contratado.

6.6.2 O cessionário deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período do contrato.

6.7. Fiscalização

6.7.1 A execução do Termo de Cessão deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8. Fiscalização Técnica

6.8.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do Termo de Cessão todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.8.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.8.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.8.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.8.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.9. Fiscalização Administrativa

6.9.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do cessionário e a formalização dos termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10 Gestor do Contrato

6.10.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do cessionário, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo cessionário, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7. Critérios de medição e pagamento

7.1 Referente a utilização da área cedida, o cessionário pagará valor mensal de R$ 729,03 (Setecentos e Vinte e Nove Reais com Três Centavos) pela utilização, devido a cessão de uso ser onerosa.

7.2 O cessionário deverá realizar os pagamentos mensais referentes ao rateio dos serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário.

7.3. Todas as despesas de utilização da benfeitoria, tais como consumo de água, energia elétrica, gás, telefone, condomínio, taxa de limpeza pública e qualquer outra contratação de serviço para funcionamento da Sede Social do Círculo Militar, ficarão a cargo do cessionário, obrigando-se o mesmo a efetuar os respectivos pagamentos nas devidas épocas.

7.4. O cessionário fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, cabendo à fiscalização não atestar a execução do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

7.4.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.2 Por se tratar de contratação de receita e não despesa, não haverá procedimento de liquidação e pagamento a ser realizado pela Administração Pública.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8.1. O cessionário será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.2.1 SICAF (prova de regularidade da Receita Federal, certidão negativa do FGTS, certidão negativa de débitos trabalhistas, prova de regularidade estadual);

8.2.2 CADIN - Cadastro Nacional de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (https://cadin.pgfn.gov.br/# /home);

8.2.3 Certidão Consolidada de Pessoa Jurídica (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).

8.3. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.4. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o cessionário deverá apresentar a Seção de Gestão de Contratos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

8.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br /empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

8.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.20. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.

8.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.23. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, se houver, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R$): 729,03

9.1. Conforme Laudo de Avaliação nº 05/2024 homologado pela 6ª Bda Inf Bld através do BOL 192 de 2024 da 6ª Bda Inf Bld de 14 OUT 24, e que foi elaborado pelo Engenheiro Civil Avaliador com a finalidade de fornecer para o solicitante o valor para a cessão de uso da parcela dos imóveis RS 03-0224 e RS 03-0225, mais especificamente a área de 699,05m², correspondente à Sede Social do Círculo Militar., o valor de referência mensal para a cessão de uso não onerosa do imóvel é de R$ 729,03 (Setecentos e Vinte e Nove Reais com Três Centavos).

> **9.1.1** Conforme art. 25 da Portaria nº 200-DEC, de 03 de dezembro de 2020 e alterações realizadas através da Portaria DEC/C Ex nº 046, de 31 de março de 2022, a cessão de uso para exercício de atividade de apoio será formalizada, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei e as seguintes condições:
>
> > "VIII - são classificados como cessão gratuita os postos da FHE, item XVI, do §1º do art. 24 da Portaria nº 200-DEC".

9.2. A sede Social do Círculo Militar em Santiago possui medidor exclusivo para a medição do consumo de energia elétrica, pagando o seu consumo, não sendo objeto de rateio.

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

CLAUDIMIR AFONSO RIBEIRO

Membro da Equipe de Planejamento

LUCAS PINTO MARTINS

Membro da Equipe de Planejamento

Assinou eletronicamente em 26/03/2025 às 14:48:06.

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência.

MARCELO CIPOLAT

Ordenador de Despesas Cmdo 1ª Bda C Mec

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 004/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 15/04/2025 às 11:42, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): TR160422_000005_2025.pdf.

LUCAS PINTO MARTINS - 2º Sgt
Adjunto Almoxarifado

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

NUP 64276.000227/2025-64

OBJETO: Cessão de Uso que tem por objeto a cessão onerosa de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, com área privativa de 699,05m² (Seiscentos e Noventa e Nove Vírgula Cinco Metros Quadrados), destinada ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

CESSIONÁRIO: Círculo Militar de Santiago - CNPJ 89.223.234/0001-01.

AMPARO LEGAL: Hipótese de Inexigibilidade de Licitação com fulcro no "caput" do artigo 74 da Lei 14.133/2021; artigo 64 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 c/c o artigo 18 *caput*, II, da Lei nº 9.636/1998 e artigo 26 da Portaria nº 200-DEC (IR-04.003) de 03 de dezembro de 2020, que aprova as Instruções Reguladoras para a Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003).

Verifica-se a possibilidade jurídica da Cessão de Uso de imóvel da União Jurisdicionado pelo Exército Brasileiro com base no art. 64 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que "dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências":

> *Art 64.* ***Os bens imóveis da União não utilizados em serviço público poderão, qualquer que seja a sua natureza, ser alugados, aforados ou cedidos****". § 1º A locação se fará quando houver conveniência em tornar o imóvel produtivo, conservando porém, a União, sua plena propriedade, considerada arrendamento mediante condições especiais, quando objetivada a exploração de frutos ou prestação de serviços. § 2º*

O aforamento se dará quando coexistirem a conveniência de radicar-se o indivíduo ao solo e a de manter-se o vínculo da propriedade pública. ***§ 3º A cessão se fará quando interessar à União concretizar****, com a permissão da utilização gratuita de imóvel seu, auxílio ou colaboração que entenda prestar."* ***(negritamos as partes mais importantes do texto)***

Já o Decreto-Lei nº 9.760/1946, o artigo 18 da Lei nº 9.636/1998 dispõe o seguinte: "Art. 18. A critério do Poder Executivo poderão ser ***cedidos****, gratuitamente ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-Lei no 9.760, de 1946, imóveis da União a: I - Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) II-* ***pessoas físicas ou jurídicas, em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional****. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) § 1º A cessão de que trata este artigo poderá ser realizada, ainda, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, previsto no art. 7o do Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967, aplicando-se, inclusive, em terrenos de marinha e acrescidos, dispensando-se o procedimento licitatório para associações e cooperativas que se enquadrem no inciso II do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) § 2º O espaço aéreo sobre bens públicos, o espaço físico em águas públicas, as áreas de álveo de lagos, rios e quaisquer correntes d'água, de vazantes, da plataforma continental e de outros bens de domínio da União, insusceptíveis de transferência de direitos reais a terceiros, poderão ser objeto de cessão de uso, nos termos deste artigo, observadas as prescrições legais vigentes. § 3º A cessão será autorizada em ato do Presidente da República e se formalizará mediante termo ou contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo para seu cumprimento, e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no ato autorizativo e consequente termo ou contrato. § 4º A competência para autorizar a cessão de que trata este artigo poderá ser delegada ao Ministro de Estado da Fazenda, permitida a subdelegação. § 5º A cessão, quando destinada à execução de empreendimento de fim lucrativo, será onerosa e,* ***sempre que houver condições de competitividade, deverão ser observados os procedimentos licitatórios previstos em lei.***

Já o art 20 assim dispõe: Art. 20. ***Não será considerada utilização em fim diferente do previsto no termo de entrega, a que se refere o § 2o do art. 79 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, a cessão de uso a terceiros, a título gratuito ou oneroso, de áreas para exercício de atividade de apoio, definidas em regulamento****, necessárias ao desempenho da atividade do órgão a que o imóvel foi entregue. Parágrafo único. A cessão de que trata este artigo será formalizada pelo chefe da*

> *repartição, estabelecimento ou serviço público federal a que tenha sido entregue o imóvel, desde que aprovada sua realização pelo Secretário-Geral da Presidência da República, respectivos Ministros de Estado ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo ou Judiciário, conforme for o caso, e tenham sido observadas as condições previstas no regulamento e os procedimentos licitatórios previstos em lei.*

A lei em questão foi regulamentada pelo Decreto nº 3.725, de 05 de janeiro de 2001, sendo definidas as atividades de apoio passíveis de cessão de uso em seu art. 12, que também apontamos em seguida:

> *Art. 12. Não será considerada utilização em fim diferente do previsto no termo de entrega, a que se refere o § 2o do art. 79 do Decreto-Lei no 9.760, de 1946, a cessão de uso a terceiros, a título gratuito ou oneroso, de áreas para exercício das seguintes atividades de apoio necessárias ao desempenho da atividade do órgão a que o imóvel foi entregue:*
>
> *I - posto bancário;*
>
> *II - posto dos correios e telégrafos; III - restaurante e lanchonete;*
>
> *IV - central de atendimento a saúde; V - creche; e*
>
> *VI - outras atividades similares que venham a ser consideradas necessárias pelos Ministros de Estado, ou autoridades com competência equivalente nos Poderes Legislativo e Judiciário, responsáveis pela administração do imóvel.*
>
> *Parágrafo único. As atividades previstas neste artigo destinar-se-ão ao atendimento das necessidades do órgão cedente e de seus servidores.*

No sentido previsto no inciso VI, o Ministério da Defesa editou a Portaria Normativa Nº 1.233/MD, de 11 de maio de 2012, disciplinando outras hipóteses de cessão de uso ao considerar como de apoio outras atividades, conforme se observa no art 1º a seguir:

> *Art. 1º Para efeito do disposto no inciso VI, do art. 12 do Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001, são consideradas atividades de apoio destinadas ao atendimento das necessidades da administração central do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra, do Hospital das Forças Armadas e de seus respectivos servidores e militares, as seguintes:*
>
> *I - barbearia e cabeleireiro;*
>
> *II - alfaiataria, sapateiro, boteiro, confecção e venda de uniformes e artigos militares;*
>
> *III - lavanderia;*
>
> *IV - estabelecimento de fotografia e filmagem;*
>
> *V - papelaria e livraria em estabelecimento de ensino e organização militar de saúde;*
>
> *VI - ótica e farmácia em organização militar de saúde;*

> *VII - posto de atendimento para financiamento, empréstimo, empreendimentos habitacionais, consórcio e atividades correlatas e voltadas a assistência de militares e civis;*
>
> *VIII - escola pública de ensino fundamental;*
>
> ***IX - promoção de intercâmbio social, recreativo, cultural, educacional, assistencial e cívico, primordialmente entre os militares e seus familiares e entre estes e os demais segmentos da sociedade;*** *e*
>
> *X - antena de telefonia móvel.*

De todo o exposto, conclui-se pela viabilidade jurídica da pretensão, vez que a atividade desenvolvida pela entidade está adequada ao disposto no inciso IX acima transcrito**,** em vista das características da Associação cessionária e os seus objetivos estatutários**.**

Importante também é a Portaria nº 982, de 28 de junho de 2018, que aprova as Instruções Gerais para a criação e o funcionamento das Áreas de Lazer e das Associações de Militares no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.017) e estabelece no art. 42 que as associações de militares já existentes devem enquadrar-se nestas Instruções Gerais, conforme a seguir:

> *PORTARIA Nº 982, DE 28 DE JUNHO DE 2018.*
>
> *Aprova as Instruções Gerais para a criação e o funcionamento das Áreas de Lazer e das Associações de Militares no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.017) e dá outras providências.*
>
> *O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o inciso XIV do art. 20, da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e de acordo com o que propõe o Departamento-Geral do Pessoal (DGP), ouvidos o Estado-Maior do Exército (EME), o Departamento de Engenharia e Construção(DEC), a Secretaria de Economia e Finanças e a Secretaria-Geral do Exército, resolve:*
>
> *Art. 1º Aprovar as Instruções Gerais para a criação e o funcionamento das Áreas de Lazer e das Associações de Militares no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.017), que com esta baixa.*
>
> Art. 2º Determinar que o DGP e *o DEC adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes. Art. 3º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.*
>
> *Art.4º Revogar a Portaria do Comandante do Exército nº 739, de 27 de novembro de 2003.*
>
> *Instruções Gerais para a criação e o funcionamento das áreas de lazer e das Associações de Militares no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.017)*
>
> *Art. 4º As conceituações adotadas nestas IG são as seguintes:*

I - áreas de lazer: espaço físico instalado em imóvel da União, jurisdicionado ao Comando do Exército e administradas por uma Organização Militar (OM), que se organizam para cumprir os objetivos do art. 2º destas IG

(...)

II - círculo militar: associação de militares reservada ao círculo hierárquico dos oficiais. Pode-se admitir a participação de integrantes das outras Forças Singulares e de Forças Auxiliares, bem como de civis devendo ser regulado em norma específica.

(...) Das Categorias

Art. 5º As associações de militares do Exército Brasileiro serão constituídas pelas seguintes categorias:

I - Categoria "A": associação de militares cujas diretorias se reportam diretamente ao comandante (Cmt), chefe (Ch) ou diretor (Dir) de OM de maior precedência hierárquica do Exército na guarnição (Gu). Essas entidades possuem personalidade jurídica e estatuto próprios; e

II - Categoria "B": associação de militares regidas por normas gerais de ação (NGA),localizadas no perímetro interno ou vila militar de determinada OM ou outra área sob jurisdição militar, e sem personalidade jurídica própria

(...)

Da Cessão de Uso

Art. 20. O Cmt do grupamento de engenharia (Gpt E) poderá autorizar o funcionamento de uma associação de militares de categoria "A" em área de lazer da União jurisdicionada ao Comando do Exército, mediante cessão de uso, nos termos da legislação pertinente.

§ 1º A cessão de uso de que trata esta subseção será firmada pelo Cmt da OM com responsabilidade administrativa sobre o imóvel a ser cedido, depois da autorização expressa do Cmt do Gpt E e da análise jurídica por parte do órgão jurídico consultivo da União.

§ 2º A competência destinada ao Cmt do Gpt E, expressa no presente artigo, será atribuída ao Cmt da RM, caso não exista Gpt E subordinado ao mesmo C Mil A.

Art. 21. Além das situações elencadas em normas específicas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, combinado com o art. 89 do Decreto nº9.760/1946, a cessão de uso poderá ser rescindida unilateralmente pela União, também nos seguintes casos:

I - por necessidade ou conveniência do serviço;

II - quando houver a prática de atos atentatórios à honra pessoal, ao pundonor militar, ao decoro da classe ou quando for violada a ética militar; e

III - quando for causado dano ambiental sem o devido controle, na área patrimonial jurisdicionada ao Exército Brasileiro.

> *Parágrafo único. A rescisão da cessão de uso deverá ser precedida de processo administrativo em que seja assegurada a ampla defesa e o contraditório.*
>
> *(...)*
>
> *Art. 37. Compete aos Gpt E:*
>
> ***I - autorizar o Cmt da OM ao qual cabe a responsabilidade administrativa pelo imóvel afirmar contrato de cessão de uso, em caráter oneroso, de patrimônio da União a ser utilizado como área de lazer por associações de militares de categoria "A"; e***
>
> *II - fiscalizar as associações de militares categoria "A" instaladas no patrimônio da União.*
>
> *Parágrafo único. A competência destinada aos Gpt E, expressa no presente artigo, somente será atribuída às RM, caso não exista Gpt E subordinado ao mesmo C Mil.*

A cessão objeto dos autos se enquadra como Categoria "A", pois trata-se de uma Associação de militares cuja diretoria se reporta diretamente ao comandante (Cmt) da 1ª Bda C Mec, OM de maior precedência hierárquica do Exército na Guarnição (Gu) de Santiago/RS, possuindo personalidade jurídica e estatuto próprios**,** o que se extrai do Estatuto do Círculo Militar de Santiago.

A competência para a assinatura do instrumento de Cessão de Uso pertence ao Comandante da 1ª Bda C Mec.

Devem igualmente ser observadas as Instruções Reguladoras de Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Jurisdicionado ao Comando do Exército (EB50-IR-04.003), cujo art.3° estabelece

> Art. 3º Os bens imóveis da União, sob administração do Comando do Exército, destinam-se à utilização em finalidade militar pelo Exército, precipuamente, ou em finalidade complementar.
>
> I - edificação e instalação de organização militar (OM);
>
> II - utilização como área ou campo de instrução, atracadouro ou porto e campo de pouso;
>
> III - utilização como residência (Próprio Nacional Residencial) do militar em aϴvidade na Força; IV - preservação histórica, cultural ou ambiental; e
>
> V - **edificação e instalações de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e religiosa motivada pela necessidade de assistência à tropa, administrada diretamente pelo Comando do Exército**.

Pelo disposto no inc. V do art. 3° supra destacado, a administração das atividades não será feita diretamente pelo Exército, mas por associação privada. **Conclui-se que o uso pretendido se enquadra na finalidade complementar.**

No art. 26, da Instruções Reguladora EB50-IR-04.003**)**, consta expresso quanto ao caráter oneroso dessa cessão.

> Art. 26. Poderá haver cessão de uso de imóveis da União para o exercício de atividades de apoio, a título oneroso, para associações de militares,

> desde que possuam personalidade jurídica e estatuto próprios e respeitadas as Instruções Gerais para a criação e funcionamento de Áreas de Lazer e das Associações de Militares no Âmbito do Comando do Exército.
>
> § 1º Nos casos regulados neste artigo, o cessionário poderá sublocar parcelas do imóvel a terceiros, mediante autorização do cedente.
>
> § 2º Na fixação do prazo será observada a prescrição do § 2º do art. 24.

Já o inciso III do art. 25 fixa os prazos da cessão em comento nos seguintes termos:

> § 2º O prazo contratual, previamente estabelecido, será de até dois anos, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de cinco anos, de acordo com o interesse da UG, e desde que previsto no respectivo instrumento convocatório de licitação.

Transcorrido os pontos mais importantes relativos a pretensa cessão no arcabouço normativo, concluímos que a contratação é viável e possui amparo legal.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO: O Círculo Militar de Santiago (CNPJ 89.223.234/0001-01), localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, fundado em 22 de junho de 1943, é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter recreativo, cívico, cultural, assistencial, educacional e desportivo.

Dentre as finalidades da entidade pode-se destacar: a promoção do congraçamento entre militares do círculo hierárquico dos Oficiais do Exército; o desenvolvimento dos laços de camaradagem e o incentivo do espírito social entre seus sócios, familiares e a sociedade em geral; promoção da convivência entre os Oficiais das Forças Armadas, os Oficiais das Forças Auxiliares e os civis da sociedade local; assim como estimular atividades sociais, culturais, desportivas, recreativas e cívicas.

Os objetivos estatutários do Círculo Militar, de cunho esportivo, social, cultural e filantrópico, possuem clara afinidade de propósito com os valores que pretende passar para os sócios e sociedade em geral.

A Cessão é de interesse deste Comando de Brigada para o exercício de atividade de apoio.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: Conforme Laudo de Avaliação nº 05/2024 homologado pelo 4º Grupamento de Engenharia através do BOL 4º Gpt E Nr 46, de 29/10/2024, e que foi elaborado pelo Engenheiro Civil Avaliador com a finalidade de determinar o valor de mercado para a cessão de uso referente a parcela do imóvel NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, o valor de referência mensal para a cessão de uso onerosa do imóvel é de R$ 729,03 (setecentos e vinte e nove reais e três centavos).

O Circulo Militar possui Unidade Consumidora de energia elétrica, Medidores de consumo de água e demais encargos públicos próprios, com o seu CNPJ, assumindo todo o consumo.

DESPACHO:

1. Reconheço a inexigibilidade de licitação para a Cessão de Uso das áreas edificadas do imóvel NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225 de responsabilidade deste Cmdo Bda, para funcionamento da Sede Social do Círculo Militar de Santiago, com amparo no artigo 64 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 c/c o artigo 18 *caput*, II, da Lei nº 9.636/1998 e artigo 26 da Portaria nº 200-DEC (IR-04.003) de 03 de dezembro de 2020, que aprova as Instruções Reguladoras para a Utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003)

2. Autorizo a cessão de uso das áreas edificadas dos imóveis em apreço, com prazo de vigência da contratação de até 2 (dois) anos contados da assinatura do termo de contrato, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do inciso I do artigo 110 da Lei n° 14.133, de 2021**,** por interesse das partes.

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARCELO CIPOLAT
Data: 15/04/2025 14:16:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCELO CIPOLAT - Cel R1
Ordenador de Despesas Cmdo 1ª Bda C Mec

ESTATUTO DO CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO

Santiago/RS, 14 de dezembro de 2022.

ÍNDICE

REFERÊNCIA	ASSUNTO		PÁG
TÍTULO I	DO CÍRCULO		03
Capítulo 1	- Do Círculo e suas Finalidades		03
Capítulo 2	- Dos Objetivos		04
TÍTULO II	DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO		04
Capítulo 1	- Dos Órgãos de Administração do Círculo		04
Capítulo 2	- Da Diretoria		04
	Seção I	Organização	04
	Seção II	Competência	05
Capítulo 3	- Da Presidência		06
	Seção I	Organização	06
	Seção II	Competência	06
Capítulo 4	- Da Diretoria Executiva		08
	Seção I	Organização	08
	Seção II	Atribuições dos Diretores Executivos	09
	Seção III	Atribuições dos Assessores da Diretoria Executiva	10
Capítulo 5	- Do Conselho Fiscal		11
	Seção I	Organização	11
	Seção II	Competência	12
Capítulo 6	- Do Conselho Consultivo		12
	Seção I	Organização	12
	Seção II	Competência	13
TÍTULO III	DO QUADRO SOCIAL		13
Capítulo 1	- Do Quadro Social		13
Capítulo 2	- Dos Dependentes dos Sócios		14
Capítulo 3	- Do Licenciamento do Sócio		14
Capítulo 4	- Da Demissão do Quadro Social		15
Capítulo 5	- Do Desligamento do Sócio		15
Capítulo 6	- Da Readmissão do Sócio		16
Capítulo 7	- Dos Direitos dos Sócios		16
Capítulo 8	- Dos Deveres dos Sócios		17
Capítulo 9	- Das Penalidades		17
Capítulo 10	- Dos Recursos Disciplinares		20
TÍTULO IV	DOS EMPREGADOS		21
Capítulo Único	- Dos Empregados		21
TÍTULO V	DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO		22
Capítulo 1	- Do Patrimônio		22
Capítulo 2	- Das Finanças		22
Capítulo 3	- Das Contribuições Sociais		22
TÍTULO VI	DA ASSEMBLEIA GERAL		23
Capítulo Único	- Da Assembleia Geral		23
TÍTULO VII	DOS SÍMBOLOS E CORES		24
Capítulo Único	- Dos Símbolos e Cores		24
TÍTULO VIII	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS		25
Capítulo Único	- Das Disposições Gerais e Transitórias		25

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2ª Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

TÍTULO I
DO CÍRCULO
CAPÍTULO 1
DO CÍRCULO E SUAS FINALIDADES

Art 1º O CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO, doravante denominado neste Estatuto apenas de Círculo foi fundado em 22 de junho de 1943, tem sede e foro na cidade de Santiago/RS, Avenida Júlio de Castilhos, nº 503, Centro, CEP 97700-095. O Círculo constitui-se em entidade de direito privado, nos termos do Código Civil Brasileiro, sem fins lucrativos, com duração ilimitada, de caráter recreativo, cívico, cultural, assistencial, educacional e desportivo, que se regerá pelo presente Estatuto e pela Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

Art 2º O Círculo tem personalidade jurídica distinta da dos seus sócios, os quais não respondem por obrigações contraídas pela organização ou por seus dirigentes.

Art 3º O Círculo é uma Associação de Militares do Exército Brasileiro Categoria "A", conforme as Instruções Gerais para a criação e o funcionamento das Áreas de Lazer e das Associações de Militares no âmbito do Comando do Exército (EB10-IG-02.017), aprovadas pela Portaria nº 1.801 - C Ex, de 3 de agosto de 2022, que alterou a Portaria nº 982 - C Ex, de 28 de junho de 2018.

Art 4º O Círculo tem por finalidades:

I - Promover o congraçamento entre os militares do Exército Brasileiro;

II - Estreitar os laços de camaradagem e incentivar o espírito social entre seus sócios, familiares e a sociedade em geral;

III - Proporcionar o desenvolvimento da convivência entre os militares das Forças Armadas, das Forças Auxiliares, Adidos, Adjuntos Militares e civis de elevado conceito na sociedade local;

IV - Realizar atividades de caráter social, cultural, recreativas e cívicas; e

V - Estimular a realização de práticas desportivas.

Art 5º O Círculo compreende o pessoal e o patrimônio.

Art 6º O pessoal do Círculo é organizado em órgãos de administração, quadro social e empregados.

§ 1º - São órgãos de administração: a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo.

§ 2º - Constituem o quadro social: os sócios civis e militares e seus dependentes.

§ 3º - São empregados: os civis contratados, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelas demais Normas Previdenciárias, especialmente para prestarem serviços ao Círculo.

Art 7º O patrimônio do Círculo compreende o estabelecido no Capítulo 1, do Título V.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira

CAPÍTULO 2
DOS OBJETIVOS

Art 8º O CÍRCULO tem por objetivos:

I - Contribuir para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao bem estar e à manutenção do moral de seus integrantes, tais como repouso, recuperação e recreação;

II - Propiciar aos militares do Exército Brasileiro e seus familiares, condições para desenvolverem e participarem de atividades de intercâmbio social, recreativo, cultural, educacional, assistencial e cívico, e entre esses e os demais segmentos da sociedade, em ambiente de camaradagem e harmonia;

III - Contribuir para a integração dos militares do Exército Brasileiro e seus familiares com outros membros das Forças Armadas e Auxiliares;

IV - Possibilitar a integração dos militares e seus familiares com os demais segmentos da sociedade, por intermédio do congraçamento sadio e participativo do público externo;

V - Propiciar a prática e o treinamento das modalidades desportivas julgadas de interesse do Exército Brasileiro; e

VI - Apoiar as atividades assistenciais, culturais e educacionais desenvolvidas no âmbito do Exército Brasileiro, que, por sua natureza, devam ser realizadas em ambiente diferente dos aquartelamentos.

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E SUA ORGANIZAÇÃO
CAPÍTULO 1
DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DO CÍRCULO

Art 9º São órgãos de administração que compõe a Diretoria do Círculo:

I - A Diretoria Executiva, como órgão de direção;

II - O Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização administrativa; e

III - O Conselho Consultivo, como órgão superior de consulta para assuntos relevantes de interesse do Círculo.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CAPÍTULO 2
DA DIRETORIA
SEÇÃO I
ORGANIZAÇÃO

Art 10 O Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda C Mec) é o Presidente

de Honra do Círculo, cabendo-lhe o voto de qualidade quando presente às reuniões da Diretoria.

Art 11 A Diretoria do CÍRCULO é composta pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, assessorados pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Consultivo e pelo Conselho Fiscal. Seus membros serão militares sócios, da ativa ou da reserva, da Guarnição de Santiago.

Parágrafo Único - O cargo de Presidente será revezado pelos Comandantes do 19º Grupo de Artilharia de Campanha (19º GAC) e 9º Batalhão Logístico (9º B Log), preferencialmente no segundo ano do Comando. O Vice-Presidente será sempre o Subcomandante da respectiva Unidade do Presidente.

Art 12 O Conselho Consultivo será composto pelos seguintes militares: um representante do Cmdo da 1ª Bda C Mec, Diretor do Hospital da Guarnição de Santiago (HGu Santiago) e Comandante da 11ª Companhia de Comunicações Mecanizada (11ª Cia Com Mec).

Parágrafo Único - O Conselho Consultivo poderá, ainda, ser acrescido por 01 (um) sócio civil voluntário, mediante aprovação da Diretoria Executiva.

Art 13 O Conselho Fiscal será composto pelos seguintes militares: Comandante do Esquadrão Comando (Cmt do Esqd C) da 1ª Bda C Mec e Comandante do 1º Pelotão de Polícia do Exército Mecanizada (1º Pel PE Mec).

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá, ainda, ser acrescido por 01 (um) sócio civil voluntário, mediante aprovação da Diretoria Executiva.

Art 14 A Diretoria do CÍRCULO deverá reunir-se periodicamente.

§ 1º - A Diretoria só poderá decidir com a presença da maioria simples de seus membros, e as decisões serão tomadas pela maioria dos votos dos presentes.

§ 2º - Todos os membros da Diretoria têm direito de voto.

§ 3º - Em caso de empate nas votações, valerá a decisão do Presidente do Círculo que vota por último.

SEÇÃO II
COMPETÊNCIA

Art 15 Compete a Diretoria:

I - Aprovar as propostas para admissão e readmissão de sócio contribuinte;

II - Conceder demissão do Círculo ao sócio que a solicitar;

III - Baixar ato de desligamento de sócio ou de dependente. O desligamento de sócio implica no de seus dependentes;

IV - Solicitar parecer aos Conselhos Fiscal e Consultivo;

V - Aplicar as penalidades referidas no Art 51 deste Estatuto;

VI - Decidir sobre pedidos de reconsideração de ato ou outros recursos que lhe forem

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira

dirigidos;

VII - Fixar as mensalidades e as contribuições a serem pagas pelos sócios contribuintes, a fim de que seja possível a realização de eventos;

VIII - Promover os meios de arrecadação de receita;

IX - Resolver sobre a cessão gratuita de instalações do clube;

X - Reunir-se periodicamente em sessão e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente;

XI - Aprovar a inscrição de dependentes de sócios;

XII - Determinar o montante das indenizações devidas pelos sócios, ou seus dependentes, em consequência de danos materiais causados pelos próprios aos bens do Círculo, resolvendo sobre a respectiva forma de pagamento;

XIII – Propor a admissão e a dispensa de empregados, atendida a legislação especifica; e

XIV – Realizar a prestação de contas anual referente ao ano anterior, até 30 de janeiro do ano subsequente.

CAPÍTULO 3
DA PRESIDÊNCIA
SEÇÃO I
ORGANIZAÇÃO

Art 16 O Presidente será o Comandante do 19º GAC ou do 9º B Log, preferencialmente no segundo ano do Comando. O Vice-Presidente será sempre o Subcomandante da respectiva Unidade do presidente.

§ 1º - O Vice-Presidente responderá pela função na ausência do Presidente, somente assumindo o cargo se o afastamento do titular for por um prazo superior a 60 (sessenta) dias.

§ 2º - O Presidente será assessorado, diretamente, pelos membros já citados no Art 11, que podem ser sócios militares ou civis.

§ 3º - Os cargos citados no Art 11 serão preenchidos mediante indicação dos Cmt OM e após aprovação do Presidente de Honra, com exceção dos cargos previstos nos parágrafos únicos dos Art 12 e 13.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

SEÇÃO II
COMPETÊNCIA

Art 17 Compete ao Presidente do Círculo:

I - Representar ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente o Círculo;

II - Ordenar as despesas do clube, de acordo com as normas previstas no Regulamento

de Administração do Exército – (R/3) que estiver em vigor;

III - Fazer executar as deliberações da Diretoria, cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto e os Regimentos e Regulamentos que por ventura, sejam criados;

IV - Convocar reuniões da Diretoria, estabelecendo as condições e presidindo os trabalhos desta;

V - Assinar a correspondência e os expedientes do Círculo;

VI - Resolver qualquer assunto urgente e imprevisto, dando conta de sua decisão à Diretoria na primeira reunião da mesma;

VII - Nomear comissões para estudo e solução de questões de interesse do Círculo;

VIII - Aplicar as penalidades previstas no Art 52, bem como tornar efetivas, em qualquer dos casos, as penalidades impostas;

IX - Fazer divulgar os atos administrativos;

X - Fazer publicar os Regimentos e Regulamentos que por ventura, sejam aprovados;

XI - Expedir carteiras de sócios e convites de frequência temporária, quando julgar que esta demonstração de apreço atende a interesse do Círculo;

XII - Resolver sobre requerimentos dos sócios;

XIII - Conceder licenciamento de sócio com base no Art 41;

XIV - Decidir sobre o pedido de reconsideração de ato, ou outro recurso que lhe for dirigido;

XV - Submeter o pedido de reconsideração de ato, ao outro recurso, a apreciação da Diretoria;

XVI - Mandar suspender o pagamento das contribuições sociais durante o período em que o sócio estiver licenciado;

XVII - Nomear e dispensar empregados do Círculo, por propostas da Diretoria, desde que seja atendida a legislação específica;

XVIII - Aplicar aos empregados do clube, quando for o caso, as penalidades previstas nas legislações trabalhistas;

XIX - Contratar os serviços de consultores técnicos e especialistas, por determinados períodos, mediante prévia e específica autorização da Diretoria; e

XX - Conceder licença, até o máximo de trinta dias, aos membros da Diretoria e designar-lhes substitutos, quando for o caso.

Art 18 Compete ao Vice-Presidente do Círculo:

I - Substituir o Presidente, com as mesmas atribuições, em caso de impedimento;

II - Manter-se atualizado sobre a administração do Círculo;

III - Exercer as atribuições de caráter temporário, ou permanente, que lhe sejam expressamente conferidas pelo Presidente;

IV - Coordenar as atividades de dois ou mais Diretores, por determinação do Presidente, sempre que os objetivos a serem atingidos indiquem a necessidade de um esforço conjunto e coordenado; e

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002/2020

V - Cooperar com o Presidente na fiscalização das atividades sociais e esportivas.

CAPÍTULO 4
DA DIRETORIA EXECUTIVA
SEÇÃO I
ORGANIZAÇÃO

Art 19 A Diretoria Executiva é composta pelos Diretores Social, Administrativo, Comercial, Desportivo e Cultural.

§ 1º - Compõem ainda a Diretoria Executiva os seguintes assessores: Jurídico, Tesoureiro, Secretário e os representantes das OM.

§ 2º - O Diretor Administrativo será sempre da OM do Presidente, enquanto o Secretário será da OM que assumirá a Presidência no ano subsequente.

§ 3º - Sem prejuízo das responsabilidades que caibam aos demais membros da Diretoria, no exercício das responsabilidades das respectivas funções, o Diretor Administrativo e o Secretário serão responsáveis pela administração e orientação geral do Círculo perante o Presidente de Honra, o Presidente e a Diretoria.

§ 4º - O Diretor Administrativo será apoiado por dois auxiliares, em caráter voluntário, sendo um para o Setor de Pessoal e outro para o Setor de Patrimônio.

§ 5º - Os demais integrantes da Diretoria serão assim distribuídos entre as OM:

I - Diretor Social será do Cmdo da 1ª Bda C Mec;

II - Diretor Comercial da 11ª Cia Com Mec;

III - Diretor Desportivo do Esqd C da 1ª Bda C Mec;

IV - Diretor Cultural do HGu Santiago;

V - Assessor Jurídico do Cmdo da 1ª Bda C Mec;

VI - Tesoureiro será da mesma OM do Presidente; e

VII - As funções dos Diretores Comercial, Desportivo e Cultural poderão ser revezadas entre as Unidades, desde que cada OM ofereça um militar para cada função.

§ 6º - O Tesoureiro será apoiado por um auxiliar, em caráter voluntário.

§ 7º - A Diretoria Executiva contará, ainda, com um militar representante de cada OM, em caráter voluntário. Tal função poderá ser exercida pelo próprio membro da Diretoria da respectiva OM, caso seu Comandante assim o designar.

§ 8º - Cada membro da Diretoria Executiva poderá contar com, no máximo, 2 (dois) auxiliares oriundos da própria OM do respectivo Diretor, em caráter voluntário.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAC
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/201

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

SEÇÃO II
ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES EXECUTIVOS

Art 20 Ao Diretor Social compete:

I - Organizar programas de atividades sociais, recreativas e artísticas, submetendo-as à apreciação da Diretoria; e

II - Supervisionar as atividades sociais, recreativas e artísticas, dando cumprimento às disposições regulamentares e às decisões da Diretoria.

Art 21 Ao Diretor Desportivo compete:

I - Organizar a programação das atividades desportivas do Círculo, submetendo-as à aprovação da Diretoria;

II - Estabelecer normas de utilização do material e das instalações destinadas às práticas desportivas, assim como fiscalizar o seu cumprimento;

III - Organizar e manter, em dia, um registro dos eventos esportivos de que o Círculo participe, ou por ele sejam promovidos;

IV - Manter organizado o acervo de troféus; e

V - Estabelecer contato com órgãos públicos municipais e entidades privadas, a fim de promover atividades desportivas no Círculo.

Art 22 Ao Diretor Cultural compete:

I - Organizar a programação das atividades culturais do Círculo, submetendo-as a aprovação da Diretoria;

II - Controlar e manter atualizadas as Mídias Sociais do Círculo, bem como a divulgação das atividades do clube; e

III - Estabelecer contato com órgãos públicos municipais e entidades privadas, a fim de promover atividades culturais no Círculo.

Art 23 Ao Diretor Comercial compete:

I - Assessorar a Diretoria nos assuntos relacionados à parte comercial; e

II - Coordenar e supervisionar, diretamente, os eventos que envolvam comercialização, publicidade e patrocínios, submetendo-os a apreciação da Diretoria.

Art 24 Ao Diretor Administrativo compete:

I - Assessorar a Diretoria nos assuntos ligados a pessoal e patrimônio;

II - Zelar pelas dependências, instalações e materiais do Círculo, de forma a assegurar sua integridade, boa apresentação e manutenção;

III - Submeter à Diretoria as minutas dos contratos de aluguel, de locação, de prestação de serviços e outros;

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta

IV - Supervisionar a prestação dos serviços contratados;

V - Examinar as solicitações para realização de eventos de caráter particular, por sócios, não sócios ou pessoas jurídicas, submetendo-as à aprovação da Diretoria;

VI - Coordenar e controlar os assuntos referentes aos empregados do Círculo;

VII - Fiscalizar as atividades de bar, restaurante e outras que se fizerem necessárias, contratadas, de permissão de uso, de prestação de serviços ou, mesmo, geridas diretamente pelo próprio Círculo;

VIII - Conferir e autenticar, antes de serem submetidas à consideração da Diretoria, todos os documentos que importem em receita e despesas para o clube;

IX - Organizar a programação das atividades beneficentes e de caráter filantrópico do Círculo, submetendo-as à aprovação da Diretoria; e

X - Coordenar a realização de cursos e de especializações pelos militares que prestam serviço no clube, para fins de garantir o funcionamento do Círculo.

SEÇÃO III
ATRIBUIÇÕES DOS ASSESSORES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art 25 Ao Secretário do Círculo compete:

I - Dirigir as atividades da Secretaria;

II - Secretariar as reuniões da Diretoria;

III - Ter, sob sua guarda e ordem, as escriturações do livro de atas e demais documentos do arquivo do Círculo;

IV - Estudar e preparar o expediente a ser despachado pela Diretoria;

V - Assinar o expediente rotineiro, desde que autorizado pela Diretoria;

VI - Rubricar todos os livros da Secretaria;

VII - Exercer o controle direto dos empregados do clube;

VIII - Elaborar o relatório anual das atividades do Círculo;

IX - Protocolar os pedidos de reconsideração de ato e outros recursos que derem entradas na Secretaria;

X - Controlar o cadastro dos sócios, mantendo atualizadas as fichas com as alterações de endereço, profissão, estado civil e outros dados que afetem as declarações exigidas para admissão e permanência no quadro social; e

XI - Organizar e atualizar o quadro de avisos do Círculo.

Art 26 Ao Assessor Jurídico compete prestar assessoria à Diretoria em todos os assuntos relacionados às atividades jurídicas.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

Art 27 Ao Tesoureiro do Círculo compete:

I - Arrecadar todas as rendas, depositando-as em contas bancárias do Círculo;

II - Providenciar para que sejam mantidas, em ordem e em dia, todas as fichas de escrituração, livros e balancetes relativos às finanças do Círculo;

III - Pagar todas as despesas autorizadas pela Diretoria, exigindo os respectivos comprovantes;

IV - Apresentar à Diretoria, na última reunião ordinária desta, o relatório de exercícios referentes às atividades da Tesouraria, incluindo movimentos de fundos e de estado financeiro;

V - Ficar em condição de prestar todas as informações e esclarecimentos, exigidos pela Diretoria, bem como franquear, aos membros da mesma, para exame, todos os livros, fichas, balancetes e demais documentos da Tesouraria; e

VI - Ter a seu cargo todos os documentos necessários para elaborar a prestação de contas mensais.

Art 28 Aos Representantes das OM compete:

I - Manter os militares das respectivas OM continuamente informados sobre as atividades do Círculo;

II - Desenvolver nos sócios militares a exata compreensão das finalidades do Círculo, estimulando-os a frequentá-lo, bem como conscientizá-los sobre a preservação de seu patrimônio e manutenção de seu bom nome;

III - Manterem-se constantemente informados quanto às aspirações dos sócios, levando-as ao conhecimento da Diretoria, a fim de que se torne mais efetiva e facilitada a atuação da mesma;

IV - Divulgar as atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas para conhecimento dos militares, em todas as oportunidades que se apresentarem em suas respectivas OM; e

V - Efetuar o recolhimento e o controle do pagamento das mensalidades dos sócios pertencentes as suas OM, desde que os mesmos não tenham optado pelo débito em conta, prestando conta, na Secretaria do Círculo até o 10º (décimo) dia do mês subsequente.

CAPÍTULO 5
DO CONSELHO FISCAL
SEÇÃO I
ORGANIZAÇÃO

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

Art 29 O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização, será constituído de 02 (dois) membros efetivos.

§ 1º - O Conselho Fiscal será composto pelo Cmt do Esqd C 1ª Bda C Mec e o Cmt 1º Pel PE Mec.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá, ainda, ser acrescido por 01 (um) sócio civil voluntário, mediante aprovação da Diretoria Executiva.

§ 3º - Os membros efetivos poderão propor suplentes para substituí-los, caso ocorra a necessidade.

Art 30 O Conselho Fiscal reunir-se-á quando necessário, lavrando Ata de suas sessões.

SEÇÃO II
COMPETÊNCIA

Art 31 Compete ao Conselho Fiscal:

I - Examinar os balancetes que lhe forem apresentados pelo Tesoureiro e dar parecer sobre os mesmos;

II - Verificar a exatidão:

- da execução do Orçamento Anual do Círculo;

- dos documentos de receita e despesa; e

- da escrita contábil em geral.

III - Dar parecer sobre o orçamento anual do Círculo a ser apresentado à Diretoria;

IV - Dar parecer sobre mensalidades, anuidades, taxas sociais, e outras contribuições pecuniárias propostas pela Diretoria; e

V - Convocar os suplentes para preenchimento das vagas ocorridas no Conselho.

CAPÍTULO 6
DO CONSELHO CONSULTIVO
SEÇÃO I
ORGANIZAÇÃO

Art 32 O Conselho Consultivo, órgão superior de consulta, será constituído de 03 (três) membros efetivos.

§ 1º - O Conselho Consultivo será composto por um representante do Cmdo da 1ª Bda C Mec, pelo Diretor do HGu Santiago e pelo Cmt da 11ª Cia Com Mec.

§ 2º - O Conselho Consultivo poderá, ainda, ser acrescido por 01 (um) sócio civil voluntário, mediante aprovação da Diretoria Executiva.

§ 3º - Os membros efetivos poderão propor suplentes para substituí-los, caso ocorra a necessidade.

Art 33 O conselho reunir-se-á quando necessário, lavrando ata de suas sessões.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

SEÇÃO II
COMPETÊNCIA

Art 34 Compete ao Conselho Consultivo:

I - Dar parecer sobre assuntos de magno interesse do Círculo; e

II - Convocar os suplentes para preenchimentos das vagas ocorridas no Conselho.

TÍTULO III
DO QUADRO SOCIAL
CAPÍTULO I
DO QUADRO SOCIAL

Art 35 O Quadro Social é constituído pelos sócios e seus dependentes.

§ 1° - Os sócios serão subdivididos em três categorias:

I - Contribuintes;

II - Remidos; e

III - Especiais.

§ 2° - Serão admitidos sócios contribuintes:

I - Os militares do Exército, Marinha, Aeronáutica e Forças Auxiliares, da ativa, da reserva e reformados; e

II - Os civis maiores de 18 (dezoito) anos de reconhecido conceito social, mediante proposta de admissão feita por um sócio e aprovada pela Diretoria.

§ 3° - A admissão do sócio contribuinte deverá respeitar o prazo mínimo de fidelização de 12 (doze) meses. Caso o sócio solicite seu afastamento antes desse prazo, o mesmo deverá efetuar o pagamento das mensalidades restantes para completar o prazo supracitado.

§ 4° - Serão considerados Remidos e isentos do pagamento de mensalidades os sócios que completaram 30 (trinta) anos de contribuição até 14 de maio de 2003, não sendo mais emitidos títulos posteriormente a essa data.

§ 5° - Os sócios Remidos, para continuarem gozando dos direitos adquiridos, deverão comparecer à Secretaria do clube uma vez por ano, a fim de manter atualizado seus dados cadastrais.

§ 6° - Os dependentes do sócio remido não fazem jus aos benefícios do sócio, com exceção dos previstos nos incisos I e II do Art 37.

§ 7° - Os sócios Remidos poderão, voluntariamente, prestar uma contribuição anual no valor de duas mensalidades, referentes aos meses de junho e novembro, com o intuito de propiciar a melhoria das instalações do Círculo e o pagamento dos empregados.

§ 8° - Serão considerados sócios especiais e isentos de mensalidades:

I - Oficiais da Forças Armadas e Forças Auxiliares, quando em trânsito por Santiago;

II - Cadetes e alunos das Escolas de Formação das Forças Armadas, alunos das Forças

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2° Substituta

Auxiliares e dos Colégios Militares, quando em trânsito por Santiago e mediante apresentação da respectiva carteira de identidade.

Art 36 Ao candidato a sócio contribuinte, cuja proposta tenha sido rejeitada, não caberá qualquer recurso.

CAPÍTULO 2
DOS DEPENDENTES DOS SÓCIOS

Art 37 Serão considerados sócios dependentes:

I - Cônjuge ou companheira(o), enquanto perdurar a sociedade conjugal;

II - Filho (a), tutelado (a) ou enteado (a), solteiro (a) até a idade de 18 (dezoito) anos, ou 24 (vinte e quatro) anos desde que estudantes e sem renda própria, ou ainda, independente de idade se portador de insuficiência física ou mental comprovada, que o torne incapaz de manter o próprio sustento;

III – Pai ou padrasto, desde que maior de 65 anos; e

IV – Mãe ou madrasta, desde que maior de 65 anos.

Art 38 Para inscrição de pessoas dependentes de sócios é preciso que solicitação seja feita pelo sócio responsável, mediante comprovação de dependência.

Art 39 Não poderá frequentar o Círculo o dependente de sócio:

I - Que esteja cumprindo pena de suspensão;

II - Que seja dependente de sócio licenciado;

III - Que tenha sido licenciado "ex-officio"; e

IV - Dependente de sócio que esteja em débito com o Círculo.

Art 40 Os dependentes de sócios que perderem essa condição poderão ser admitidos como sócios, observando o inciso II, do § 2º, do Art 35.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CAPÍTULO 3
DO LICENCIAMENTO DOS SÓCIOS

Art 41 O sócio poderá solicitar seu licenciamento do Quadro Social, por qualquer motivo, desde que por tempo nunca inferior a 12 (doze) meses, anexando ao pedido sua carteira social e as de seus dependentes.

§ 1º - O licenciamento não desobriga o sócio de compromissos e débitos contraídos com o Círculo.

§ 2º - No caso dos militares da ativa do Exército a solicitação do licenciamento deverá ser feita mediante requerimento ao Presidente do Círculo.

Art 42 O sócio licenciado de acordo com o previsto ao Art 41, não poderá ser readmitindo no decurso do prazo citado, a menos que pague todas as mensalidades correspondentes aos meses em que esteve licenciado no valor da mensalidade em vigor na época da readmissão.

CAPÍTULO 4
DA DEMISSÃO DO QUADRO SOCIAL

Art 43 Será concedida demissão do Círculo, por decisão do Presidente, ao sócio que, estando quites, assim o solicitar, anexando ao pedido sua carteira social e as de seus dependentes.

§ 1º - Em qualquer caso, não desobriga o sócio de compromissos e débitos contraídos com o Círculo.

§ 2º - No caso de oficiais da ativa do Exército, aplica-se o previsto no § 2º do Art 40.

Art 44 Ao sócio que, embora quites, haja infringido qualquer dispositivo estatutário, será lícito aplicar, por intermédio do Presidente ou da Diretoria, sanção correspondente, antes de conceder a demissão solicitada, ou mesmo negar a demissão, se a Diretoria julgar a falta passível de eliminação.

CAPÍTULO 5
DO DESLIGAMENTO DO SÓCIO

Art 45 Será desligado do Quadro Social o sócio:

I - Que falecer;

II - Que pedir demissão;

III - Que sofrer penalidades de exclusão ou de eliminação; e

IV - Que concorrer negativamente para a convivência ética, pacífica e familiar do Círculo, após avaliação da Diretoria.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

§ 1º - O desligamento do sócio importa no cancelamento das inscrições de seus dependentes.

§ 2º - Compete à Diretoria baixar o ato de desligamento de sócio e de cancelamento de inscrição de seus dependentes.

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

CAPÍTULO 6
DA READMISSÃO DO SÓCIO

Art 46 Toda a readmissão será considerada como nova admissão.

§ 1º - O sócio excluído por falta de pagamento só poderá ser readmitido depois de saldar seu débito anterior com o Círculo.

§ 2º - Nenhum sócio eliminado poderá ser readmitido pela Diretoria, sem o cancelamento da pena que causou sua eliminação.

CAPÍTULO 7
DOS DIREITOS DOS SÓCIOS

Art 47 Os sócios usufruirão das prerrogativas previstas neste Estatuto e poderão invocar os seus direitos perante a Diretoria do Círculo.

Art 48 São direitos dos sócios:

I - Frequentar as dependências do Círculo e comparecer às reuniões sociais, culturais e desportivas por ele promovidos, fazendo-se acompanhar de seus dependentes devidamente inscritos, subordinados, sempre, às normas estatutárias e regulamentares;

II - Inscrever, como dependente, pessoa que satisfaça as condições estabelecidas no presente Estatuto;

III - Pedir cancelamento da inscrição de seus dependentes;

IV - Requerer ao Presidente o licenciamento ou demissão do Quadro Social;

V - Fazer a Diretoria, por escrito, sugestões e propostas de interesse social;

VI - Propor o desligamento ou readmissão de sócios contribuintes;

VII - Solicitar ao Presidente, a reconsideração de ato que julgue improcedente, no prazo de dez dias, a contar da ocorrência do mesmo;

VIII - Utilizar, mediante indenização, as dependências e os serviços do Círculo, desde que não conflituem com as atividades de representação de natureza oficial;

IX - Tomar parte em qualquer reunião da Diretoria e votar, desde que sejam associados incluídos de acordo com Art 35, do presente Estatuto; e

X - Propor novos associados.

Parágrafo Único – Para gozar de seus direitos, o sócio não poderá estar em débito com o Círculo.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2ª Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

CAPÍTULO 8
DOS DEVERES DOS SÓCIOS

Art 49 São deveres dos sócios:

I - Cumprir, integralmente todos os compromissos assumidos com o CÍRCULO;

II - Observar, fielmente, o Estatuto, os Regulamentos e as deliberações dos Poderes competentes;

III - Acatar os membros da Diretoria e os empregados do Círculo, no desempenho de suas funções;

IV - Manter e concorrer para a manutenção da máxima cortesia, compostura e urbanidade na sede social, ou quando participando de representações do Círculo;

V - Comunicar, à Secretaria as alterações de endereço, profissão, estado civil e outras que afetam as declarações exigidas para admissão e permanência no Quadro Social;

VI - Indenizar o Círculo de qualquer prejuízo material que lhe causar;

VII - Adquirir a carteira social, para si e seus dependentes, apresentando-a, juntamente com os recibos de quitação mensais, sempre que solicitado;

VIII - Pagar mensalidade estabelecida no Estatuto, dentro dos primeiros 10 (dez) dias de cada mês, e saldar, dentro de 30 (trinta) dias, débitos de qualquer outra natureza;

IX - Comparecer ao Círculo quando for solicitado nominalmente;

X - Manter seus dados pessoais, bem como de seus dependentes, devidamente atualizados na Secretaria do clube;

XI - Manter atualizada a sua carteira social do clube; e

XII - Comparecer as Assembleias Gerais.

Art 50 Aos dependentes de sócios se estende os deveres de que trata o Art 49, no que lhes for aplicável.

Parágrafo Único – O sócio é responsável pelo procedimento de seus dependentes no Quadro Social.

CAPÍTULO 9
DAS PENALIDADES

Art 51 Os sócios que infringirem disposições deste Estatuto, bem como Regulamentos do Círculo, serão passíveis das seguintes penalidades:

I - Advertência verbal;

II - Advertência escrita;

III - Suspensão; e

IV - Exclusão.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

§ 1º - Os dependentes dos sócios também estão sujeitos às penalidades previstas neste Estatuto.

§ 2º - Na aplicação das penalidades deverão ser levadas em conta às circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 3º - A reincidência agravará a penalidade.

§ 4º - A penalidade de suspensão priva o sócio de seus direitos, exceto o de pedir reconsideração ou de recorrer, sem prejuízo dos seus deveres.

§ 5º - A penalidade de exclusão importa, para o associado, na cassação imediata de todos os seus direitos, podendo aquele pedir reconsideração.

§ 6º - As penalidades constantes nos itens I, II e III do presente artigo atingem apenas a pessoa contra a qual foram dirigidas.

§ 7º - A pena de exclusão do sócio importa, automaticamente, em que seus dependentes sejam desligados do Quadro Social.

§ 8º - Quando a penalidade de eliminação atingir a um dependente de sócio, somente este terá a inscrição cancelada.

§ 9º - As penalidades serão aplicadas sem prejuízo da ação judicial decorrente, se for o caso.

Art 52 À Diretoria do Círculo compete aplicar as seguintes penalidades:

I - Advertência verbal;

II - Advertência escrita; e

III - Suspensão até trinta dias.

Art 53 É da competência exclusiva do Presidente, após consultada a Diretoria, a aplicação de qualquer penalidade a sócios remidos e das penalidades abaixo, para os demais sócios:

I - Suspensão superior a trinta dias;

II - Exclusão; e

III - Eliminação.

§ 1º - A pena de suspensão não poderá ser superior a um ano.

§ 2º - Para análise dos casos referentes aos itens I e II acima, a Diretoria deverá ser presidida pelo Presidente de Honra e deverá ter um quórum mínimo de 2/3 de seus representantes. A votação será por maioria simples.

§ 3º - O sócio deverá ser informado formalmente, mediante recibo, da penalidade que lhe foi imposta. Na recusa de seu recebimento poderá ser convocada testemunha para assinar em seu lugar.

Art 54 É passível de pena de suspensão, o sócio que:

I - Reincidir em infração já punida com advertência verbal ou escrita;

II - Atentar conta o conceito público do Círculo, por ação ou omissão;

III - Promover discórdia entre os sócios;

IV - Atentar contra a disciplina social;

V - Fizer de má fé, declarações falsas no período de inscrição de dependentes;

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

VI - Ceder a carteira de sócio, ou o recibo de contribuições sociais à outra pessoa a fim de facilitar-lhe o ingresso indevido no Círculo;

VII - Desrespeitar, na sede e dependência do Círculo, a qualquer membro do Conselho Fiscal, Consultivo e Diretoria;

VIII - Desrespeitar os empregados do Círculo, que estejam no exercício de suas funções;

IX - Praticar ato condenável, ou ter comportamento inconveniente, na sede e dependências do Círculo;

X - Danificar, voluntariamente, móveis, imóveis utensílios e demais pertences do Círculo; e

XI - Agredir, física ou moralmente, sócios, empregados ou outrem, na sede ou quando em representação do Círculo.

Art 55 Aplica-se à penalidade de exclusão ao sócio que deixar de pagar suas contribuições sociais por 2 (dois) meses consecutivos.

Parágrafo Único – Aplica-se a mesma penalidade ao sócio que se recusar a pagar no prazo de trinta dias, qualquer outra dívida que tenha assumido com o Círculo.

Art 56 Aplicar-se-á a pena de eliminação, ao sócio que:

I - For condenado, em sentença transitada em julgado, por ato desabonador; e

II - Cometer ato grave contra a moral ou contra os interesses do Círculo.

Art 57 A indenização dos prejuízos materiais causados ao Círculo, não exime o sócio da pena em que tenha incorrido.

Art 58 Qualquer membro da Diretoria poderá propor ao Presidente, a privação dos direitos estatutários, ao sócio infrator, participando a ocorrência. O Presidente aplicará de imediato a punição, se for o caso, com observância do disposto no Art 53.

Parágrafo Único – O Presidente deverá, no prazo, de até 8 (oito) dias levar a ocorrência à consideração da Diretoria, caso entenda que a gravidade da mesma exija uma pena além da sua competência.

Art 59 O não cumprimento das obrigações previstas no inciso VIII, do Art 48 priva o sócio e seus dependentes do ingresso na sede e dependências do Círculo.

Art 60 Qualquer punição deverá ser registrada pelo Secretário do Círculo na ficha do sócio punido.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

CAPÍTULO 10
DOS RECURSOS DISCIPLINARES

Art 61 Cabe ao sócio o direito de pedir reconsideração de ato quando:

I - Sentir-se prejudicado em seus direitos;

II - Considerar improcedente a penalidade que lhe tenha sido imposta; e

III - Julgar que determinado ato acarretará sensíveis prejuízos no Círculo.

Parágrafo Único – O pedido de reconsideração de ato será dirigido ao Presidente e será apreciado em reunião da Diretoria.

Art 62 Não será apreciado o pedido de reconsideração de ato:

I - Que não for dirigido a quem de direito;

II - Que contiver termos desrespeitosos;

III - Que deixar de ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data em que o interessado tomar conhecimento do ato que o motivou; e

IV - Que não estiver protocolado na Secretaria do Círculo.

Parágrafo Único – O pedido de reconsideração de ato, depois de protocolado, será levado, pela Secretaria, ao Presidente, no prazo de 2 (dois) dias, a partir da data de protocolo.

Art 63 O Presidente, diante do pedido de reconsideração de ato, tem 10 (dez) dias para reunir a Diretoria para apreciar o pedido.

Art 64 Nenhum pedido de reconsideração de ato tem efeito suspensivo.

Art 65 O pedido de reconsideração de ato fica facultado, também:

I - Aos dependentes do sócio, por intermédio deste; e

II - Ao membro da Diretoria cujo ato tenha sido reformado.

Art 66 O cancelamento da pena de eliminação poderá ser solicitado à Diretoria, pelo próprio eliminado, ou pelo responsável, decorridos 5 (cinco) anos da data em que a punição foi aplicada.

§ 1º - O cancelamento da pena de eliminação exigirá a votação favorável da totalidade dos membros da Diretoria.

§ 2º - Negado o cancelamento da pena, nova solicitação só poderá ser feita após novo período de cinco anos após a data de entrada da última solicitação.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2ª Substituta
Portaria nº 002 de 06/06/2014

TÍTULO IV
DOS EMPREGADOS
CAPÍTULO ÚNICO
DOS EMPREGADOS

Art 67 São empregados do Círculo os servidores remunerados.

Art 68 Os empregados do Círculo serão contratados e dispensados pelo Presidente, por proposta da Diretoria, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

Art 69 Aos empregados do Círculo aplicam-se as disposições da legislação trabalhista.

§ 1° - A organização do quadro de empregados, a fixação do nível salarial de cada cargo e a distribuição dos empregados será feita pela Diretoria.

§ 2° - A fixação do nível salarial de cada cargo levará em conta o nível educacional exigido pelos deveres e responsabilidade do cargo, a experiência que o exercício deste requerer, a satisfação de outros requisitos que se reputarem essencialmente ao seu desempenho e as condições do mercado de trabalho.

§ 3° - O horário de trabalho será estabelecido pelo Presidente, respeitando o disposto nas leis trabalhistas.

Art 70 O Diretor Administrativo do Círculo é o responsável pelo estudo, formulação de diretrizes, orientação, cooperação, supervisão e controle dos assuntos concernentes à administração do pessoal integrante do quadro de empregados.

Art 71 São deveres dos empregados:

I - Observar, rigorosamente, as disposições legais e as normas estatutárias e regulamentares a que estiverem subordinados;

II - Propor medidas visando o aprimoramento e a eficiência dos serviços;

III - Zelar pelo material sob sua guarda;

IV - Promover, dentro de suas atribuições, o desenvolvimento das relações humanas no trabalho;

V - Participar, com a devida oportunidade, ao Diretor Administrativo, as ocorrências de que tiver conhecimento, durante o exercício de suas atribuições; e

VI - Manter a pontualidade e a assiduidade no trabalho.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2° Substituta
Portaria n° 002 de 06/05/2014

TÍTULO V
DO REGIME ECONÔMICO E FINANCEIRO
CAPÍTULO 1
DO PATRIMÔNIO

Art 72 A sede do Círculo compreende o espaço físico instalado em imóvel da União jurisdicionado ao Comando do Exército e administrado pela 1ª Bda C Mec, cedido para uso nas suas finalidades específicas.

Parágrafo Único - No caso de dissolvida a associação ou extinção do Círculo, a sede, bem como, o remanescente do seu patrimônio líquido, será devolvido à União, conforme prevê o § 2º do Art. 61 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.

CAPÍTULO 2
DAS FINANÇAS

Art 73 Constituem receitas orçamentárias do Círculo:

I - Mensalidades sociais, as contribuições, taxas e emolumentos de qualquer natureza;

II - Donativos de qualquer natureza, origem e forma de arrecadação;

III - Receita de eventos esportivos, culturais, educacionais, sociais, recreativos, comemorativos ou festivos; e

IV - Patrocínios.

Art 74 Constituem despesas orçamentárias do Círculo:

I - O pagamento de tributos e contribuições parafiscais;

II - O pagamento da remuneração de empregados;

III - Aquisição de material de consumo, conservação, manutenção e reparos;

IV - Pagamento de serviços prestados;

V - Custeio de atividades esportivas, sociais, culturais, educacionais, assistenciais, recreativas, festivas ou comemorativas e cívicas; e

VI - Gastos eventuais.

CAPÍTULO 3
DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

Art 75 As contribuições ao Círculo serão constituídas de:

I - Mensalidades; e

II - Taxas.

Art 76 O valor da mensalidade de sócio contribuinte será fixado pela Diretoria.

Art 77 Taxas são estabelecidas pela Diretoria, e pagas pelos sócios, objetivando a manutenção e conservação dos serviços e dependências.

Parágrafo Único – As taxas são de três categorias:

I - De segurança e controle (carteira de sócio, cartão de piscina, etc.): pagas por todos os sócios;

II - De prestação de serviços (aulas, cursos, estágios, aluguéis de salão, etc.): pagas pelos sócios que as desejarem em função de serviços prestados pelo clube; e

III - De manutenção de dependências não consideradas de utilidade geral (piscinas, quadras de tênis, etc.): pagas pelos sócios em função da utilização de dependências do clube.

TÍTULO VI
DA ASSEMBLEIA GERAL - INSERIDO
CAPÍTULO ÚNICO
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art 78 A Assembleia Geral é o mais alto órgão deliberativo do Círculo.

Art 79 A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente, em caráter ordinário, anualmente, no mês de dezembro, para apreciação do relatório da Diretoria e para a posse da nova Diretoria.

Art 80 A Assembleia Geral será constituída pelos associados classificados no Art 35, deste Estatuto.

Art 81 A Assembleia Geral poderá ser convocada em caráter extraordinário para tratar de assuntos urgentes ou de grande relevância, que fuja à alçada da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – A convocação extraordinária poderá ser solicitada por associado, em grau de recurso, em petição dirigida ao Presidente do Círculo, especificando-se os motivos da convocação, o qual é obrigado a efetuá-la dentro de 8 (oito) dias, a partir da data da petição na Secretaria, desde que na mesma conste, no mínimo, 1/5 (um quinto) de assinaturas de associados.

Art 82 Das resoluções adotadas pela Assembleia Geral, será dada publicidade, salvo se o caráter do assunto requerer sigilo.

Art 83 A convocação da Assembleia Geral deverá ser feita com 05 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, com edital divulgado nas mídias sociais do clube e afixado na sede do clube, podendo ainda, ser divulgado na imprensa escrita e/ou falada.

Parágrafo Único - Em primeira convocação, só poderá funcionar, legalmente, com a presença da metade mais um dos associados quites e, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002/2017

número de associados, sendo válidas as medidas aprovadas.

Art 84 A convocação extraordinária de que trata o Art 81, poderá ser feita com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art 85 As resoluções tomadas pela Assembleia Geral só poderão ser anuladas por outra Assembleia Geral.

Art 86 À Assembleia Geral compete:

I - Decidir os recursos apresentados pelos associados, contra a resolução da Diretoria;

II - Interpretar, por solicitação da Diretoria, qualquer dispositivo deste Estatuto e firmar entendimento a respeito;

III - Homologar, reformular ou recusar reformas deste Estatuto;

IV - Suspender, demitir ou excluir qualquer membro da Diretoria, que haja praticado ato contrário ou lesivo aos interesses do Círculo, comprovadamente;

V - Dissolver e empossar a Diretoria;

VI - Autorizar a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras, para fins de investimentos vantajosos ao Círculo, devidamente justificados pela Diretoria, nos casos em que a quitação do referido empréstimo ultrapasse o período de gestão da Diretoria que solicitou.

TÍTULO VII
DOS SÍMBOLOS E CORES
CAPÍTULO ÚNICO
DOS SÍMBOLOS E CORES

Art 87 São símbolos do CÍRCULO:

I - A bandeira; e

II - O logotipo.

Art 88 São cores do CÍRCULO:

I - Vermelha;

II - Azul; e

III - Branca.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 89 O ingresso nas dependências do Círculo é reservado exclusivamente aos sócios, dependentes e seus convidados.

Art 90 O ano social será contado de 1º de janeiro a 31 de dezembro, sendo o dia 22 de junho assinala a data de comemoração da fundação do Círculo.

Art 91 As omissões e dúvidas de interpretação do Estatuto serão solucionadas pela Diretoria.

Art 92 É vedado aos associados utilizarem o nome do Círculo para fins pessoais, político-partidários ou reivindicatórios, assim como ceder as dependências do Círculo para tais propósitos.

Art 93 O presente Estatuto, após entrar em vigor, substituirá o Estatuto até então vigente e poderá, a qualquer tempo, ser alterado, modificado ou reformado por Assembleia Geral.

Art 94 Este Estatuto, após sua revisão geral pela Assembleia Geral, será registrado em cartório.

Santiago/RS, em 14 de dezembro de 2022.

Gen Bda MARCELO ROCHA LIMA
Presidente de Honra

VAGNER ASSIS MINUZZI DA SILVA - Ten Cel
Presidente

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

CRISTIANO MARTINS MAURENTE – Ten Cel
Diretor Social

CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO
Fundado em 22 de junho de 1943

DELSON LEOPOLDO FERREIRA - Cap
Diretor Administrativo

LIDIANE LOCATELI BARBOSA – 1º Ten
Assessora Jurídica

GABRIEL ANTÔNIO WALKER – 1º Ten
Diretor Cultural

BRUNO LUCAS DOS SANTOS – 1º Ten
Diretor de Esportes

VITOR HUGO BARROS DA SILVA – 1º Ten
Tesoureiro

DANIELLE BRANDÃO FRANCO – 2º Ten
Diretora Feminina

JOSÉ VALDIR NASCIMENTO DOS SANTOS – 2º Ten
Diretor Comercial

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA MACHADO - Sub Ten
Secretário

José Rossano P. dos Santos
ADVOGADO
OAB - RS 92.728

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2º Substituta
Portaria nº 002 de 06/05/2014

A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta
Chave de autenticidade para consulta
09989554202300002878 70

República Federativa do Brasil - Estado do Rio Grande do Sul
Registro de Pessoas Jurídicas de Santiago-RS
Rua General Canabarro, 924 – Centro – Santiago-RS
Fone 55 3251 0230 Whats 55 99969 1138
Apresentado hoje, protocolado no livro A-6, sob n° 25.178 registrado sob nº 3576, fls 316 V, do livro A-19 de Registro de Pessoa Jurídicas Valor R$ 283,40. Selos R$ 21,10. Selos: 0551.04.2200003.00658 a 00661/ 0551.01.2200003.00615 a 00616.
.Santiago-RS, 20 de março de 2023.

Substituta Registral

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Ana Claudia A. Pereira
2° Substituta
Portaria n° 002 de 06/05/2014

ATA Nr 03/2024

Ata de assembleia iniciada às 09:30 horas do dia 28 de novembro de 2024, no salão nobre do Cículo Militar de Santiago. Presentes os membros da atual diretoria e associados, que assinam a presente Ata; e do 3º Sgt Mateus Ribeiro Trindade, que secretariou a presente assembleia. Aberta a assembleia pelo Ten Cel IGOR CLEYTON DE SOUZA FIGUEIREDO – Presidente, este informou que a presente convocação visa dar posse a nova diretoria, com assunção em dezembro; apresentar as atividades da tesouraria, movimento de fundos; estado financeiro do exercício 2024 e apresentação do clube aos novos sócios e diretores. Finalidades estas que foram divulgadas por meio de convocação difundida nas redes sociais do clube e em painel de aviso afixado na entrada da secretaria, conforme previsto no Art. 83 do estatuto. Inicialmente, o presidente perguntou se algum sócio civil presente gostaria de compor a diretoria no conselho consultivo e/ou no conselho fiscal, como nenhum sócio se apresentou como voluntário, o presidente deu prosseguimento, passando a apresentar a composição da diretoria para o ano de 2025, com a seguinte constituição: Presidente de Honra – General de Brigada CARLOS ALBERTO MOUTINHO VAZ, Presidente – Tenente Coronel DIOGO BROETTO ALVES, Vice-Presidente – Major RODRIGO SOUZA REIS BRAGA; Conselho Consultivo: Cel LUIZ ADOLFO SODRÉ DE CASTRO JUNIOR, Cel ADEMIR JONES ANTUNES DORNELES, Cap LEONARDO FELIPE FERREIRA GOMES; Conselho Fiscal: Cap HAMILTON CESAR PINTO PINHEIRO BARBOSA, Cap RAUL TEIXEIRA MENDES DE SOUSA; Diretoria Executiva: Diretor Social - TEN GERALDO DILAMAR DAS CHAGAS VIEIRA, Diretor Comercial - TEN GIOVANI CENI COELHO DA SILVA, Diretor Desportivo – Ten GABRIEL JOAQUIM RIEGER, Diretor Cultural - 1º TEN AMANDA AZEREDO MARINHO DE SENA ROSA, Diretor Administrativo – Ten ÉDERSON BRANDLI FLORIANO; Representantes de OM: CAP FRANCISCO SALOMÃO BEZERRA DE SOUZA - 9º B LOG; TEN GIOVANI CENI COELHO DA SILVA - 11ª CIA COM MEC; 1º TEN AMANDA AZEREDO MARINHO DE SENA ROSA - HGUST; Ten GABRIEL JOAQUIM RIEGER – ESQD CMDO/ 1ª BDA C MEC; e 2º TEN BRUNO FRANCISCO RAMOS PERKOSKI – 19º GAC; Assessores da Diretoria Executiva: Jurídico - Ten DENISE LACORTE, Tesoureiro - 1º TEN JOHN MICHAEL GORGEN, e Secretário – Sgt MATEUS RIBEIRO TRINDADE. Perguntado se algum dos presentes se opunha a composição da diretoria 2025, ninguém se manifestou em contrário. Na reunião o presidente apresentou o estado financeiro e as atividades realizadas no exercício de 2024, bem como as previsões financeiras de despesas e receitas para os próximos meses. Ao final foi perguntado se algum sócio gostaria de fazer alguma observação sobre o que foi apresentado, logo nenhum presente na reunião se manifestou. E como mais nada foi dito, o Sr. Ten Cel IGOR CLEYTON DE SOUZA FIGUEIREDO deu por encerrada a presente assembleia geral, a que foi efetuada às 10:00 horas.

IGOR CLEYTON DE SOUZA FIGUEIREDO

CPF 510.362.072-34

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO - RS

A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta
Chave de autenticidade para consulta
09989554202400000396823

República Federativa do Brasil - Estado do Rio Grande do Sul
Registros de Pessoas Jurídicas de Santiago-RS
Rua Bento Gonçalves, 1163 – Centro – Santiago-RS Fone 55 3251 0230 Whats 55 999691138apresentado hoje, para registro protocolado no livro A-6, sob nº 26064, registrado sob nº 3901, fls.1, Livro A. Certidão 0551.02.2400006.00158 R$ 11,90 Selo R$ 2,80, Processamento eletrônico 0551.01.2400008.00199, 0551.01.2400008.00200, R$ 13,20 Selo R$ 4,00, Microfilmagem 0551.03.2400002.00232 R$12,60 Selo R$ 4,00, Registro 0551.06.2100007.00172 R$ 92,10 Selo R$ 35,90.

Santiago, 09 de dezembro de 2024.

REGISTRO CIVIL E ESPECIAIS DE SANTIAGO
Adriana Del Cistia da Silva Martins
Registradora Substituta

Registradora Substituta

EM BRANCO

CERTIFICO, usando a faculdade que me confere a Lei e por assim ter sido pedido, que revendo neste Serviço Registral, o Livro nº 2 - Registro Geral, verifiquei constar na matrícula o teor seguinte:

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE SANTIAGO

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL *MATRÍCULA:* 51.102

Santiago, 31 de março de 2017.

Matrícula

MATRICULA Nº 51.102.-

I M Ó V E L - Círculo Militar de Santiago - Área: 8.341,26m²; Perímetro: 392,65. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P001, de coordenadas N 6.768.726,14 m e E 707.091,85 m, Datum SIRGAS 2000,4, MCF 57 W Gr, materializado por canto de muro, localizado a 11,07 metros do eixo da Av. Júlio de Castilhos, deste, segue confrontando com o Município de Santiago, Av Julio de Castilhos, com o seguinte azimute plano e distância: 172° 58' 58" e 59,26m até o vértice P002, de coordenadas N 6.768667,32 m e E 707.099,09 m, materializado por canto de muro, deste, segue confrontando com o imóvel de Tusi e Cia Ltda, com o seguinte azimute plano e distância; 261° 00' 02" e 135,34m até o vértice P003, de coordenadas N 6.768.646.15 m e E 706.965,42 m, materializado por canto de muro, deste segue confrontando com o Município de Santiago, Rua Dr. Rivota, com o seguinte azimute e distância; 354° 19' 17" e 64,28m até o vértice P004, de coordenadas N 6.768.710,11 m e E 706.959,06 m, materializado por canto de muro, deste, segue confrontando com imóvel dos Srs. José Luiz Dal Zouto; Celso Gorski e João Luiz Silveira Azambuja, com os seguintes azimutes planos e distâncias; 82° 46' 36" e 34,68m até o vértice P006, de coordenadas N 6.768.717,12 me E 707.012,03 m, 83° 33' 10" e 80,33m até o vértice P001, de coordenadas N 6.768.726,14 m e E 707.091,85 m, ponto inicial da descrição deste perímetro, fechando um polígono de forma irregular com a área de 8.341,26m² (oito mil trezentos e quarenta e um metros quadrados e vinte e seis decímetros quadrados). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBCM de Santa Maria/RS e encontram representadas no Sistema UTM, referenciada ao Meridiano Central nº 57 W Gr tendo como Datum o SIRGAS 2000,4. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

PROPRIETÁRIA: UNIÃO FEDERAL - JURISDICIONADA AO EXÉRCITO BRASILEIRO (3° Região Militar), inscrita no CNPJ sob nº 09.553.075/0001-74.

REGISTRO ANTERIOR:Transcrição nº 8.738 , às fls.231, Livro 3-P, deste Ofício de Registro de Imóveis, datada de 14 de dezembro de 1945; e Transcrição nº 8.825 , às fls.253, Livro 3-P, deste Ofício de Registro de Imóveis, datada de 01 de fevereiro de 1946.

FORMA: Petição para unificação e retificação de imóvel urbano, datada de 28/03/2017, instruída com mapa, memorial descritivo sintético, memorial descritivo analítico, declaração de concordância das delimitações, ART nº 8759775, arquivados neste Ofício.

PROTOCOLO: nº 168179, fls.172, Livro 1-Y em 30/03/2017. Emol: Nihil.

Selo TJ/RS: 0552.03.1600010.01479 = Nihil - Nihil

Santiago, 31 de março de 2017.

Registrador Designado: _____ (Pedro Luis Mazetti Palmeiro).

AV.1/51.102. 31 de março de 2017. **RETIFICAÇÃO DO IMÓVEL**. Conforme petição para unificação e retificação de imóvel urbano, datada de 28/03/2017, instruída com mapa, memorial

CONTINUA NO VERSO...

Continua na Próxima Página

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64

Continuação da Página Anterior

Matrícula

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE SANTIAGO

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL FL. MATRÍCULA: 51.102

descritivo sintético, memorial descritivo analítico, declaração de concordância das delimitações, ART nº 8759775, consta que a área de 8.353,80m² dos registros anteriores passou a ser de **8.341,26m²**. Dou fé. Protocolo n.º 168179, Livro n.º 1 - Y, em 30 de março de 2017. Emol: Nihil.
Selo TJ/RS: 0552.04.16000090201506 - Nihil - Nihil
Registrador Designado: _____ (Pedro Luis Mazetti Palmeiro).

EM BRANCO

EM BRANCO

Nada mais consta. O referido é verdade e dou fé.
Santiago-RS, 04 de abril de 2017, às 09:25:27
Total: Nihil
Certidão Matrícula 51.102 - 2 página: Nihil (0552.04.16000010.01567 - Nihil)
Busca em Arquivo anterior: Nihil (0552.04.17000001.00118 - Nihil)

Registrador/Substituto/Escrevente

Ariela Machado B. dos Santos
Substituta

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64

4.° Cartorio de Notas

EM

PORTO ALEGRE

Estado do Rio Grande do Sul — Brasil

RUA 7 DE SETEMBRO, 1029 — TELEFONE 4061

RS-03-0324

Santiago
Terceiro pº Cirado M

Escritura de Compra e venda. -

Adquirente: União Federal p. Min. da Guer

Transmitente: Ignacio Borges Pinto

Data: 26 de outubro de 1945. -

Notário

Mario Gilberto Mariath

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64 Pág 118 de 168

Mario Gilberto Marlath
NOTARIO
7 de Setembro 1029
PORTO ALEGRE

M A R I O G I L B E R T O M A R T A T H.

N O T A R I O.

CIDADE DE PORTO ALEGRE.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL.

Rua 7 de Setembro Nº 1029 - Fone 4061.

==========

Livro Nº 338 Folhas 3 v.

Esc. Nº 1.950

T R A S L A D O de escritura de compra e venda que entre si fazem a União Federal para o Ministerio da Guerra e Ignacio Borges Pinto, menor impubere, como se segue:Antecéde esta, a escritura de compra e venda, na qual é adquirente Pasqual Bernardo Carravetta Sirangelo e transmitentes Willibaldo Schmidt e sua mulher. ----------

----------S A I B A M todos quantos virem esta publica escritura de compra e venda que, no ano de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, aos vinte e seis -(26) dias do mês de Outubro, do dito ano, neste cartorio compareceram: como outorgante vendedor, Ignacio Borges Pinto, menor impubere, representado por seu pai Filogênio Pinto, brasileiro, casado, criador, residente na cidade de Santiago, neste Estado, representado por seu procurador Doutor Benjamim Leitão, conforme procuração lavrada pelo Notario da cidade de Santiago, em data de quinze do corrente no Livro de Procurações numero setenta a folhas quatro, a qual fica arquivada neste cartorio e registrada a folhas do Livro de Registro de Procurações, devidamente au

Santiago, neste Estado, expedido a vinte e oito de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e quatro que vai adiante transcrito e fica arquivado neste cartorio, e, como outorgada compradora a União Federal, para o Ministerio da Guerra, aquela representada pelo Doutor Carlos Lisbôa Ribeiro, Procurador Fiscal da Fazenda Nacional neste Estado e este pelo Capitão Armindo Pinheiro Couto, Adjunto do Serviço de Engenharia Regional, designado para este áto, conforme designação do Senhor General Comandante da Terceira Região Militar, que vai adiante transcrita e fica arquivada neste cartorio, os presentes reconhecidos pelos proprios do Notario, de mim ajudanta e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que dou fé. E, perante estas, disse o outorgante, por seu representante, que é senhor e legitimo possuidor, livre e desembaraçado de quaisquer onus ou hipotecas, do imovel a seguir descrito, situado no Municipio e cidade de Santiago, neste Estado, a saber: UM TERRENO situado no Municipio e cidade de Santiago, com a área de cinco mil trezentos e cincoenta metros quadrados e oitenta decimetros quadrados, tendo a fórma retangular e medindo ao Norte e Sul, onde limita com terrenos do Doutor Severino Azambuja e Marcionila Machado da Silva, respetivamente, cento e trinta e seis metros e cincoenta centimetros e medindo a Leste e Oeste onde limita com a Avenida Julio de Castilhos e rua Doutor Rivota, respetivamente, trinta e nove metros e vinte centimetros, tudo de acôrdo com a planta e dados constantes do processo administrativo organisado pelo Serviço de Engenharia Regional da Terceira Região Militar; que o imovel acima descrito foi havido pelo outorgante por compra feita a Claro Flores Sobrinho e sua mulher, por escritura publica lavrada a folhas quatorze, do livro numero setenta e um, no notario de Santiago, e devi- [illegible] numero dois mil trezentos oitenta e

sete a primeiro de Outubro de mil novecentos e trinta e seis, no Registro Geral da mesma cidade; que o imovel acima descrito se tornou necessario á construção da séde do Circulo dos Militares e, por este motivo foi sua aquisição autorisada pelo Decreto-Lei numero seis mil oitocentos e trinta e oito, de trinta de Agosto de mil novecentos e quarenta e quatro, do Senhor Presidente da Republica e publicado no Diario Oficial de primeiro de Setembro do mesmo ano; que a presente transação é feita pelo preço de VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS (Cr$ 25.000,00), quantia esta que o outorgante recebeu, neste áto, em moéda corrente, do representante da Terceira Região Militar, contou e achou certa, e da qual dá plena quitação, transferindo, desde já, á outorgada compradora, todo dominio, posse, direito e ação que tinha sobre o referido imovel, para que do mesmo a outorgada se aposse, goze e disponha como seu que fica sendo, em virtude desta escritura e constituto possessorio, obrigando-se a fazer a presente venda bôa, firme e valiosa e a responder pela evicção em qualquer tempo. Pelo representante da outorgada foi dito, ante as mesmas testemunhas, que era verdade todo o exposto e por isso aceitava esta escritura, correndo as despezas por conta dos recursos da Caixa Geral de Economias de Guerra. Pelo representante da Terceira Região Militar, foi dito ante as mesmas testemunhas que tambem aceitava esta escritura como nela se contem. Seguem-se as transcrições do Alvará e certidões: Alvará: O Excelentissimo Senhor Doutor Rubens Monza, Juiz Municipal substituto do Doutor Juiz de Direito desta Comarca em exercicio, Pelo presente Alvará e de conformidade com meu despacho de vinte e seis do corrente mês, exarado á folhas dez verso dos respetivos autos, autoriso ao senhor Filogenio -

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64 Pág 121 de 168

(quinze mil cruzeiros), uma casa de material, em mau estado e o respetivo terreno, medindo trinta e nove metros e vinte centimetros de frente, por cento e trinta e seis metros e meio de comprimento, sitos nesta cidade, á rua Julio de Castilhos, limitando-se pelos fundos com a rua Doutor Rivota, pelo lado direito com terrenos pertencentes - aos sucessores de dona Aramita Oliveira Azambuja e pelo lado esquerdo com terrenos de Marcionila Machado Cardoso - da Silva, viuva de Paulino Cardoso da Silva, terreno esse pertencente ao referido menor, o qual foi havido conforme escritura publica de compra e venda lavrada em cinco de - Novembro de mil novecentos e trinta e cinco, pelo então Notario desta cidade Aquiles Durgante, e registrado no - livro numero treis J de Transcrições de Imoveis, folhas - cento e quarenta e oito sob numero dois mil trezentos oitenta e sete, em primeiro de Outubro de mil novecentos e trinta e seis. O pai do menor fica obrigado, após a venda, depositar no Cofre de Orfãos a respetiva quantia. O que cumpra. Passado nesta cidade de Santiago, aos vinte e oito dias de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e quatro. Eu, Ernani Paim Frota, ajudante do Escrivão, em pleno exercicio o datilografei. Santiago, vinte e oito de Fevereiro de mil novecentos e quarenta e quatro.Rubens Monza. Juiz Substituto. Estava um selo estadoal no valor de dez cruzeiros, inutilisado. Certifico, que,revendo os livros e talões, desta Coletoria, o menor Inacio - Borges Pinto, nada deve á Fazenda Nacional, por esta repartição e no corrente exercicio. Santiago, oito de Março de mil novecentos e quarenta e quatro. Manoel Allo de Lemos. Coletor Federal. Estavam treis selos federais,no valor total de oito cruzeiros e quarenta centavos, inuti-

repartição. Prefeitura Municipal de Santiago, oito de Março de mil novecentos e quarenta e quatro. A. G. Bittencourt. Tesoureiro. Estava um selo municipal, no valor de dez (Cr$) cruzeiros, inutilisado. Certifico, a pedido verbal de parte interessada, que revendo os livros e arquivos desta exatoria, deles consta que o menor, Inacio Borges Pinto, nada deve ao fisco estadoal por essa circunscrição até a presente data. E, por ser verdade eu Ernesto Atayde da Silva, escriturario, datilografei e assino. Exatoria Estadoal de - Santiago, oito de Março de mil novecentos e quarenta e quatro. Ernesto Athayde da Silva. Escriturario. Estavam cinco selos estadoais no valor total de oito cruzeiros e vinte - centavos, inutilisados. Visto. Pinho. Exator. Via-se o - Emblema das Armas da Republica. Ministerio da Guerra. Terceira Região Militar. Terceira D. I. Quartel General. Oficio numero cento e cincoenta e dois E/ Tomb: Porto Alegre. R. G. S. Em cinco de Outubro de mil novecentos e quarenta e cinco. Ao Senhor Notario Mario Gilberto Mariath. Assunto: Designação de Oficial. I - Comunico-vos que designei o Capitão Arminio Pinheiro Couto, Adjunto do Serviço de Engenharia Regional, para efetuar o pagamento das quantias de dezoito mil cruzeiros (Cr$ 18.000,00) e vinte e cinco mil cruzeiros (Cr$ 25.000,00), respetivamente aos procuradores de Dona Marcionila Machado da Silva e Ignacio Borges Pinto, por ocasião da lavratura da escritura de aquisição de dois terrenos situados no Municipio e Cidade de Santiago. II -Aproveito o ensejo para apresentar-vos os meus protestos de - elevada estima e distinta consideração. General Salvador - Cesar Obino, General de Divisão. Comandante da Terceira - Região Militar. E, assim justos e contratados pediram esta escritura em notas que, sendo-lhes lida em presença das

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64

residentes, a acharam conforme, acéitaram, ratificam e assinam. Eu, Julia Herminia Mariath, ajudanta do notario, a escrevi. Eu, Mario Gilberto Mariath, notario, a subscrevo e assino. O Notario Mario Gilberto Mariath. Benjamim Leitão. Carlos Lisbôa Ribeiro. Ismar Bauler. Achylles Durgante. Nada mais constava. Trasladada na mesma data, digo, - Ribeiro, Armindo Pinheiro Couto. Cap. Ismar Bauler. Achylles Durgante. Nada mais constava. Trasladada na mesma data. Eu, [illegible] Notario, o subscrevo e assino em publico e raso.

Em testemunho [illegible] da verdade.

[illegible]

Mario Gilberto Mariath
NOTARIO
Rua 7 de Setembro 1029
PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

Livro 9129
Pagina 161 | Protocollo No 16

Apresentado no dia 1º de Dezembro de 1945.

O Official Pedro P. Palmeiro.

REGISTRADO sob o nº 8738 do Livro 3 C de TRANSCRIPÇÃO DE TRANSMISSÕES

Santiago do Boqueirão 17 de Dezembro de 1945.

O Official Pedro P. Palmeiro.

PEDRO P. PALMEIRO
OFICIAL do
Registro de Imoveis, Torres
e Especial

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64

Talão n.º 45 Pág. 55

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO DE IMÓVEIS

5.350,80

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Santiago.

Pedro P.Palmeiro,Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca.

Certifico que a fls. 231 *do livro n.º* 3-P

foi feita a transcricao

hoje sob n.º 8.738

do imóvel que a União Federal,adquiriu por compra para o Ministerio da Guerra,a Inacio Borges Pinto,pelo preço de vinte e cinco mil cruzeiros 25.000,00,constante de um terreno situado nesta cidade,com a area de cinco mil trezentos e cincoenta metros quadrados,e oitenta decimetros quadrados,tendo a forma retangular e medindo ao Norte e Sul,onde limita com terreno do Dr.Severino Azambuja e Marcionila Machado da Silva, respectivamente,cento e trinta e seis metros e cincoenta centimetros e medindo a Léste e Oéste,onde limita com a Avenida Julio de Castilhos e rua Dr.Rivoia,respectivamente,trinta e nove metros e vinte centimetros,conforme escritura pública lavrada em vinte e seis de Outubro do corrente ano,pelo notario da cidade de Porto Alegre Mario Gilberto Mariath.Transcrição nº.2.387.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

PEDRO P. PALMEIRO OFICIAL do Registro de Imoveis, Torres e Especial SANTIAGO

Santiago, 14 de Dezembro de 1945.

Pedro P. Palmeiro

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64 Pág 125 de 168

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE SANTIAGO

B. Cr$ 33,00
C. Cr$ 25,00
R. Cr$ 30,00
S. Cr$ 12,00
Cr$.100,00

Pedro P. Palmeiro
Oficial dos Registros de Imóveis, Torrens e Especial de Títulos e Documentos

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu cargo e por me ser pedido verbalmente que revendo o livro número 3-P de Transcrição das Transmissões, nêle a fls. 231, verifiquei constar a seguinte transcrição:..... Transcrição das Transmissões.-Ano:1.945.-Número de ordem:8.738, anterior número 2.387.-Data:14 de Dezembro de 1.945.-Circunscrição:Santiago.-Denominação ou rua e número:"Avenida Julio de Castilhos".-Caracteristicos e Confrontações:Um terreno, situado nesta cidade, com a área de cinco mil trezentos e cincoenta metros quadrados e oitenta decímetros quadrados, tendo a fórma retangular e medindo ao Norte e Sul, onde limita com terrenos do Dr.Severino Azambuja e Marcionila Machado da Silva, respectivamentencento e trinta e seis metros e cincoenta centímetros e medindo a Léste e Oéste, onde limita com a Avenida Julio de Castilhos e rua Dr.Rivota, respectivamente, trinta e nove métros e vinte centímetros.-Nome, domicilio e profissão do adquirente:União Federal, para o Ministério da Guerra.-Nome, domicilio e profissão do transmitente:Inacio Borges Pinto, brasileiro, nesta cidade impubere.-Título:Compra e venda.-Fórma do título, data e serventuário:Escritura pública lavrada em vinte e seis de Outubro do corrente ano, pelo notário da cidade de Pôrto Alegre Mário Gilberto Mariath.-Valor do contrato:Vinte e cinco mil cruzeiros.-(Cr$ 25.000,00).-Condições do contrato:As do estilo.-Averbações:Não tem.-Santiago, quatorze de dezembro de 1.945.O Oficial:Pedro P.Palmeiro.Nada mais constava em dita transcrição, que bem e fielmente extraí por certidão do próprio livro ao qual me reporto e dou fé.Eu,..... .....Oficial do Registro de Imóveis, a datilografei e assino.-

Santiago, 14 de Abril de 1.961
O Oficial:

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL

MUNICÍPIO DE SANTIAGO

C. Cr$ 25,00
R. Cr$ 30,00
S. Cr$ 10,30
Cr$. 65,30

Pedro P. Palmeiro
Oficial dos Registros de Imóveis, Torrens e Especial de Títulos e Documentos

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu cargo e por me ser pedido **verbalmente** que revendo **o livro número 3-P de Transcrição das Transmissões,nêle a fls. 231,verifiquei constar a seguinte transcrição:..... Transcrição das Transmissões.-Ano:1.945.-Número de ordem:8.738,anterior número 2.387.-Data:14 de Dezembro de 1.945.-Circunscrição:Santiago.-Denominação ou rua e número:"Avenida Julio de Castilhos".-Caracteristicos e Confrontações:Um terreno,situado nesta cidade,com a área de cinco mil trezentos e cincoenta metros quadrados e oitenta decímetros quadrados, tendo a fórma retangular e medindo ao Norte e Sul,onde limita com terrenos do Dr.Severino Azambuja e Marcionila Machado da Silva,respectivamentecento e trinta e seis metros e cincoenta centímetros e medindo a Léste e Oéste,onde limita com a Avenida Julio de Castilhos e rua Dr.Rivota,respectivamente,trinta e nove métros e vinte centímetros.-Nome,domicilio e profissão do adquirente:União Federal,para o Ministério da Guerra.-Nome,domicilio e profissão do transmitente:Inacio Borges Pinto,brasileiro,nesta cidade impubere.-Título:Compra e venda.-Fórma do título,data e serventuário:Escritura pública lavrada em vinte e seis de Outubro do corrente ano,pelo notário da cidade de Pôrto Alegre Mário Gilberto Mariath.-Valor do contrato:Vinte e cinco mil cruzeiros.-(Cr$ 25.000,00).-Condições do contrato:As do estilo.-Averbações:Não tem.-Santiago,quatorze de dezembro de 1.945.O Oficial:Pedro P.Palmeiro.Nada mais constava em dita transcrição,que bem e fielmente extraí por certidão do próprio livro ao qual me reporto e dou fé.Eu,..... .....Oficial do Registro de Imóveis,a datilografei e assino.-**

Santiago,14 de Abril de 1.961
O Oficial:

----------MARIO GILBERTO MARTINS, notario do quarto cartorio desta cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul. ----------

----------USANDO da faculdade que me confere a Lei. ----------

----------CERTIFICO, por me ser verbalmente pedido que, revendo em meu cartorio o Livro de Transmissões, sob o numero trezentos e trinta e oito (338), á folhas dez (10), acha-se uma escritura de compra e venda, de numero mil novecentos e cincoenta e treis (1.953), que me foi pedida por certidão, cujo teor verbo ad-verbum é o seguinte: ----------ESCRITURA de compra e venda, que entre si fazem a União Federal, para o Ministerio da Guerra e Marcionila Machado da Silva, como se segue: Antecéde esta, a escritura de compra e venda, na qual é adquirente João Francisco da Silveira e transmitentes Mario Franco de Souza e sua mulher. ----------

----------SAIBAM todos quantos virem esta publica escritura de compra e venda, que no ano de mil novecentos e quarenta e cinco, nesta cidade de Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, aos vinte e seis (26) dias do mês de Outubro, do dito ano, neste cartorio compareceram: como outorgante vendedora, Marcionila Machado da Silva, brasileira, proprietaria, viuva, residente e domiciliada em Santiago, neste Estado, representada, neste áto, por sua procuradora Dona Estelita Oliveira Calvet, viuva, domestica, brasileira, residente em Santiago, neste Estado, e aqui de passagem, conforme procuração passada no cartorio de notas da mesma cidade de Santiago, pelo Notario Dorval Mello, em dezenove de Fevereiro do corrente ano, no Livro numero sessenta e sete, a folhas setenta e seis, a qual fica arquivada neste cartorio e registrada a folhas do Livro de Registro de Procurações, e, como outorgada compradora a

União Federal, para o Ministerio da Guerra, aquela representada pelo Doutor Carlos Lisbôa Ribeiro, Procurador Fiscal da Fazenda Nacional, neste Estado, e este pelo Capitão Armindo Pinheiro Couto, Adjunto do Serviço de Engenharia Regional, devidamente autorisado pelo Senhor General Comandante da Terceira Região Militar, conforme autorisação adiante transcrita e fica arquivada neste cartorio, os presentes reconhecidos pelos proprios do Notario, de mim ajudanta e das testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, do que dou fé. E, perante estas, disse a outorgante que é senhora e legitima possuidora, livre e desembaraçado de quaisquer onus ou hipotecas, do imovel a seguir descrito, situado no Municipio e cidade de Santiago, neste Estado, a saber: UM TERRENO situado no Municipio e cidade de Santiago, neste Estado, com a área de treis mil e treis metros quadrados, de fórma retangular, medindo ao Norte e Sul, onde limita com propriedade de Ignacio Borges Pinto e Estelita Oliveira Calvet e Salvio Pereira, respetivamente, cento e trinta e seis metros e cincoenta centimetros e Medindo a Leste e Oeste, onde limita com a Avenida Julio de Castilhos e rua Doutor Rivota, respetivamente, vinte e dois metros, tudo de acordo com a planta e dados constantes do processo administrativo organisado pelo Serviço de Engenharia Regional da Terceira Região Militar; - que o imovel acima descrito foi havido pela outorgante no inventario e partilha a que se procedeu por falecimento - de seu marido, julgado por sentença a vinte e treis de - Outubro de mil novecentos e quarenta e treis e devidamente transcrita sob numero mil novecentos noventa e nove, a quatorze de Dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, no Registro de Imoveis de Santiago, no Livro treis - P, a folhas vinte e treis; que o imovel acima descrito se tor[illegible] construção da séde do Circulo de

Militares, e, por este motivo, foi sua aquisição autorisada pelo decreto-lei numero seis mil oitocentos e trinta e oito, de trinta de Agosto de mil novecentos e quarenta e quatro, do Senhor Presidente da Republica, publicado no Diario Oficial de primeiro de Setembro do mesmo ano; que a presente transação é feita pelo preço de DEZOITO MIL - CRUZEIROS (Cr$ 18.000,00) quantia esta que, neste áto, a outorgante recebeu, em moéda corrente, do representante - da Terceira Região Militar, contou, achou certa e da qual dá plena quitação, transferindo, desde já, á outorgada - compradora, todo dominio, posse, direito e ação que tinha sobre o referido imovel, para que do mesmo a outorgada se aposse, goze e disponha como seu que fica sendo, em virtude desta escritura e constituto possessorio, obrigando-se a fazer a presente venda para sempre bôa, firme e valiosa e a responder pela evicção em qualquer tempo. Pelo representante da outorgada foi dito, ante as mesmas testemunhas, que era verdade todo o exposto e por isso aceitava esta - escritura, correndo as despezas por conta dos recursos da Caixa Geral de Economias de Guerra. Pelo representante - da Terceira Região Militar, foi dito tambem ante as mesmas testemunhas, que aceitava esta escritura como nela se contem. Seguem-se as transcrições: Certifico, que revendo - os livroe e talões desta Coletoria, Marcionila M. da Silva nada deve á Fazenda Nacional, por esta Repartição e no corrente exercicio. Santiago, dezenove de Fevereiro de - mil novecentos e quarenta e cinco. Manoel Alla Lemos.Coletor Federal. Estavam treis selos federais, no valor total de oito cruzeiros e quarenta centavos, inutilisados. Certifico, a pedido verbal de parte interessada que a Senhora Marcionila Machado da Silva, nada deve a esta repar

Municipal no valor de dez cruzeiros, inutilisado. Certifico, a pedido verbal de parte interessada, que revendo os livros e archivos desta exatoria deles consta que a senhora Marcionila Machado da Silva, nada deve ao Fisco Estadual, por esta circunscrição até a presente data. E, por ser verdade, eu, Ernesto Athayde da Silva, datilografei a presente certidão, que dato e assino, Exatoria Estadual em Santiago, treze de Dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro. Ernesto Athayde da Silva. Escriturario. Visto. - A. Moraes. Exator. Estavam treis selos estadoais no valor total de oito cruzeiros e vinte centavos, inutilisados. Ministerio da Guerra. Terceira Região Militar. Terceira D. I. Quartel General. Oficio numero cento cincoenta e dois E/ Tomb; Porto Alegre. R. G. S. Em cinco - dez - mil novecentos e quarenta e cinco. Do Gen. Cmt. da Terceira R. M. Ao Senhor Notario Mario Gilberto Mariath. Ass°. Designação de Oficial. I - Comunico-vos que designei o - Capitão Armindo Pinheiro Couto, Adjunto do Serviço de Engenharia Regional, para efetuar o pagamento das quantias - de dezoito mil cruzeiros e vinte e cinco mil cruzeiros, respetivamente aos procuradores de Dona Marcionila Machado da Silva e Ignacio Borges Pinto, por ocasião da lavratura da escritura de aquisição de dois terrenos situados no Municipio e Cidade de Santiago. II - Aproveito o ensejo para apresentar-vos os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. General Salvador Cesar Obino. Comandante da Terceira Região Militar. E, assim justos e contratados pediram esta escritura em notas que, sendo-lhes - lida em presença das testemunhas Ismar Bauler, brasileiro, casado, do comercio e Achylles Durgante, brasileiro, casado, do comercio, aqui residentes, a acharam conforme, aceitaram, [illegible] e assinam. Eu, Julia Herminia Mariath, -

Este documento é peça do processo 64276.000227/2025-64 Pág 131 de 168

Notario, a subscrevo e assino. O Notario Mario Gilberto Mariath. Estelita Oliveira Calvet. Carlos Lisbôa Ribeiro. Armindo Pinheiro Couto. Cap. Ismar Bauler. Achylles Durgante. Nada mais constava. ERA o que se continha na escritura que me foi pedida por certidão, aqui bem e fielmente transcrita e ao proprio livro e folhas no começo - mencionados me reporto e dou fé. Porto Alegre, 23 de Novembro de 1945. Eu, [illegible] Notario, a subscrevo e assino.

Mario Gilberto Mariath
NOTARIO
Rua 7 de Setembro, 1029
PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

C. - Cr$ 2,00
R. - Cr$ 28,00
R. - Cr$ 0,40

T. - Cr$ 30,40

Numero 2231 | Protocollo 6
Pagina 266 v
Apresentado no dia 1º de Fevereiro de 46.
O Oficial. Pedro P. Palmeiro

REGISTRADO a pagina 253 sob o nº 8.824
do L. 3 de TRANSCRIPÇÃO DE IMOVEIS.
Santiago do Boqueirão, 1º de Fevereiro de 1946.
O Oficial. Pedro P. Palmeiro.

PEDRO P. PALMEIRO
OFICIAL do
Registro de Imoveis, Terras
e Especial
SANTIAGO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº ___/2025
NUP n° 64276.000227/2025-64
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA DE BEM PÚBLICO, SOB O REGIME DE EXERCÍCIO PARA ATIVIDADES DE APOIO que entre si fazem como Outorgante Cedente a UNIÃO - COMANDO DO EXÉRCITO, neste ato representado pelo COMANDO DA 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA e como Outorgado Cessionário, o CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO.

MINUTA

Aos ____ dias do mês de _____do ano de 2025, compareceram ao Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, as partes entre si justas e acordadas, de um lado como Outorgante Cedente o Comando do Exército neste ato representado pelo Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Coronel MARCELO CIPOLAT, nomeado pela Portaria nº 9-E1/CMDO CMS, DE 14/06/24, publicada no DOU de 18/06/24, Edição 115, Seção 2, Página 11**,** inscrito no CPF nº 075.436.138-16, portador da Carteira de Identidade nº 023134693-3, de outro lado, como Outorgado Cessionário, o CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 89.223.234/0001-01, com sede na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, neste ato representada pelo Sr Ten Cel DIOGO BROETTO ALVES, presidente da entidade, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao artigo 64 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 c/c o artigo 18 *caput*, II, da Lei nº 9.636/1998 e artigo 26 da Portaria nº 200-DEC (EB50-IR-04.003) de 03 de dezembro de 2020, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Inexigibilidade de Licitação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas**:**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso para exercício de atividade de apoio, onerosa, de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, destinado ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

2. CLÁUSULA SEGUNDA — DA DISCRIMINAÇÃO DO BEM IMÓVEL OBJETO DA CESSÃO DE USO E SUAS LEGITIMIDADES

2.1. O bem imóvel objeto da presente cessão a ser cedido ao Círculo Militar de Santiago é administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, com área privativa de 699,05m² (Seiscentos e Noventa e Nove Vírgula Cinco Metros Quadrados), destinado ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — DOS ÔNUS INCIDENTES SOBRE O BEM IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO

3.1. O bem imóvel discriminado no anexo está livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus real, convencional ou fiscal.

3.2. Eventuais débitos existentes, pretéritos e futuros, originados de taxas, tarifas de natureza pública e demais encargos incidentes cabem ao Outorgado Cessionário os encargos de desoneração.

4. CLÁUSULA QUARTA — DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO DO BEM OBJETO DE CESSÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 2 (dois) anos, contados da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do inciso I do artigo 110 da Lei n° 14.133, de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA — DOS VALORES E DO REAJUSTE

5.1. Nos termos do art. 2º da Portaria — C Ex N° 1.812, de 16 de agosto de 2022, a Cessão de Uso aplicar-se-á sob regime oneroso.

5.2. Com base no Laudo de Avaliação nº 05/2024, homologado pelo 4º Grupamento de Engenharia poe meio do BOL 4º Gpt E Nr 46, de 29/10/2024, elaborado por Engenheiro Civil Avaliador, o **valor anual** de R$ 8.748,36 (oito mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos), perfazendo o **valor mensal** de R$ **729,03 (setecentos e vinte e nove reais e três centavos)**.

5.3. O cessionário arcará com as despesas de manutenção, conservação e limpeza das benfeitorias utilizadas em suas atividades, bem como, responderá pelo consumo de energia elétrica, água, recolhimento de lixo, telefone e quaisquer outras despesas inerentes ao seu funcionamento.

5.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do laudo de avaliação, **em 28/10/24**.

5.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **IPCA**

MINUTA

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste **independentemente de pedido do contratado.**

6. CLÁUSULA SEXTA — DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Considerar-se-á rescindido o presente instrumento, independente de ato especial, retornando o imóvel discriminado na cláusula primeira à posse do Outorgante Cedente, sem direito ao Outorgado Cessionário, a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

a) se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi cedida;

b) se houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo desta Cessão;

c) se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;

d) se o outorgado cessionário renunciar à cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas, ou ainda na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

e) se em qualquer época, o Outorgante Cedente necessitar do imóvel para seu uso próprio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO CESSIONÁRIO

7.1. São obrigações do Outorgado Cessionário:

- O outorgado Cessionário deverá adequar as normas relacionadas com o funclonamento de suas atividades com as normas de utilização dos imóveis onde estejam inseridas evitando prejudicar a atividade-hm ou funcionamento neles existentes;
- O outorgado Cessionário deverá obter aprovação prévia do Outorgante Cedente para realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado em suas atividades;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento da precariedade da cessão de uso sobre o imóvel objeto de utilização e que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do Outorgante Cedente, no caso de utilização em serviço público, independente de indenização;
- O outorgado Cessionário concorda que lhe caberá arcar com as despesas de manutenção, conservação e limpeza das benfeitorias utilizadas em suas atividades, bem como, consumo de energia, água, gás e telefone e quaisquer outras despesas inerentes ao seu funcionamento;
- O outorgado Cessionário concorda que o imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades sejam fiscalizados periodicamente pelo Outorgante Cedente por intermédio de seu representante;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que não poderá permitir sobre o imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades, invasão, ou subcessões sob quaisquer outros regimes, ou ainda para fim diverso do previsto na Cláusula Primeira;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que cessado o prazo estabelecido na Cláusula Quarta, o imóvel ou benfeitorias objeto de Cessão serão revertidos à

MINUTA

administração da Outorgante Cedente, independentemente de ato especial, caso não seja renovado o contrato;

- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que deverá restituir o imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades em perfeito estado de conservação, de acordo com o recebimento disposto no termo de vistoria e entrega, admitida variação decorrente de intempéries;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que é seu encargo, fazer no imóvel ou benfeitorias utilizadas em suas atividades, a reparação dos estragos a que der causa, consertos ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, executadas a que se retira a benfeitorias necessárias;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que não poderá fazer modificações ou transformações no imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades sem autorização escrita do Outorgante Cedente, nem tampouco direito de retenção, ainda que se trate de benfeitorias necessárias;
- O outorgado Cessionário é obrigada a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos a que der causa;

8. CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGANTE CEDENTE

8.1. São obrigações da Outorgante Cedente:

- Permitir que O outorgado Cessionário utilize o bem imóvel ou benfeitorias objeto de Cessão, sem quaisquer embaraços;
- Verificar a regularidade dos pagamentos dos valores atribuídos ao imóvel objeto de Cessão.
- Designar o fiscal deste contrato na OM referente ao imóvel cedido, e
- Cumprir integralmente as disposições estabelecidas neste contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

9.1. Configura-se a inexigibilidade de licitação com fulcro no “caput” do artigo 74 da Lei 14.133/2021; artigo 64 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 c/c o artigo 18 *caput*, II, da Lei nº 9.636/1998 e artigo 26 da Portaria nº 200-DEC (IR-04.003), de 03 de dezembro de 2020.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE INSTRUMENTO

10.1. Legislações aplicáveis:

- Lei 14.133/21, institui normas para Licitações e Contratos na Administração Pública e da outras providências;
- Lei 9.636/98, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União;
- Decreto .725/01, regulamenta a lei 9.636/98 que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União e da outras providências;
- Portaria MD 1.233/13, dispõe sobre as hipóteses de Cessão de Uso de bens imóveis da União, sujeitos a administração do Ministério da Defesa para atividades de apoio;

MINUTA

- Portaria 200-DEC/20, aprova as Instruções Reguladoras para a utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003);
- Portaria — C Ex n° 1.812/22, Autoriza a cessão de uso não onerosa de bens imóveis próprios nacionais, sob o regime de exercício de atividades de apoio à Fundação Habitacional do Exército (FHE), e delega competência para representação nos atos pertinentes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA PUBLICAÇÃO

11.1. O presente contrato deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, ficando condicionadas a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Para dirimir os conflitos originários deste instrumento, fica eleito o foro da Justiça Federal de Santiago/RS.

E por se acharem ajustados e contratados, assinam pelo COMANDO DO EXÉRCITO, através do COMANDO DA 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA Outorgante Cedente e CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO como Outorgado Cessionário, através de seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento.

Santiago, RS, ____ de _____ de 2025.

MARCELO CIPOLAT - Cel R1
Ordenador de Despesas Cmdo da 1ª Bda C Mec

DIOGO BROETTO ALVES - Ten Cel
Presidente do Circulo Militar de Santiago

TESTEMUNHAS:

MINUTA

RODRIGO MAZZITELLI DOMINGUEZ – Maj
Fiscal Administrativo do Cmdo 1ª Bda C Mec

FLÁVIO JORNADA DA SILVA - Cap R1
Encarregado da SALC/Cmdo 1ª Bda C Mec

MINUTA

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 005/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 15/04/2025 às 14:54, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): Justificativa da Inexigibilidade.pdf, Estatuto do Circulo Militar.pdf, ATA Nr 03_2024 Circulo Militar.pdf, Titulo de Propriedade.pdf, Titulo de transferência.pdf, Titulo de transferencia 2.pdf, Cessão de Uso CMS (Minuta).pdf.

FLAVIO JORNADA DA SILVA - Cap
Encarregado do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 15/04/2025, 15:18

Parâmetros: CPF / CNPJ: 89.223.234/0001-01. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: M2IyYjhhNmZlZjhlZTExYjc4OTllZmU5ZDhkNTM5OGMxOWFjNDM3NGYwZGY2MDRiZWYzNDQ0OWJmMGViYzExOQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

LISTA DE VERIFICAÇÃO[1]
(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral)

LISTA DE VERIFICAÇÃO 1 - VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Houve abertura de processo administrativo?[2]	Sim	01
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?[3]	Sim	01
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?[4]	Sim	50
Consta documento de formalização de demanda?[5]	Não se aplica	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?[6]	Não se aplica	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?[7]	Não se aplica	
Há Estudo Técnico Preliminar?[8]	Sim	61
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?[9]	Sim	
Há Análise de Riscos?[10]	Sim	67
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?[11]	Não se aplica	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?[12]	Não se aplica	

Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?[13]	Não se aplica	
Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União para inserção dos critérios de sustentabilidade?[14]	Sim	
Há termo de referência?[15]	Sim	70
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?[16]	Sim	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	Sim	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?[17]	Não se aplica	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?[18]	Não se aplica	
Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?	Não se aplica	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?[19]	Não se aplica	
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?[20]	Não se aplica	
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?[21]	Sim	
Houve a autorização da autoridade competente?[22]	Sim	03
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?[23]	Não se aplica	

LISTA DE VERIFICAÇÃO 2A - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)
Consta manifestação técnica demonstrando a inviabilidade de competição?[24]	Sim	79

Houve justificativa do preço com base no regulamento pertinente?[25]	Sim	04
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, consta documento idôneo capaz de comprovar a exclusividade?[26]	Não se aplica	
Tratando-se de contratação de fornecedor exclusivo com base no art. 74, I, da Lei 14133/21, foi observada a vedação de preferência por marca específica?[27]	Não se aplica	
Tratando-se de contratação de profissional do setor artístico por meio de empresário exclusivo com base no art. 74, II, da Lei 14133/21, consta documento idôneo que comprove a exclusividade permanente e contínua da representação, no País ou em Estado específico, sem limitação a evento ou local específico?[28]	Não se aplica	
Tratando-se de serviço técnico especializado com base no art. 74, III, da Lei 14133/21, com observância da vedação de contratar serviços de publicidade e divulgação, consta cláusula vedando a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade?[29]	Não se aplica	
Tratando-se de aquisição ou locação de imóvel com base no art. 74, V, da Lei 14133/21, consta avaliação prévia do bem; certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto; e justificativas que demonstrem a singularidade do imóvel a ser comprado ou locado pela Administração e que evidenciem vantagem para ela?[30]	Não se aplica	

Documento assinado digitalmente
gov.br
FLAVIO JORNADA DA SILVA
Data: 15/04/2025 16:04:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FLÁVIO JORNADA DA SILVA – CAP R1
ENC SALC CMDO 1ª BDA C MEC

[1] A presente lista de verificação foi elaborada com base na disciplina conferida pela Lei nº 14.133/21 e pela IN SEGES/ME nº 67/2021 às hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação.
A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela CNMLC, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais, dispensando sua verificação específica .
A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo antes da remessa ao órgão de assessoramento jurídico.
Foram elaboradas 5 (cinco) listas distintas.
A primeira traz os elementos comuns que devem constar em todos os procedimentos de contratação direta.

Além do preenchimento da primeira lista, o agente deverá preencher obrigatoriamente uma das duas listas seguintes, conforme se trate de inexigibilidade ou dispensa, ou seja, deverá preencher a lista 2A ou a lista 2B.
Finalmente, também deverá preencher uma ou mais listas das duas seguintes, que trazem elementos específicos de verificação a depender do objeto da contratação (3A aquisição e 3B serviços em geral).
* Lista 1 – Preenchida em todas as contratações diretas;
* Lista 2A – Preenchida em contratação por inexigibilidade;
* Lista 2B – Preenchida em contratação por dispensa;
* Lista 3A– Preenchida para aquisições, tanto por inexigibilidade como dispensa;
* Lista 3B – Preenchida para serviços, tanto por inexigibilidade como dispensa.
As seções e/ou listas específicas que não forem aplicáveis ao presente caso deverão ser removidas.
A coluna "Atende plenamente a exigência?" deverá ser preenchida apenas com as respostas pré-definidas no formulário, sendo:
Sim: atende plenamente a exigência
Não: não atende plenamente a exigência
Não se aplica: a exigência não é feita para o caso analisado
Na utilização das listas deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.
Eventuais sugestões de alteração de texto desta lista poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.modeloscontratacao@agu.gov.br.

[2] Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento."

[3] Decreto nº 8.539/2015 e art. 12, VI, da Lei 14133/21

[4] Art. 7º, *caput*, da Lei 14133/21

[5] O DFD é documento obrigatório que deve constar em qualquer processo de contratação, conforme art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A regra é que o DFD já tenha sido elaborado para os fins do PCA. Neste caso, é salutar que haja a juntada de sua cópia nos autos. Entretanto, nos casos previstos no art. 7º do Decreto nº 10.947/22, há a dispensa do registro da contratação no plano anual, o que implica na não elaboração, naquela oportunidade, do DFD. Então, nesta hipótese, o DFD constará apenas do processo de contratação direta, conforme art. 12, VII e §1º, da Lei 14133/21 e art. 7º do Decreto 10947/22, já citados.

[6]. Destaque-se que, para as contratações da Lei nº 14133/21, aplica-se, quanto ao Plano de Contratações Anual, apenas o Decreto nº 10947/22 e não a IN SEGES/ME nº 1/2019, conforme Nota n. 00001/2021/CNMLC/CGU/AGU. Quanto a esse Decreto, atentar para as exceções da obrigatoriedade de registro dispostas no seu art. 7º, incluindo os incisos VI, VII e VIII do caput do art. 75, as contratações feitas por suprimento de fundos e pequenas compras e serviços de pronto pagamento do art. 95, §2º, todos da Lei nº 14133/21.

[7] Art. 18 da Lei 14133/21

[8] Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14133/21

[9] Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14133/21.
Obs.: os incisos obrigatórios são:
"I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
[...]
IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
[...]
VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
[...]
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
[...]
XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

[10] Art. 72, I da Lei nº 14133/21. Cabe ressaltar que a análise de riscos não se confunde com a matriz de alocação de riscos, já que aquela é ato interno de planejamento da contratação, enquanto que esta é cláusula contratual de pactuação de riscos com o contratado.

[11] Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14133/21. A dispensa dos Estudos Técnico Preliminares está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.
[12] Art. 18, §2º, da Lei 14133/21
[13] Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21
Obs.: Recomenda-se a consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, que contém orientações indispensáveis para a contratação de determinados objetos.
[14] Disponível em https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf.
[15] Art. 72, I, da Lei 14133/21
[16] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[17] Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14133/21; Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas
[18] Art. 72, IV, da Lei 14133/21; art. 5º, IV e §1º, da IN Seges 67/21
[19] Art. 16, I e II, da LC 101/2000. Obs. 1: ON AGU 52/2014: "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000".
[20] Art. 72, V, da Lei 14133/21.
Obs. 1: Segundo o §4º do art. 91 da Lei 14133/21, é essencial que sejam atendidos os seguintes requisitos: "Art. 91 (...) § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo." A regularidade fiscal federal; a regularidade perante a Seguridade Social; a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; a regularidade trabalhista; a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e a ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão, podem ser verificadas mediante consulta nos seguintes endereços, sem prejuízo de outras consultas julgadas relevantes:
a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (art. 91, §4º, da Lei 14133/21).
[21] Art. 6º, III, da Lei nº 10.522/02. Obs.: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.
[22] Art. 72, VIII, da Lei 14133/21 c/c art. 5º, VIII e §2º, da IN nº 67/2021
[23] Art. 82, §6º, da Lei 14133/21; art. 4º, IV, da IN SEGES 67/2021
[24] Art. 74 da Lei 14133/21 e Art. 7º, §3º, da IN Seges nº 65/21
[25] Art. 72, II e VII, e art. 23, §§1º, 2º e 3º da Lei 14133/21; art. 7º, §1º, da IN Seges nº 65/21; IN Seges 72/2021
[26] Art. 74, §1º, da Lei 14133/21.
[27] Art. 74, §1º, da Lei 14133/21.
[28] Art. 74, §2º, da Lei 14133/21.
[29] Art. 74, §3º, da Lei 14133/21.
[30] Art. 74, §5º, da Lei 14133/21.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

OFÍCIO nº 18/SALC/Fisc Adm/Gab OD

Santiago-RS, 15 de abril de 2025.

À Advocacia-Geral da União,
Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio Grande do Sul – CJU/RS

Assunto: **Apreciação Jurídica**

Senhor (a) Coordenador (a),

Em cumprimento ao disposto no artigo 53, da Lei nº 14.133/21, encaminho o presente processo, para exame e aprovação jurídica, conforme **formulário** para tramitação:

1. IDENTIFICAÇAO DO ÓRGÃO E DO PROCESSO			
1.1. Sigla do Órgão: Cmdo da 1ª Bda C Mec		1.2. NUP: **64276.0000227/2025-64**	
1.3. E-mail: salc@1bdacmec.eb.mil.br		1.4. Telefone: (055) 3302 4306	
1.5. Processo já encaminhado anteriormente? NÃO		1.6. Valor: R$ 8.748,36 (oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos)	
1.7. Processo Licitatório (X) Contratação Direta ( ) Aditamento Contratual ( ) Consultas ( )			
1.8. Modalidade/espécie: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO			
1.9. Término da vigência contratual: (Preencher apenas para os casos de aditamento contratual)			
2. IDENTIFICAÇÃO DO TEMA			
2.1. Assunto/Objeto: CESSÃO DE USO ONEROSA DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CÍRCULO MILITAR DE SANTIAGO.			
2.2. Identificação do tema: SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA			
AQUISIÇÕES – Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado, ainda que a aquisição seja o meio necessário à execução direta de outra atividade ou empreendimento do órgão licitante.		**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA** - Processos e consultas relativas a contratações de obras e serviços de engenharia, comuns ou especiais, que necessitem da participação e do acompanhamento dos profissionais cujo exercício das atividades seja fiscalizado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), incluindo os serviços vinculados de fiscalização.	
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços com a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver		**PATRIMÔNIO** - Processos e consultas que tratem do patrimônio imobiliário da União, incluindo os procedimentos de transferência, onerosa ou não, bem como os atos antecedentes necessários.	**X**

fornecimento de bens necessários à execução do serviço.			
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA - Processos e consultas relativas à contratação de serviços sem a disponibilização de trabalhadores da empresa nas instalações da administração pública, mesmo nas hipóteses de haver fornecimento de bens necessários à execução do serviço.		**RESIDUAL** - Processos e consultas cujo tema não se enquadre nos demais.	
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Processos ou documentos referentes a Conciliações e que versem sobre Representação em Inquéritos Civis do Ministério Público Federal ou do Trabalho			
3. JUSTIFICATIVA PARA OS CASOS DE SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE EM REGIME DE URGÊNCIA: Não é o caso.			

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCELO CIPOLAT
Data: 15/04/2025 14:04:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MARCELO CIPOLAT – Cel R1 PTTC
OD / Cmdo 1ª Bda C Mec

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 006/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 15/04/2025 às 16:06, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): CADIN consulta_contratante_CÍRCULO.pdf, Lista de Verificação.pdf, Ofício de Remessa CJU.pdf.

FLAVIO JORNADA DA SILVA - Cap
Encarregado do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO DE GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA NOS ESTADOS

PARECER n. 00746/2025/CGSEM-EST/SCGP/CGU/AGU

NUP: 64276.000227/2025-64
INTERESSADO: MINISTÉRIO DA DEFESA
ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE

EMENTA: Contratação do Círculo Militar de Santiago para Prestação de Serviço de Apoio, por Meio de Cessão de Uso, a Título Oneroso. Inexigibilidade. Lei nº 9.636/1998. Decreto nº 3.725/2001. Lei nº 14.133/2021. Opina-se pelo prosseguimento do processo condicionado ao atendimento das recomendações.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo oriundo do Ministério da Defesa com vistas à realização deprocedimento de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, para a cessão de uso onerosa de imóvel destinado ao funcionamento do Círculo Militar de Santiago. O valor anual estimado dacontratação é de R$ 8.748,36 (oito mil, setecentos equarenta e oito reais e trinta e seis centavos).

II - FUNDAMENTAÇÃO

2. Esta manifestação limita-se à **análise jurídica quanto ao contrato de cessão de uso não onerosa trazida à exame**, não competindo avaliar se o objeto da contratação realmente atende às peculiaridades e necessidade do órgão contratante. Tais, são critérios técnicos que fogem à competência do órgão consultivo, ao qual incumbe apenas responsabilizar-se pelas teses jurídicas esposadas, sendo que qualquer eventual omissão na análise não pode ser entendida como aceitação, devendo ser objeto de nova consulta caso persistam questões não respondidas, não analisadas ou surja qualquer dúvida jurídica. Também não é responsabilidade do órgão jurídico a uma conferência de documentos, sua regularidade e legitimidade, conforme orientação do **Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União**.

3. De início, ressalta-se que o uso de imóvel da União pode ser obtido por qualquer das formas administrativas existentes: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso, cessão de uso.

4. Cada uma das formas contratuais dantes aludidas guarda suas próprias características, existindo em relação às três últimas, relação negocial, ou seja, acordo de vontades, inclusive quanto ao valor a ser pago pelo uso do bem público.

5. A questão da utilização dos imóveis da União por particulares encontra disciplina numa legislação esparsa, que, nem por isso, tem deixado de guardar as cautelas necessárias ao uso dos bens que lhe pertencem.

6. A regra geral é a de que a União pode alugar, ceder ou aforar os imóveis a ela pertencentes, salvo quando utilizados no serviço público, pois neste caso encontrará óbice intransponível no art. 64 do Decreto-lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1.946, verbis:

> *"Art. 64 - Os bens imóveis da União* ***não utilizados em serviço público*** *poderão, qualquer que seja a sua natureza, ser alugados, aforados ou cedidos.*
>
> *§ 1º A locação se fará quando houver conveniência em tornar o imóvel produtivo, conservando, porém, a União, sua plena propriedade,* ***considerada arrendamento mediante condições especiais, quando objetivada a exploração de frutos ou prestação de serviços****."*

7. A primeira ilação que daí se extrai é que os bens públicos de uso especial, em regra, somente poderão ter sua posse transferida, a título gratuito ou oneroso, se não estiverem destinados a serviço, ou estabelecimento da Administração

Pública, tampouco poderão ser utilizados em fim diferente daquele prescrito no termo de entrega, sob pena de responsabilidade do chefe da repartição, estabelecimento ou serviço federal ao qual se encontra jurisdicionado.

8. Mostra-se relevante ressaltar, que, depois do advento da Lei nº 9.636/1998, passou-se a admitir utilização de uso de bem público por terceiros, onerosa ou gratuitamente, em fim diverso da sua destinação inicial, na condição de que as atividades a serem exploradas fossem consideradas como de apoio e necessárias ao desempenho da atividade do órgão (art. 18).

9. Por outro lado, para que ocorra a transferência da posse do imóvel público, não utilizado em serviço público, é necessário que seja utilizada uma das modalidades previstas no Decreto-Lei nº 9.760, de 1946 (art. 64), em consonância com o art. 18, da Lei nº 9.636, de 1998, ou seja, aforamento, locação ou cessão, sendo que esta última pode ser realizada, ainda, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, previsto no Decreto –Lei nº 217, de 1967 (§ 1º, do art. 18, da Lei 9636/98).

ENQUADRAMENTO LEGAL – CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

10. A Administração, ao que se depreende a partir da leitura dos documentos juntados aos autos, pretende realizar a presente contratação pela via da hipótese legal da" inexigibilidade de licitação", com fundamento no art. 74, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, assim redigido, *verbis*:

> *"Art.74.* É inexigível a licitação quando inviável a competição *(...)."*

11. Na esteira do ensinamento do Professor Marçal Justen Filho, a inviabilidade de competição também ocorre diante da hipótese de ausência de alternativas, ante a falta de pluralidade de alternativas de contratação por parte da Administração Pública, notadamente quando existe apenas uma única solução e um único possível contratado em condições de executar a prestação contratual, tornando, assim, a licitação imprestável, mais precisamente porque a competição será inviável diante da ausência de alternativas diversas de potenciais interessados que possam entre si ser cotejadas.

12. Portanto, uma hipótese concreta de inviabilidade de competição ocorre justamente quando há ausência de pluralidade de alternativas de contratação pela Administração Pública, ou seja, existe uma única solução e um único possível contratado em condições de executar aquela específica e determinada prestação pretendida.

13. Trata-se, ao que se pode depreender, da situação peculiar objeto do presente processo, no qual, ao que tudo levar a crer que a cessionária (Círculo Militar de Santiago) seria, em princípio, a única entidade qualificada e capacitada para executar o serviço a ser contratado, ressaltando-se, ademais, que a hipótese de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida entidade tem, também, direta relação de vinculação legal com a própria legitimidade/possibilidade jurídica da cessão de uso em comento.

14. Cabe consignar, em acréscimo e como subsídio de fundamentação jurídica, que a Consultoria Jurídica da União já havia sedimentado o entendimento quanto à possibilidade de realização da presente contratação por inexigibilidade de licitação, conforme reconhecido na Orientação Normativa Interna CJU/RS nº 06/2018, que assim prevê:

> *"ORIENTAÇÃO NORMATIVA INTERNA Nº 06/2018 CJU-RS/CGU/AGU*
>
> *LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, PREFERENCIALMENTE NA FORMA ELETRÔNICA. CESSÃO DE USO COM O FIM DE VIABILIZAR A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO.*
>
> *(...)*
>
> *VI- Não serão objeto de licitação, podendo ser contratadas diretamente, a cessão de uso das áreas destinadas, por exemplo, a creches, círculos e clubes militares, baias para acomodação de cavalos e postos da FHE/POUPEX, sem prejuízo de outras situações em que se verifique a impossibilidade de licitar o serviço de apoio.*
>
> *(...)*
>
> *Referências: Parecer 82/2015 GPM/GAM/ NAMI/ CGU/AGU; Orientação Normativa CNU/CGU 01, de 22 de junho de 2016. Portaria 612/2018 do Comandante do Exército, IN SPU 02/2017 (art. 7º inc. IV)".* (Grifamos).

15. Tais premissas e fundamentos argumentativos, acima expendidos, partem sempre do pressuposto de que tal situação concreta - inviabilidade de competição diante da situação de o cessionário ser a única fundação militar qualificada e capaz de prestar o serviço de lazer a ser executada na área a ser cedida.

16. Por oportuno, ressalte-se, ainda, que no caso dos autos a Administração apresentou a devida fundamentação da inexigibilidade proposta no documento anexo aos autos na seq. 2; fls. 81-88.

PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

17. No que concerne ao planejamento da contratação o art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, determina que os autos devem ser instruídos com documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência.

18. No caso dos autos os seguintes documentos foram anexos ao processo:

- Estudo técnico preliminar: seq. 2; fls. 63-68;
- Matriz de risco: seq. 2; fls. 69-70;
- Termo de referência: seq. 2; fls. 72-79.

19. Nota-se, no entanto, a ausência do documento de formalização de demanda, omissão essa que deve ser corrigida.

VALOR

20. O valor da presente cessão de uso foi baseado no Laudo de Avaliação nº 05/2024, homologado pelo 4ºGrupamento de Engenharia por meio do BOL 4º Gpt E Nr 46, de 29/10/2024, elaborado por Engenheiro Civil Avaliador, com valor anual de R$ 8.748,36 (oito milsetecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos), perfazendo o valor mensal de R$ 729,03 (setecentos e vinte e nove reais e três centavos).

21. Além disso, o cessionário arcará com as despesas de manutenção, conservação elimpeza das benfeitorias utilizadas em suas atividades, bem como, responderá pelo consumo de energia elétrica, água, recolhimento de lixo, telefone e quaisquer outrasdespesas inerentes ao seu funcionamento.

CONTRATO

22. Em relação à minuta contratual, o art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração do termo de contrato. A seu turno, o §1º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021 determina, sempre que o objeto permitir, a adoçãode minutas padronizadas de edital e contrato com cláusulas uniformes.

23. Revela-se necessário, ainda, o atendimento ao exposto no art. 94, da Lei nº 14.133/2021, que impõe adivulgação do contrato firmado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), enquanto condição indispensávelpara a eficácia do instrumento, devendo ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura. No caso dos autos os requisitos legais foram observados, razão pela qual nada temos a opor em relação à minuta apresentada (seq. 2; fls. 135-139.

DOS AGENTES PÚBLICOS

24. Os arts. 7º a 9º da Lei nº 14.133/21, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, destacando-se o seguinte:

a) Regras de designação de responsáveis pela licitação/contratação, pela autoridade máxima do órgão:

- Designação preferencial de servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública (Art. 7º, I);
- Designação de agente com atribuições relacionadas a licitações e contratos ou com formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público (Art. 7º, II);
- Proibição de designação de cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, que tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil (Art. 7º, III);
- Necessidade de segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação (artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133/21 e art. 12 do Decreto nº 11.246/22);
- Responsabilidade pessoal do agente da contratação por seus atos, salvo quando induzido a erro pela atuação de sua equipe de apoio (Art. 8º, §1º);
- Possibilidade de designação de comissão de contratação com 3 membros solidariamente responsáveis pelos atos, em caso de licitação de bens ou serviços especiais (Art. 8º, §2º);
- Possibilidade de contratação de serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação em caso de bens ou serviços especiais não contratados rotineiramente (Art. 8º, §4º).

b) Proibições:

- Proibição de participação direta ou indireta ou contratação de agente público do órgão licitante/contratante ou de terceiro que auxilie na licitação, face a potencial situação de conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego público (Art. 9º, §§1º e 2º).

25. Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro (Art. 8º, §5º da Lei 14.133/21).

26. Os designados devem respeitar as regras de atuação de sua respectiva função, previstas em regulamento (Art. 8º, §3º da Lei 14.133/21). Neste sentido, o Decreto nº 11.246/22 regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

27. O artigo 29 do Decreto nº 11.246/22 permite a edição de normas internas a serem observadas pelos agentes públicos que atuam em licitações e contratos. Desse modo, além de cumprir a Lei nº 14.133/21 e o Decreto nº 11.246/22, as normas internas eventualmente editadas sejam observadas na tramitação processual, desde que não contrariem a Lei e o Decreto mencionados.

28. Cabe à autoridade máxima do órgão a responsabilidade de certificar-se do cumprimento das regras de designação e vedações acima, previamente ao ato de designação, não tendo esta Consultoria Jurídica condições de averiguar tal questão no caso concreto.

29. Em momento oportuno, recomenda-se ainda a juntada dos atos de designação do gestor e fiscal(is) de contratos, publicados em boletim interno/no Diário Oficial da União.

HABILITAÇÃO

30. Para o atendimento do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, o órgão assessorado deve certificar-se quanto ao cumprimento dos seguintes requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista da contratada:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

31. Além disso, antes da efetiva assinatura do contrato, deverá a área técnica atentar-se para a validade de todas as certidões e declarações que comprovam os requisitos de habilitação, pois estas refletem a possibilidade da contratada em contratar com o Poder Público.

32. Em cumprimento ao art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 2002, e recomendação do Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário/TCU, recomenda-se ainda ao gestor que verifique, antes da contratação, se consta penalidade imposta ao licitante vencedor, proibindo-o de contratar com a Administração, através de consulta aos seguintes cadastros (nem sempre a existência de cadastro positivo gera o impedimento de contratar. Deve ser verificada a penalidade efetivamente aplicada e sua abrangência):

- SICAF;
- Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Lista de Inidôneos mantida pelo TCU;
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU , que abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

33. As consultas quanto à inexistência de sanções impeditivas da contratação deverão ser realizadas em nome da empresa contratada e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

34. Por fim, recomenda-se atenção em relação à existência de cadastro positivo do licitante perante o CADIN, tendo em vista que o Art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, instituído pela Lei nº 14.973, em 16/09/2024, estabelece que a existência de

débito registrado no Cadin inviabiliza a celebração de contratos e respectivos aditivos contratuais com o devedor.

III - CONCLUSÃO

35. **Este órgão consultivo conclui pela viabilidade jurídica da contratação, desde que atendidas asrecomendações mencionadasnos itens 19; 24-34.**

36. As recomendações jurídicas e as sugestões de aperfeiçoamento não vinculam a decisão do gestor, quepoderá prosseguir com a contratação motivadamente (inciso VII do art. 50 da Lei nº 9.784/1999).

37. A presente manifestação jurídica dispensa aprovação no âmbito desta Subconsultoria-Geral da União de Gestão Pública, por força do Despacho n. 00551/2024/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU (NUP 00688.001241/2024-70).

26 de abril de 2025.

RENATO VALLADARES DOMINGUES
ADVOGADO DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64276000227202564 e da chave de acesso 624efb88

Documento assinado eletronicamente por *.AGU.GOV.BR, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 2151771239 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): *.AGU.GOV.BR. Data e Hora: 26-04-2025 18:30. Número de Série: 246880564266466108286291206 81. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO Final SSL.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

PORTARIA Nº 005, DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (OD Cmdo 1ª Bda C Mec), no uso de suas atribuições legais, nomeado pela Portaria nº 9-E1/CMDO CMS, DE 14/06/24, publicada no DOU de 18/06/24, Edição 115, Seção 2, Página 11, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas n° 5, expedida em 26 de maio de 2017 pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, n° 40, de 22 de maio de 2020, n° 40 de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação para o procedimento que tem como objeto a cessão onerosa de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, destinada ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

Art. 2º Designar os seguintes militares, pertencentes ao Cmdo 1ª Bda C Mec, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Equipe especificada no artigo precedente:

I – Membro da Equipe: CLAUDIMIR **AFONSO** RIBEIRO – Subtenente

II – Membro da Equipe: LUCAS PINTO **MARTINS** - 2º Sargento

Art. 3º A Equipe de Planejamento da Contratação realizarão todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, incluindo ETP e TR, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou autorização da autoridade competente para compra/contratação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELO CIPOLAT – Cel R1 PTTC
Ordenador de Despesas do Cmdo 1ª Bda C Mec

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

PORTARIA Nº 006, DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (OD Cmdo 1ª Bda C Mec), no uso de suas atribuições legais, nomeado pela Portaria nº 9-E1/CMDO CMS, DE 14/06/24, publicada no DOU de 18/06/24, Edição 115, Seção 2, Página 11, tendo em vista o que determina os art. 7º e 8º, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentos dispostos no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, da Presidência da República,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os militares abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação, conforme o disposto no art. 8º, § 5º da Lei 14.133/21, na Inexigibilidade de Licitação NUP EB 64276.000227/2025-64, que tem como objeto a cessão onerosa de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, destinada ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago:

I – Nome Completo – FLÁVIO **JORNADA** DA SILVA – Cap R1 (Titular); e

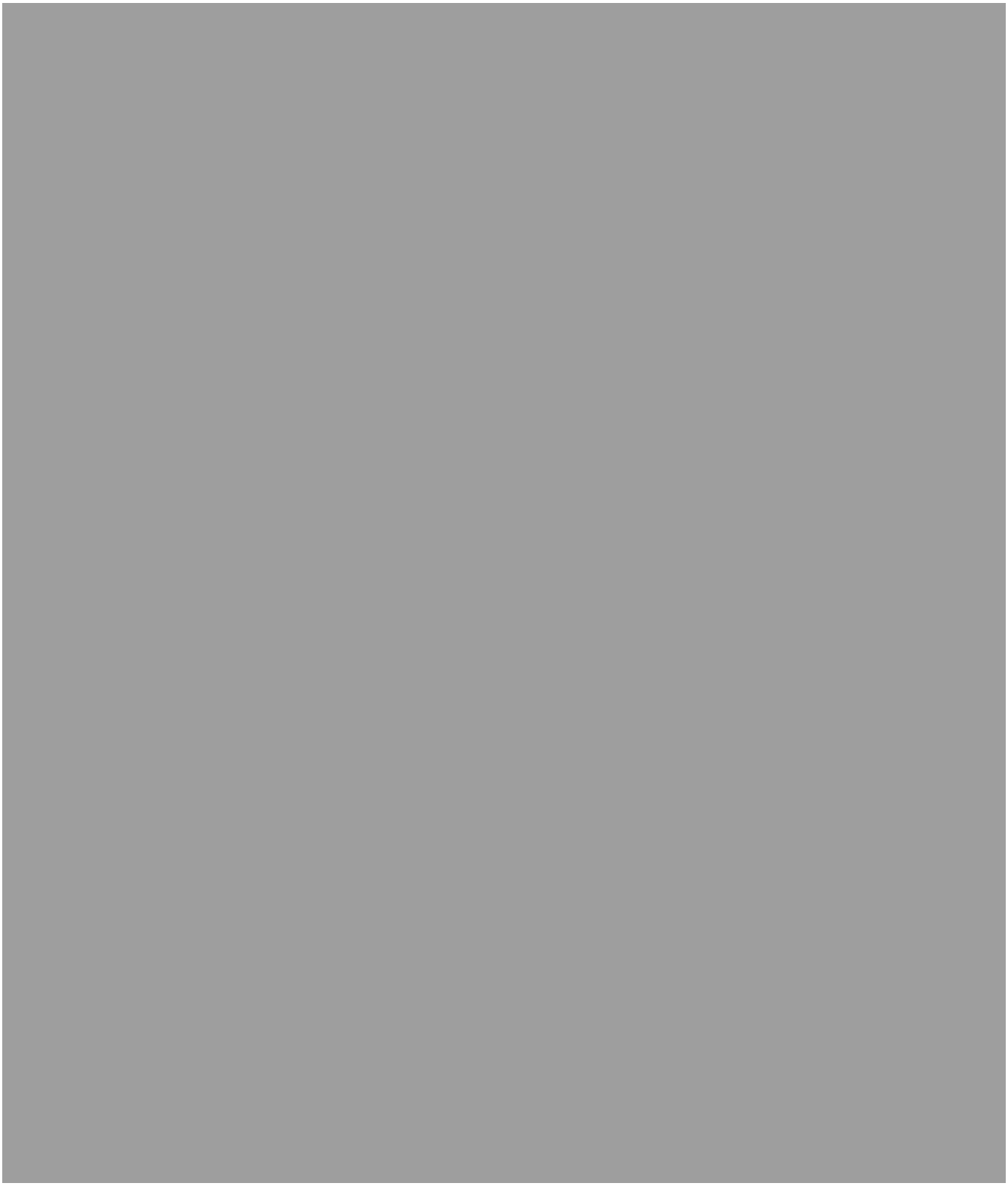
II – Nome Completo – DENISON **FRANCO** KEMERICH - 3º Sgt (Substituto)

Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, conforme Art. 8º da Lei 14.133, de 2021, para tomar decisões, acompanhar o trâmite, dar impulso ao procedimento e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento até a sua conclusão.

Art. 2º Designar os Agentes de Contratação acima nominados, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura. PUBLIQUE-SE.

MARCELO CIPOLAT – Cel R1
Ordenador de Despesas do Cmdo 1ª Bda C Mec



3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

1. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 005, DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (OD Cmdo 1ª Bda C Mec), no uso de suas atribuições legais, nomeado pela Portaria nº 9-E1/CMDO CMS, DE 14/06/24, publicada no DOU de 18/06/24, Edição 115, Seção 2, Página 11, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas n° 5, expedida em 26 de maio de 2017 pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, n° 40, de 22 de maio de 2020, n° 40 de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação para o procedimento que tem como objeto a cessão onerosa de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, destinada ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

Art. 2º Designar os seguintes militares, pertencentes ao Cmdo 1ª Bda C Mec, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Equipe especificada no artigo precedente:
I – Membro da Equipe: CLAUDIMIR **AFONSO** RIBEIRO – Subtenente
II – Membro da Equipe: LUCAS PINTO **MARTINS** - 2º Sargento

Art. 3º A Equipe de Planejamento da Contratação realizarão todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, incluindo ETP e TR, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou autorização da autoridade competente para compra/contratação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Em consequência os demais interessados tomem conhecimento e providências.
(Solução a Nota Nr 44.116-SALC, de 28 ABR 25).

2. AGENTES DE CONTRATAÇÃO

DESIGNAÇÃO

PORTARIA Nº 006, DE 28 DE ABRIL DE 2025

O Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (OD Cmdo 1ª Bda C Mec), no uso de suas atribuições legais, nomeado pela Portaria nº 9-E1/CMDO CMS, DE 14/06/24, publicada no DOU de 18/06/24, Edição 115, Seção 2, Página 11, tendo em vista o que determina os art. 7º e 8º, ambos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentos dispostos no Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, da Presidência da República,

RESOLVE:

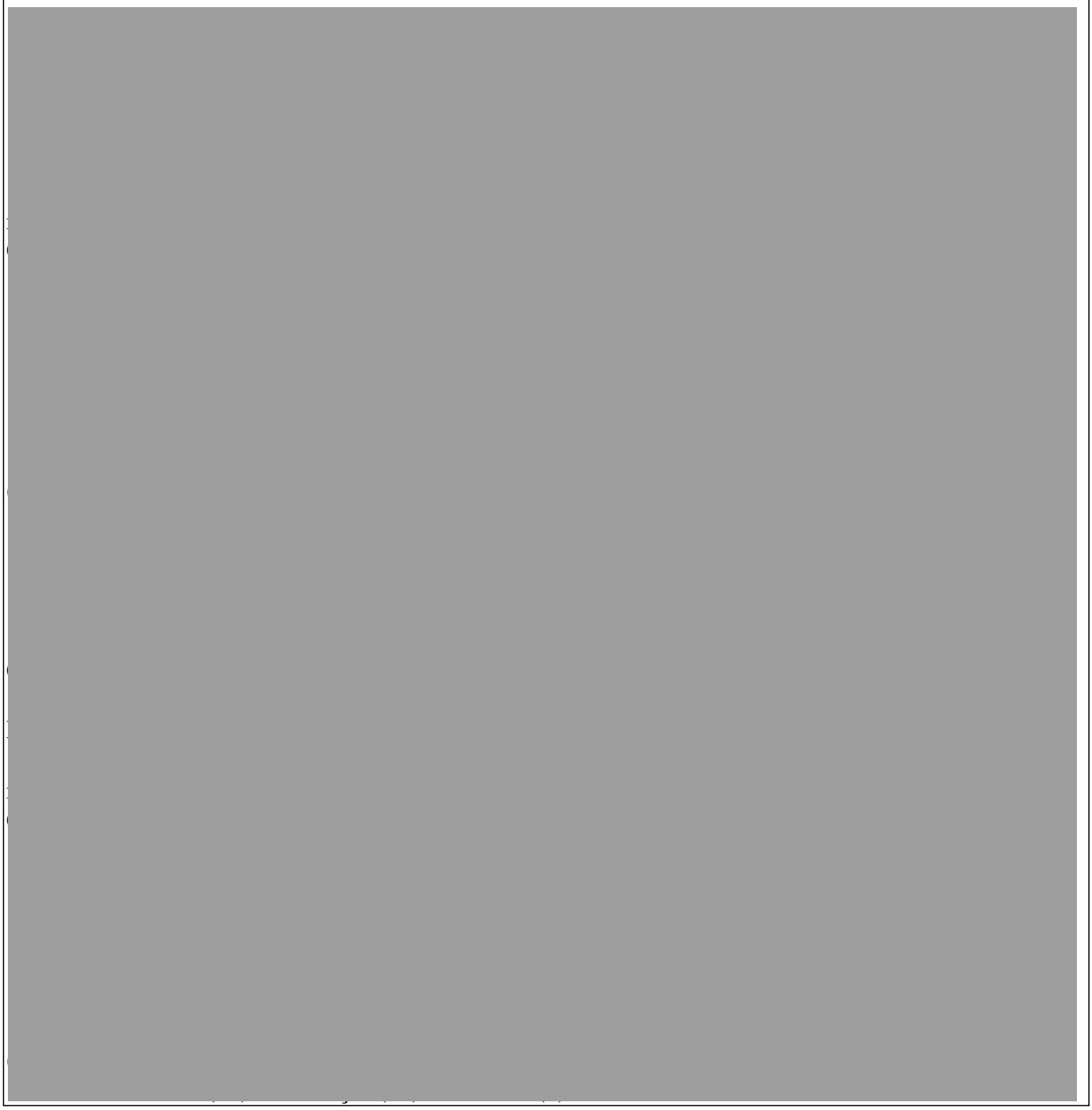
Art. 1º Designar os militares abaixo para, sem prejuízo das atribuições laborais em suas respectivas unidades de lotação, atuarem como Agente de Contratação, conforme o disposto no art. 8º, § 5º da Lei 14.133/21, na Inexigibilidade de Licitação NUP EB 64276.000227/2025-64, que tem como objeto a cessão onerosa de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria

Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, destinada ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago:
I – Nome Completo – FLÁVIO **JORNADA** DA SILVA – Cap R1 PTTC (Titular); e
II – Nome Completo – DENISON **FRANCO** KEMERICH - 3º Sgt (Substituto)
Parágrafo único. Os agentes de contratação designados serão responsáveis, conforme Art. 8º da Lei 14.133, de 2021, para tomar decisões, acompanhar o trâmite, dar impulso ao procedimento e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento até a sua conclusão.

Art. 2º Designar os Agentes de Contratação acima nominados, conforme o disposto no art. 8º, §5º da Lei 14.133/21.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura. PUBLIQUE-SE.

Em consequência os demais interessados tomem conhecimento e providências.
(Solução a Nota Nr 44.117-SALC.1, de 28 ABR 25)



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 28/04/2025, 11:20

Parâmetros: CPF / CNPJ: 89.223.234/0001-01. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: ZmE2NjIyNWY4MWNlOWZjZDY0MjA3Mzk4ZjY4YzJmNWM1YzhkYWFmZTRkOTEzYmQ0Njc4NzhkNzY5OTJiZDlkOA==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 28/04/2025 11:00:32

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO**
CNPJ: **89.223.234/0001-01**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 007/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 28/04/2025 às 15:59, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): Parecer Jurídico.pdf, Portaria nº 005 (Nomeação Equipe Planejamento e de Contratação) - Inexigibilidade Círculo Militar.pdf, Portaria nº 006 (Nomeação Agentes de Contratação) - Inexigibilidade Círculo Militar.pdf, Boletim Interno 047 (Eqp Planejamento e de Contratação).pdf, consulta_contratante_17458498839 44.pdf, ConsultaConsolidada_89223234000101_25-4-2025.pdf.

FLAVIO JORNADA DA SILVA - Cap
Encarregado do Setor de Aquisições, Licitações e Contratos

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
(1ª Bda Cav/1908)
"BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO"
COMANDO

CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº 02/2025
NUP n° 64276.000227/2025-64
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATO DE CESSÃO DE USO ONEROSA DE BEM PÚBLICO, SOB O REGIME DE EXERCÍCIO PARA ATIVIDADES DE APOIO que entre si fazem como Outorgante Cedente a UNIÃO - COMANDO DO EXÉRCITO, neste ato representado pelo COMANDO DA 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA e como Outorgado Cessionário, o CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO.

Aos 28 dias do mês de abril do ano de 2025, compareceram ao Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, as partes entre si justas e acordadas, de um lado como Outorgante Cedente o Comando do Exército neste ato representado pelo Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Coronel MARCELO CIPOLAT, nomeado pela Portaria nº 9-E1/CMDO CMS, DE 14/06/24, publicada no DOU de 18/06/24, Edição 115, Seção 2, Página 11**,** inscrito no CPF nº 075.436.138-16, portador da Carteira de Identidade nº 023134693-3, de outro lado, como Outorgado Cessionário, o CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 89.223.234/0001-01, com sede na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, neste ato representada pelo Sr Ten Cel DIOGO BROETTO ALVES, presidente da entidade, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao artigo 64 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 c/c o artigo 18 *caput*, II, da Lei nº 9.636/1998 e artigo 26 da Portaria nº 200-DEC (EB50-IR-04.003) de 03 de dezembro de 2020, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente de Inexigibilidade de Licitação, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas**:**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso para exercício de atividade de apoio, onerosa, de bem imóvel Próprio Nacional administrado pelo

Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, destinado ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

2. CLÁUSULA SEGUNDA — DA DISCRIMINAÇÃO DO BEM IMÓVEL OBJETO DA CESSÃO DE USO E SUAS LEGITIMIDADES

2.1. O bem imóvel objeto da presente cessão a ser cedido ao Círculo Militar de Santiago é administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, NOCAD RS 03-0224 e RS 03-0225, localizado na Av. Júlio de Castilhos, nº 503, Bairro Centro, Santiago/RS, com área privativa de 699,05m² (Seiscentos e Noventa e Nove Vírgula Cinco Metros Quadrados), destinado ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago.

3. CLÁUSULA TERCEIRA — DOS ÔNUS INCIDENTES SOBRE O BEM IMÓVEL OBJETO DE CESSÃO

3.1. O bem imóvel discriminado no anexo está livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus real, convencional ou fiscal.

3.2. Eventuais débitos existentes, pretéritos e futuros, originados de taxas, tarifas de natureza pública e demais encargos incidentes cabem ao Outorgado Cessionário os encargos de desoneração.

4. CLÁUSULA QUARTA — DO PRAZO DE UTILIZAÇÃO DO BEM OBJETO DE CESSÃO

4.1. **O prazo de vigência da contratação será de 2 (dois) anos**, contados da assinatura deste contrato, **podendo ser prorrogado, por igual período ou inferior, desde que não ultrapasse o limite máximo de 10 (dez) anos**, na forma do inciso I do artigo 110 da Lei n° 14.133, de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA — DOS VALORES E DO REAJUSTE

5.1. Nos termos do art. 2º da Portaria — C Ex N° 1.812, de 16 de agosto de 2022, a Cessão de Uso aplicar-se-á sob regime oneroso.

5.2. Com base no Laudo de Avaliação nº 05/2024, homologado pelo 4º Grupamento de Engenharia poe meio do BOL 4º Gpt E Nr 46, de 29/10/2024, elaborado por Engenheiro Civil Avaliador, **o valor mensal é de R$ 729,03 (setecentos e vinte e nove reais e três centavos)**, perfazendo o mntante anual de R$ 8.748,36 (oito mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos).

5.3. O cessionário arcará com as despesas de manutenção, conservação e limpeza das benfeitorias utilizadas em suas atividades, bem como, responderá pelo consumo de energia elétrica, água, recolhimento de lixo, telefone e quaisquer outras despesas inerentes ao seu funcionamento.

5.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados da data do laudo de avaliação, **em 28/10/24**.

5.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo***,* exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste **independentemente de pedido do contratado, por meio de apostilamento.**

6. CLÁUSULA SEXTA — DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. Considerar-se-á rescindido o presente instrumento, independente de ato especial, retornando o imóvel discriminado na cláusula primeira à posse do Outorgante Cedente, sem direito ao Outorgado Cessionário, a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, nos seguintes casos:

a) se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que lhe foi cedida;

b) se houver inobservância do prazo previsto no ato autorizativo desta Cessão;

c) se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual;

d) se o outorgado cessionário renunciar à cessão, deixar de exercer as suas atividades específicas, ou ainda na hipótese de sua extinção, liquidação ou falência;

e) se em qualquer época, o Outorgante Cedente necessitar do imóvel para seu uso próprio.

7. CLÁUSULA SÉTIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO CESSIONÁRIO

7.1. São obrigações do Outorgado Cessionário:

- O outorgado Cessionário deverá adequar as normas relacionadas com o funclonamento de suas atividades com as normas de utilização dos imóveis onde estejam inseridas evitando prejudicar a atividade-hm ou funcionamento neles existentes;
- O outorgado Cessionário deverá obter aprovação prévia do Outorgante Cedente para realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado em suas atividades;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento da precariedade da cessão de uso sobre o imóvel objeto de utilização e que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do Outorgante Cedente, no caso de utilização em serviço público, independente de indenização;
- O outorgado Cessionário concorda que lhe caberá arcar com as despesas de manutenção, conservação e limpeza das benfeitorias utilizadas em suas atividades, bem como, consumo de energia, água, gás e telefone e quaisquer outras despesas inerentes ao seu funcionamento;
- O outorgado Cessionário concorda que o imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades sejam fiscalizados periodicamente pelo Outorgante Cedente por intermédio de seu representante;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que não poderá permitir sobre o imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades, invasão, ou subcessões sob quaisquer outros regimes, ou ainda para fim diverso do previsto na Cláusula Primeira;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que cessado o prazo estabelecido na Cláusula Quarta, o imóvel ou benfeitorias objeto de Cessão serão revertidos à administração da Outorgante Cedente, independentemente de ato especial, caso não seja renovado o contrato;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que deverá restituir o imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades em perfeito estado de conservação, de

acordo com o recebimento disposto no termo de vistoria e entrega, admitida variação decorrente de intempéries;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que é seu encargo, fazer no imóvel ou benfeitorias utilizadas em suas atividades, a reparação dos estragos a que der causa, consertos ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, executadas a que se retira a benfeitorias necessárias;
- O outorgado Cessionário tem conhecimento de que não poderá fazer modificações ou transformações no imóvel ou benfeitorias utilizados em suas atividades sem autorização escrita do Outorgante Cedente, nem tampouco direito de retenção, ainda que se trate de benfeitorias necessárias;
- O outorgado Cessionário é obrigada a satisfazer todas as exigências dos poderes públicos a que der causa;

8. CLÁUSULA OITAVA — DAS OBRIGAÇÕES DO OUTORGANTE CEDENTE

8.1. São obrigações da Outorgante Cedente:
- Permitir que O outorgado Cessionário utilize o bem imóvel ou benfeitorias objeto de Cessão, sem quaisquer embaraços;
- Verificar a regularidade dos pagamentos dos valores atribuídos ao imóvel objeto de Cessão.
- Designar o fiscal deste contrato na OM referente ao imóvel cedido, e
- Cumprir integralmente as disposições estabelecidas neste contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

9.1. Configura-se a inexigibilidade de licitação com fulcro no “caput” do artigo 74 da Lei 14.133/2021; artigo 64 do Decreto-Lei nº 9.760/1946 c/c o artigo 18 *caput*, II, da Lei nº 9.636/1998 e artigo 26 da Portaria nº 200-DEC (IR-04.003), de 03 de dezembro de 2020.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE INSTRUMENTO

10.1. Legislações aplicáveis:
- Lei 14.133/21, institui normas para Licitações e Contratos na Administração Pública e da outras providências;
- Lei 9.636/98, dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União;
- Decreto .725/01, regulamenta a lei 9.636/98 que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União e da outras providências;
- Portaria MD 1.233/13, dispõe sobre as hipóteses de Cessão de Uso de bens imóveis da União, sujeitos a administração do Ministério da Defesa para atividades de apoio;
- Portaria 200-DEC/20, aprova as Instruções Reguladoras para a utilização do Patrimônio Imobiliário da União Administrado pelo Comando do Exército (EB50-IR-04.003);
- Portaria — C Ex n° 1.812/22, Autoriza a cessão de uso não onerosa de bens imóveis próprios nacionais, sob o regime de exercício de atividades de apoio à Fundação Habitacional do Exército (FHE), e delega competência para representação nos atos pertinentes.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA PUBLICAÇÃO

11.1. O presente contrato deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, ficando condicionadas a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Para dirimir os conflitos originários deste instrumento, fica eleito o foro da Justiça Federal de Santiago/RS.

E por se acharem ajustados e contratados, assinam pelo COMANDO DO EXÉRCITO, através do COMANDO DA 1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA Outorgante Cedente e CIRCULO MILITAR DE SANTIAGO como Outorgado Cessionário, através de seus representantes, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo o ato, depois de lido e achado conforme o presente instrumento.

Santiago, RS, 28 de abril de 2025.

MARCELO CIPOLAT - Cel R1 PTTC
Ordenador de Despesas Cmdo da 1ª Bda C Mec

DIOGO BROETTO ALVES - Ten Cel
Presidente do Circulo Militar de Santiago

TESTEMUNHAS:

FLÁVIO JORNADA DA SILVA - Cap R1 PTTC
Agente de Contratação/Cmdo 1ª Bda C Mec

DENiSON FRANCO KEMERICH - 3º SGT
Agente de Contratação/Cmdo 1ª Bda C Mec

12ª BRIGADA DE INFANTARIA LEVE (AEROMÓVEL)
22º BATALHÃO LOGÍSTICO LEVE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2025

O 22º Batalhão Logístico Aeromóvel, através do seu Ordenador de Despesas torna público que realizará Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, tendo como objeto a eventual contratação de empresa especializada em serviços de manutenção corretiva de veículos rodoviários, incluindo o fornecimento de peças de reposição, componentes, incluindo o fornecimento de peças de reposição, componentes, incluindo o fornecimento de peças de reposição, componentes, acessórios e insumos, para as organizações militares nas guarnições de São Paulo, Osasco e Barueri.

TC JOÃO PAULO DA SILVA NUNES
Ordenador de Despesas

COMANDO MILITAR DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2024

Ministério da Defesa Exército Brasileiro CMS - 3ª RM - 3ª DE 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (1ª Bda Cav/1908) "Brigada José Luiz Menna Barreto" UASG 160422 Processo: 64276.000227/2025-64 - Inexigibilidade de Licitação. Cedente: Cmdo da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - CNPJ 09.550.510/0001-07 (UG 160422 - UGP). Cessionário: Circulo Militar de Santiago, - CNPJ 89.223.234/0001-01 por meio do Contrato nº 00008/2025. Objeto: Cessão de Uso para exercício de atividades de apoio, onerosa, de bem imóvel Próprio Nacional Administrado pelo Comando da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, destinado ao funcionamento da sede social do Círculo Militar de Santiago. Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Vigência: 2(dois) anos, prorrogável por até 10(dez) anos. Valor Anual: R$ 8.748,36. Data de assinatura: 30/04/2025.--Santiago-RS, 5 de maio de 2025. MARCELO CIPOLAT --- Cel R1 - OD/Cmdo 1ª Bda C Mec

3ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 2/2019 - UASG 160364

Nº Processo: 91700.018316/2019-89. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 34.028.316/0026-61 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: . Data de Rescisão: 19/02/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 3/2018 - UASG 160364

Nº Processo: 91700.015327/2018-91. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 00.000.000/0034-50 - BANCO DO BRASIL SA. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: LEI 8.666 / 1993 - Artigo: 25. Data de Rescisão: 28/01/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 2/2023 - UASG 160364

Nº Processo: 64292.044535/2022-51. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 04.927.139/0001-36 - BSB TRANSPORTE RODOVIARIO E LOGISTICA LTDA. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Data de Rescisão: 15/07/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 3/2023 - UASG 160364

Nº Processo: 64292.044535/2022-51. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 97.546.477/0001-09 - MUDABEM MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Data de Rescisão: 14/07/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 4/2023 - UASG 160364

Nº Processo: 64292.044535/2022-51. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 09.144.019/0001-86 - ATLANTIC MUDANCAS E SERVICOS LTDA. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Data de Rescisão: 14/07/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 1/2019 - UASG 160364

Nº Processo: 91700.017457/2018-05. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 34.028.316/0026-61 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: . Data de Rescisão: 18/02/2024.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 14/2019 - UASG 160364

Nº Processo: 64289.022765/2019-12. Contratante: COMANDO 3 BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA. Contratado: 40.432.544/0001-47 - CLARO S.A.. Objeto: Finalizar contrato. Fundamento Legal: . Data de Rescisão: 30/11/2023.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 - UASG 160422

Nº Processo: 64276001457202541. Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de energia elétrica na modalidade varegista (aquisição de energia no mercado livre), a partir do segundo semestre de 2025 com aquisição de até 0,42 megawatt médio (MW Médio) de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL).. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 06/05/2025 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Avenida Julio de Castilhos, 137 - Centro, Centro - Santiago/RS ou https://www.gov.br/compras/edital/160422-5-90003-2025. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 20/05/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

MARCELO CIPOLAT
Autoridade Competente

(SIASGnet - 05/05/2025) 160422-00001-2025NE000001

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE ALEGRETE

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2025 - UASG 167359

Nº Processo: 64586.001464/2025-49
Inexigibilidade Nº 38/2025. Contratante: HOSPITAL DA GUARNIÇÃO DE ALEGRETE.
Contratado: JOÃO ALBERTO ALMEIDA PEREIRA. Objeto: Credenciamento de Profissional de Saúde Autônomo (PSA), para prestação de serviços de saúde de natureza contínua especializados na área de Cirurgia Geral, em caráter complementar aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exercito (FuSEx), SAMMED, PASS e Ex Combatentes, na cidade de Alegrete/RS.
Fundamento Legal: Vigência: 02/05/2025 a 01/05/2026. Valor Total: R$ 200.000,00. Data de Assinatura: 02/05/2025 .

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

3º GRUPAMENTO LOGÍSTICO
DEPÓSITO DE SUBSISTÊNCIA DA SANTA MARIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 - UASG 160415

Nº Processo: 64459000844202511. Objeto: Aquisição de empilhadeiras, materiais permanentes e de consumo para o Depósito de Subsistência de Santa Maria.. Total de Itens Licitados: 19. Edital: 06/05/2025 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 15h30. Endereço: Rua Floriano Peixoto, 45 - Bairro Perpétuo Socorro., - Santa Maria/RS ou https://www.gov.br/compras/edital/160415-5-90003-2025. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/05/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

VANDERLEI JOSE BORTOLI
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 30/04/2025) 160415-00001-2025NE000001

5ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL GERAL DE CURITIBA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 96/2025 - UASG 160223

Nº Processo: 64578.006654/2025-51.
Inexigibilidade Nº 96/2025. Contratante: HOSPITAL GERAL DE CURITIBA.
Contratado: 07.543.657/0001-44 - FISIOSIM - CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA. Objeto: Prestação de serviço de fisioterapia, devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentadas por lei.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 74 - Inciso: IV. Vigência: 28/04/2025 a 27/04/2035. Valor Total: R$ 2.400.000,00. Data de Assinatura: 28/04/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025 - UASG 160223

Nº Processo: 64578000376202529. Objeto: Eventual aquisição de medicamentos destinados ao suprimento das demandas do Setor de Terapia Antineoplásica do Hospital Geral de Curitiba . Total de Itens Licitados: 126. Edital: 06/05/2025 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 15h00. Endereço: Praça Marechal Alberto Ferreira de Abreu,s/n - Batel, Batel - Curitiba/PR ou https://www.gov.br/compras/edital/160223-5-90001-2025. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 16/05/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

SIMONE ABREU
Ordenadora de Despesas

(SIASGnet - 05/05/2025) 160223-00001-2025NE000001

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2025 - UASG 160445

Número do Contrato: 3/2022.
Nº Processo: 64589.000453/2022-79.
Inexigibilidade. Nº 4/2022. Contratante: HOSPITAL DE GUARNICAO DE FLORIANOPOLIS. Contratado: 21.921.393/0003-08 - ORTHO CLINICAL DIAGNOSTICS DO BRASIL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA.. Objeto: Prorrogar e reajustar.. Vigência: 11/05/2025 a 10/05/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R$ 226.185,84. Data de Assinatura: 05/05/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2025 - UASG 160445

Nº Processo: 64589012023202461. Objeto: Aquisição de materiais, reagentes e insumos laboratoriais para realizar exames de análises clínicas dos beneficiários do sistema SAMMED/FuSEx, incluindo as etapas de coleta, processamento de amostra, análise de amostra e controle de qualidade dos testes realizados.. Total de Itens Licitados: 135. Edital: 06/05/2025 das 08h00 às 12h00. Endereço: Rua Silva Jardim, 441, Centro - Florianópolis/SC ou https://www.gov.br/compras/edital/160445-5-90008-2025. Entrega das Propostas: a partir de 06/05/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 26/05/2025 às 09h00 no site www.gov.br/compras.

JOELINGTON DE CASTRO
Ordenador de Despesas Substituto

(SIASGnet - 02/05/2025) 160445-00001-2024NE000001

5ª DIVISÃO DE EXÉRCITO
15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA
15º BATALHÃO LOGÍSTICO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2025 - UASG 160524

Nº Processo: 64133.004356/2024-75.
Dispensa Nº 14/2025. Contratante: 15 BATALHAO LOGISTICO.
Contratado: 16.651.014/0001-05 - ETP PRINTERS LTDA. Objeto: Serviço de outsourcing de impressoras.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021 - Artigo: 75 - Inciso: II. Vigência: 01/05/2025 a 31/10/2025. Valor Total: R$ 5.940,00. Data de Assinatura: 29/04/2025.

(COMPRASNET 4.0 - 05/05/2025).

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA
BRIGADA JOSÉ LUIZ MENNA BARRETO
Julio de Castilhos, 137, Santiago - RS

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO

Termo nº 008/2025 - Processo 64276.000227/2025-64

Em 06/05/2025 às 14:56, faço anexar ao presente processo 64276.000227/2025-64, o(s) documento(s): Contrato_Cessao_de_Uso_CMS.pdf, Publicação DOU - IN (Círculo Militar).pdf.

DENISON FRANCO KEMERICH - 3º Sgt
Auxiliar Setor de Arquisições, Licitações e Contratos.5